

Gênero e violência

*As vulnerabilidades
de mulheres e LGBTs*

Entrevistados

Gabriel Galli

Ramiro Figueiredo Catelan

Lola Aronovich

Guilherme Gomes Ferreira

Jane Felipe de Souza

Juliana Borges

Adolfo Pizzinato

Ângelo Brandelli Costa

Fernando Del Corona

Leia também

- Alain Naze
- Tiaraju D'Andrea
- Antônio Carlos Rafael Barbosa
- Josme Fortes - Konhko

Gênero e violência – Um debate sobre a vulnerabilidade de mulheres e LGBTs

A discussão sobre gênero, sexualidade e identidade se intensificou no final do século 20. Em conexão a esses temas cada vez mais em voga, há uma questão que merece destaque por evidenciar a vulnerabilidade das pessoas envolvidas: a violência que decorre do gênero. A esse assunto a revista **IHU On-Line** dedica esta edição.

Quando se fala em gênero e violência, a associação imediata é a mulher como vítima e o homem como agressor, em razão da histórica opressão que elas sofrem. Há também outros segmentos que se apresentam sob risco a diversas formas de preconceito e de desrespeito à diversidade, por exemplo, pessoas LGBTs.

O debate ora proposto inicia-se com um artigo do jornalista **Gabriel Galli** e do psicólogo **Ramiro Figueiredo Catelan** acerca dos equívocos e das disputas que incidem sobre conceitos em constante transformação. O texto é complementado por um oportuno glossário.

A primeira entrevista é com a professora e blogueira **Lola Aronovich**, que se tornou uma referência na internet para milhares de mulheres em temas relacionados a feminismo. A popularidade, a contundência e a natureza de seus textos despertaram muito ódio, tanto que ela foi alvo de mentiras e ofensas, além de ameaçada de estupro e morte. Mas não se calou.

O assistente social **Guilherme Gomes Ferreira** trata do sistema prisional, ambiente onde as violências motivadas por gênero são potencializadas, o que resulta em agressões para mulheres, travestis, pessoas trans e gays.

A professora **Jane Felipe de Souza** defende que qualquer tema seja discutido em aula, incluindo gênero, sexualidade e respeito à diversidade, pois nem sempre as famílias conseguem lidar com todos os assuntos, mas essa perspectiva gera reações contrárias.

Para a feminista negra **Juliana Borges**, não se pode pensar em políticas públicas sem o devido recorte racial. Ela afirma que violência é fruto do sexismo e não se pode indissociá-la do racismo, quando a maioria das mulheres que sofrem agressões são negras.

Para o professor e psicólogo **Adolfo Pizzinato**, não há dúvida de que a violência de gênero deveria ser eliminada ou radicalmente transformada. “Porém, a forma que propomos de contribuir para o debate é ir além de atrelamentos dicotômicos, tais como: bom-mau, homem-mu-

lher, agressor-ofendida.”

O professor e psicólogo **Ângelo Brandelli Costa** destaca que “é fundamental reconhecer discriminação contra diversidade como violação de direitos” e que a representação social negativa e a demarcação das sexualidades não heterossexuais como diferentes, anormais e negativas são matriz do preconceito.

Alinhado ao tema desta edição, o crítico de cinema **Fernando Del Corona** analisa o documentário *Laerte-se*, de Eliane Brum e Lygia Barbosa da Silva, que expõe o lado vulnerável da cartunista Laerte, que vive fortemente sob os holofotes nacionais desde que assumiu sua identidade de mulher trans no final dos anos 2000.

Completam a edição as entrevistas com o kaining **Josme Fortes**, estudante de Pedagogia, que aposta na garantia e no acesso à educação como fortalecimento dos integrantes de sua aldeia e de seus modos de vida; com o professor **Alain Naze**, que analisa perspectivas em comum nos pensamentos de Pier Paolo Pasolini e Walter Benjamin; com o doutor em Sociologia **Tiaraju D’Andrea**, que analisa as principais transformações ocorridas na periferia paulistana em duas décadas e meia; e com o professor **Antônio Carlos Rafael Barbosa**, que analisa a estrutura dos coletivos de crime que se instalam nas periferias. Também pode ser lido o artigo de **Bruno Lima Rocha**, que revisita o clássico de Aníbal Quijano *A Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina*.

A revista **IHU On-Line** estará disponível na segunda-feira, a partir das 17h, nesta página, nas versões html, pdf e ‘versão para folhear’. A edição impressa circulará na terça-feira, no campus da Unisinos São Leopoldo, a partir das 8h.

A todas e a todos, uma boa leitura e uma excelente semana.



Foto: Marcos Gonzalez Valdes/Flickr CC

Sumário

- 4 ■ **Temas em destaque**
- 6 ■ **Josme Fortes – Konhko:** A força política da Indigineidade
- 9 ■ **Alain Naze:** Ecos da crítica de Pasolini à modernidade no pensamento de Benjamin
- 16 ■ **Tema de Capa | Gabriel Galli; Ramiro Figueiredo Catelan:** Entre equívocos e disputas: conceitos sobre gênero e sexualidade em constante transformação
- 22 ■ **Tema de Capa | Lola Aronovich:** Feminismo é necessário e urgente
- 27 ■ **Tema de Capa | Guilherme Gomes Ferreira:** Mulheres, travestis, pessoas trans e gays encarcerados enfrentam mais violências que os demais detentos
- 33 ■ **Tema de Capa | Jane Felipe de Souza:** Escolas precisam debater equidade de gêneros
- 36 ■ **Tema de Capa | Juliana Borges:** Não se pode pensar em políticas públicas sem o devido recorte racial
- 40 ■ **Tema de Capa | Adolfo Pizzinato:** Os gêneros são apenas efeitos de verdade
- 45 ■ **Tema de Capa | Ângelo Brandelli Costa:** É fundamental reconhecer discriminação contra diversidade como violação de direitos
- 50 ■ **Tema de Capa | Fernando Del Corona:** Eu Laerto, tu Laertas...
- 54 ■ **Tiaraju D'Andrea:** Violência, pobreza, cultura e potência. A periferia e as tentativas de trans formação da realidade
- 58 ■ **Antônio Carlos Rafael Barbosa:** Criminalidade nas periferias segue lógica de empreendimentos liberais
- 62 ■ **Crítica Internacional | Bruno Lima Rocha:** Revisitando Aníbal Quijano e a colonialidade do poder na América Latina
- 64 ■ **Publicações | Moysés Pinto Neto:** Identidade de Esquerda ou pragmatismo Radical?
- 67 ■ **Outras edições**

IHU ON-LINE
Revista do Instituto Humanitas Unisinos

ISSN 1981-8769 (impresso)

ISSN 1981-8793 (on-line)

A IHU On-Line é a revista do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no site www.ihu.unisinos.br e no endereço www.ihuonline.unisinos.br.

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da IHU On-Line é copyleft.

Diretor de Redação

Inácio Neutzling
(inacio@unisinos.br)

Coordenador de Comunicação - IHU

Ricardo Machado - MTB 15.598/RS
(ricardom@unisinos.br)

Jornalistas

João Flores da Cunha - MTB 18.241/RS
(joaoflores@unisinos.br)

João Vitor Santos - MTB 13.051/RS
(joaovs@unisinos.br)

Patrícia Fachin - MTB 13.062/RS
(prfachin@unisinos.br)

Vitor Necchi - MTB 7.466/RS
(vnecchi@unisinos.br)

Revisão

Carla Bigliardi

Projeto Gráfico

Ricardo Machado

Editoração

Gustavo Guedes Weber

Atualização diária do site

Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia Fachin, Cristina Guerini, Evelyn Zilch, Luísa Boéssio e William Gonçalves.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Av. Unisinos, 950 | São Leopoldo / RS

CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 | Ramal 4128

e-mail: humanitas@unisinos.br

Diretor: Inácio Neutzling
Gerente Administrativo: Jacinto Schneider
(jacintos@unisinos.br)

Entrevistas completas em www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias

Legislação ambiental é moeda de troca na crise política



“O que travava a ampliação deles para a Amazônia? A legislação ambiental. Então, o que faz o governo? Encomenda MPs. Nesse negócio estão envolvidos prefeitos, grandes grupos, fazendeiros, os quais são todos ligados ao agronegócio”.

Mario Mantovani, geógrafo e diretor de Políticas Públicas da Fundação SOS Mata Atlântica.

Trump, a deserção política, a bravata retórica e um tremendo ‘erro’ no sentido jurídico



“Não faz o mínimo sentido discutir o que poderia ser algum ‘tipo de meta condizente para os EUA’. O mais irônico é que o Acordo de Paris foi o primeiro, após 21 Conferências das Partes - COPs, que não resultou em qualquer ‘imposição’”.

José Eli da Veiga, professor sênior do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo – IEE-USP.

O judiciário partidário e a esquerda sem narrativa



“Está claro que houve dinheiro da Odebrecht, da JBS, e que tanto a campanha da Dilma quanto a do Aécio foram campanhas de centenas de milhões de reais que só podem ser bancadas pelo poder econômico, e esse poder exige contrapartidas”.

Antonio Martins, jornalista e editor do sítio Outras Palavras.

EUA causam um baque nas negociações climáticas e serão um ‘elefante’ na COP 23



“O Acordo de Paris não é desigual para os EUA exatamente porque é universal e, ao mesmo tempo, quem ditou o que vai cortar, em que e quando foram os próprios Estados Unidos quando entregaram suas metas voluntárias”.

Maureen Santos, coordenadora do Programa de Justiça Ambiental da Fundação Heinrich Böll Brasil

Biopolítica e a nova cultura de respeito aos direitos humanos dos pacientes



“No Estado racista, alguns grupos, por critérios biológicos, como mistura de raças, são tratados de forma distintamente inferior. Sendo essa uma das funções do racismo do poder político, a de fragmentar a população, outra função é a de estabelecer uma relação entre a morte de alguns e a vida de outros”.

Aline Albuquerque de Oliveira, professora da Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília e do Curso de Especialização em Bioética da Cátedra UNESCO de Bioética

Textos na íntegra em www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias**Número de mulheres vítimas de agressão doméstica cresceu 61% em dois anos**

O percentual de mulheres que se identificaram como vítima de violência doméstica subiu 61% de 2015 a 2017, segundo a sétima edição do Relatório Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, realizado pelo instituto de pesquisa DataSenado, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência.

A reportagem é de Marianna Rosalles, publicada por Brasil de Fato, reproduzida no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2rz2tli>

1º Dia Mundial dos Pobres – Mensagem do Papa Francisco

“Convido a Igreja inteira e os homens e mulheres de boa vontade a fixar o olhar, neste dia, em todos aqueles que estendem as suas mãos invocando ajuda e pedindo a nossa solidariedade. São nossos irmãos e irmãs, criados e amados pelo único Pai celeste”, afirma o Papa Francisco, no dia 13-6-2017, festa de Santo Antônio.

A mensagem foi divulgada pela Sala de Imprensa do Vaticano e reproduzida no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2s8YZel>

Me desculpe, Haddad, mas o senhor não entendeu nada de Junho de 2013

“Me desculpe, Haddad, mas o senhor não entendeu nada de Junho de 2013. A lista de razões para Junho eclodir é imensa, assim como a lista de erros do PT. Haddad não consegue entender Junho porque Junho se enfrentou contra todo o establishment, o que incluía o seu partido”, escreve Guilherme Kranz, militante do Coletivo às Ruas.

O artigo foi publicado no site Esquerda Diário e reproduzido no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2sAy904>

Os robôs acabarão com os empregos?

“É certo que a automação e os robôs eliminarão muitas tarefas e postos de trabalhos. Mas só causarão quedas no número total de postos de trabalho se – e apenas se – não diminuir a jornada de trabalho, e também se forem mantidas as políticas econômicas atuais”, afirma Juan Torres López, economista espanhol.

O artigo foi publicado na página El Diario reproduzida no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2siYTPB>

Como os novos movimentos eclesiais estão mudando a Igreja?

“Os novos movimentos eclesiais não são, aos olhos de Francisco, as ‘élites’ especiais da nova evangelização, como eram nos papados de João Paulo II e Bento XVI. Ao percebê-las, Francisco critica explicitamente qualquer tendência sectária. Mas o próprio papa entende que esses movimentos estão produzindo sacerdotes novos e muito necessários”, constata Massimo Faggioli, professor de teologia e estudos religiosos na Universidade Villanova.

O artigo foi publicado por Commonweal e reproduzido no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2s9c2wv>

A esquerda atual. Entrevista com o pensador belga Bruno Bosteels

“O que a esquerda, muitas vezes, fez frente à derrota, por se tratar de uma experiência traumática, implica certo bloqueio, certo desvio, certa estratégia de evitar. Não se trata de julgar negativamente essas respostas; cada pessoa lida com esse passado da forma como pode”, afirma Bruno Bosteels, conhecido por suas traduções da obra de Alain Badiou e seus estudos no campo da filosofia.

A entrevista é de Lucía Naser e Gabriel Delacoste, publicada por La Diaria, reproduzida no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2sj7DFq>

A força política da Indigineidade

O kaingang Josme Fortes, Konhko, aluno do curso de Pedagogia da Unisinos, aposta na garantia e acesso à educação como fortalecimento dos integrantes de sua aldeia e de seus modos de vida

Ricardo Machado

Quando Josme Fortes anda pelos corredores da universidade de calças jeans, tênis e jaqueta é tão notado quanto qualquer outro aluno do campus. Quem o vê sentado à classe de uma das disciplinas do curso de Pedagogia nem mesmo imagina que há apenas seis anos ele vivia em uma aldeia indígena Kaingang no interior do Rio Grande do Sul, em Nonoai, e sequer falava português. Em pouquíssimo tempo, Josme ou Konhko, como é chamado no idioma de sua etnia, aprendeu a falar português, entrou para a universidade e planeja se formar em 2019. “Quando eu saí da minha aldeia eu não sabia falar português e mesmo uma de minhas professoras aqui na universidade me perguntou como eu aprendi a falar português. Essa é uma dificuldade que eu ainda tenho porque na minha aldeia eu fui alfabetizado em kaingang, mas eu pretendo ir aprimorando o português para poder levar o conhecimento que eu adquiro aqui para a minha comunidade”, conta Josme.

O intenso e radical avanço dos fazendeiros nas terras indígenas onde os Kaingang viviam e vivem levou à escassez, considerando seus modos de subsistência tradicionais. “Quando eles [os fazendeiros] vão para lá, derrubam o mato para colocar boi e jogam veneno no rio, que é de onde tirávamos os peixes para nossa alimentação. Quando eu era bem pequeno era só mato por tudo que era lado, mas quando saí era só fazenda”, explica. Josme foi o último filho de sua família a sair da aldeia, ficou lá até a morte de sua mãe. “Nós viemos para esta aldeia urbana porque em nossa aldeia

grande não tinha mais como nos sustentarmos. Depois que meu pai e minha mãe faleceram eu vim para cá”, complementa.

Ainda que a vida próxima aos centros urbanos reconfigure os modos de subsistência das comunidades indígenas, diante do cenário de devastação de seus locais tradicionais acaba se tornando uma opção digna de sobrevivência material e cultural. “Na nossa aldeia são mais de 50 famílias, sem contar os novos casamentos, o que vai deixando o espaço menor. Todo o caso, estamos vivendo bem lá porque podemos cultivar nossa cultura”, comemora. Ao contrário do que o senso comum acredita, Josme não entrou para a faculdade para se tornar “branco”, mas para garantir que sua indigineidade permaneça e que seus descendentes possam ter mais força política de viver e manter suas tradições. “Eu não quero que os integrantes mais novos da minha aldeia passem pelas mesmas dificuldades que eu, porque tenho muitas dificuldades, mas vou levando com a ajuda dos meus colegas”, pontua. “Eu penso que para o futuro o que precisamos é de pessoas qualificadas para entender e atender as culturas diferenciadas. Nós como professores, educadores, precisamos conhecer as culturas para saber trabalhar com elas”, sustenta.

Josme Fortes – Konhko – é kaingang, estudante do curso de Pedagogia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos e morador da aldeia Kaingang *Por Fi Ga*.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Que caminhos levaram sua vida de indígena aldeado em Nonoai, no interior do RS, a encontrar a vida de indígena aldeado na região me-

tropolitana de Porto Alegre?

Josme Fortes - Konhko – Sou natural de Nonoai e quando tinha 36 anos saí de lá porque não tem mais

mata, pois os fazendeiros derrubaram todos os matos e poluíram tudo. Quando eu era menor, morava no meio da floresta e ali nós pegávamos frutas, caçávamos e pescávamos, de

“Nós como professores, educadores, precisamos conhecer as culturas para saber trabalhar com elas”

modo que quando eu cheguei por volta dos 30 anos não existia mais essa natureza viva. Então nós viemos para esta aldeia urbana porque em nossa aldeia grande não tinha mais como nos sustentarmos. Depois que meu pai e minha mãe faleceram eu vim para cá.

Antigamente, em São Leopoldo, havia às margens da Rodovia BR-116 um terreno destinado pela prefeitura às famílias indígenas, mas era muito arriscado porque tem as crianças e era perigoso. Agora tem outra área no bairro Feitoria, retirado do centro da cidade, que para nós é mais confortável, sobretudo por conta das crianças.

IHU On-Line – Essa área que a prefeitura destinou para as famílias indígenas era da prefeitura? Como está a situação?

Josme Fortes - Konhko – A terra em que estamos era da prefeitura, mas foi passada à União e é reconhecida como território indígena. Eu não sei exatamente o número de crianças que moram na aldeia, mas são mais de 50 famílias, sem contar os novos casamentos, o que vai deixando o espaço menor. Todo o caso, estamos vivendo bem lá porque podemos cultivar nossa cultura.

IHU On-Line – Como foi aprender português e como está sendo a experiência como estudante na Unisinos?

Josme Fortes - Konhko – Eu estou fazendo Pedagogia aqui na Unisinos. Quando eu saí da minha aldeia eu não sabia falar português e

mesmo uma de minhas professoras aqui na universidade me perguntou como eu aprendi a falar português. Essa é uma dificuldade que eu ainda tenho porque na minha aldeia eu fui alfabetizado em kaingang, mas eu pretendo ir aprimorando o português para poder levar o conhecimento que eu adquiro aqui para a minha comunidade. Eu não quero que os integrantes mais novos da minha aldeia passem pelas mesmas dificuldades que eu, porque tenho muitas dificuldades, mas vou levando com a ajuda dos meus colegas, porque assim como tem professores que nos ajudam, tem professores que não são assim. Eu comecei o curso no ano passado e minha previsão de formatura é para 2019.

IHU On-Line – Como se chama e como é a vida na comunidade indígena de que tu faz parte?

Josme Fortes - Konhko – A comunidade se chama *Por fi Ga*, que significa “Tovaca”, que diz respeito a um tipo de madeira que tem na região da aldeia, uma espécie de palmeira. Nós não temos muitas dificuldades na aldeia porque seguimos nossas tradições, e à medida que vamos aprendendo com os brancos eles também aprendem conosco.

Aqui na universidade eu sempre comento com as professoras que eu estou aqui para aprender com elas, mas elas também têm que aprender comigo. Digo isso porque tem umas que não querem aprender comigo porque acham que são doutoras e que não têm nada a aprender. Mas eu vou vencer e vou ir até o fim.

IHU On-Line – Como é a escola das crianças na aldeia?

Josme Fortes - Konhko – Lá na escola, que fica dentro da aldeia, eles aprendem kaingang e português. A aula dentro da aldeia funciona do primeiro ao quinto ano, todos juntos, mas com certeza conseguiremos ampliar para outras séries. Eu trabalho com o quarto e quinto ano e tem o professor Dorvalino, da Universidade Federal do Rio grande do Sul – UFRGS, que trabalha com o primeiro, o segundo e o terceiro ano. Lá, as crianças são alfabetizadas em duas línguas desde o primeiro ano, em kaingang e português. Na verdade eles já saem alfabetizados da família, o que eles aprendem na escola é a escrever.

IHU On-Line – Como é a organização da aldeia de vocês?

Josme Fortes - Konhko – Todos os anos, na semana do índio, nós preparamos um evento em que fazemos rituais. As escolas do município vão participar, as universidades como a UFRGS e a Feevale sempre participam, exceto a Unisinos, o que não deixa de ser estranho porque é a universidade onde estou estudando que não foi. Integrantes da minha aldeia sempre vêm fazer palestra aqui [na Unisinos] e pedi para a minha professora para ela liberar a turma para assisti-la e ela não liberou, mas isso é importante porque os meus colegas que não são índios têm que saber sobre a minha cultura. Eu conheço minha cultura porque vivo na minha comunidade, mas quem tem que aprender sobre ela são os outros que não são índios.

IHU On-Line – De onde vem o sustento dos integrantes da aldeia?

Josme Fortes - Konhko – O principal recurso vem da venda de nossos artesanatos e cada família recebe uma cesta básica de alimento todo o mês, mas parece que essa doação continuará somente até o final do ano, depois vão tirar.

“Estamos vivendo bem lá porque podemos cultivar nossa cultura”

IHU On-Line – E a vida próxima à cidade é melhor do que a vida na aldeia em Nonoai?

Josme Fortes - Konhko – Aqui é melhor porque conseguimos vender nossos artesanatos e isso é importante para nossa sobrevivência. Lá na aldeia, em Nonoai, a cidade fica muito longe, então se não temos dinheiro para pegar o ônibus para o centro da cidade não tem como vender, por isso aqui é melhor. Vivendo mais próximo das zonas urbanas

conseguimos não só vender nossos artesanatos, como comprar alimentos e roupas quando chega o inverno.

IHU On-Line – Como se caracteriza o avanço dos fazendeiros na região que tu morava?

Josme Fortes - Konhko – Principalmente devido à pecuária e às granjas. Quando eles vão para lá, derrubam o mato para colocar boi e jogam veneno no rio, que é de onde tirávamos os peixes para nossa alimentação. Quando eu era bem pequeno era só mato por tudo que era lado, mas quando saí era só fazenda.

IHU On-Line – Os teus pais ainda estão vivos?

Josme Fortes - Konhko – Não. Ambos faleceram. Eu fiquei lá porque estava cuidando da minha mãe, era o único filho dela que continuava na aldeia. As raízes desta aldeia em São Leopoldo (na região metropolitana de Porto Alegre, RS) foram plantadas pela minha família, foram eles que vieram para cá vender artesanato e acamparam às margens da BR-116. A prefeitura percebeu que eles estavam em situação de risco e conseguiram essa terra onde moramos. Depois que minha mãe faleceu e eu fiquei sozinho, o meu irmão me trouxe para cá.

IHU On-Line – Como tu olhas para o futuro?

Josme Fortes - Konhko – Essas coisas que estão acontecendo, de enchentes e coisas assim, somos nós quem provocamos. Nós provocamos a natureza e agora ela cobra de nós. Eu penso que para o futuro o que precisamos é de pessoas qualificadas para entender e atender as culturas diferenciadas. Como sempre falo, nós somos discriminados até com um olhar, até mesmo uma palavra é capaz de machucar uma pessoa. Por isso sempre digo que nós como professores, educadores, precisamos conhecer as culturas para saber trabalhar com elas. Quando eu conversei com meu colega que estudou na UFRGS ele comenta que também passou por isso lá e eu não acreditava nele, mas quando entrei aqui senti o que ele sentia.

A gente precisa não olhar para a diferença e discriminar, precisamos saber trabalhar com culturas diferentes e entender que não é fácil, porque se eu levar um branco para a minha aldeia e querer que ele fale como índio ele também não vai conseguir, também terá dificuldade. Um dos problemas é que quando eu chego aqui [na universidade] querem que eu aprenda na marra as coisas. O educador tem que se colocar nos dois lados. ■

ObservaSinós

OBSERVATÓRIO DA REALIDADE E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO VALE DO RIO DOS SINOS



ihu.unisinos.br

Ecoss da crítica de Pasolini à modernidade no pensamento de Benjamin

Alain Naze analisa perspectivas em comum nos dois pensadores, que veem o passado revestido de uma força revolucionária capaz de irromper a homogeneidade do presente

Ricardo Machado | Edição: João Vitor Santos | Tradução: Vanise Dresch

Assim como Pier Paolo Pasolini, Walter Benjamin era um pensador que não renegava o passado em benefício do presente. Como se o presente, por ser mais novo, representasse a vanguarda, o moderno por essencial. É com essa perspectiva que o filósofo Alain Naze aproxima a produção cinematográfica de Pasolini aos escritos benjaminianos. Para ele, embora em abordagens distintas, “para os dois autores, o passado reveste-se de uma força revolucionária”. O que é diferente de um pensamento saudosista ou conservador, pois compreende que ambos não resgatam “um passado idêntico, já vivido”, e sim fazem “ressurgir no presente o que vem justamente do passado sem nunca ter sido vivido”. “Para Benjamin e Pasolini, é por causa de uma marcha impiedosa do ‘progresso’ na história que são rejeitados como restos os elementos do passado tidos como ultrapassados, os quais os autores consideram ser capazes de interromper a catástrofe”, completa.

Na entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Naze ainda destaca que os pensadores não fazem uma espécie de crítica reacionária à modernidade. Emitem, segundo ele, uma “crítica à concepção progressista da história que a caracteriza, segundo a qual o passado

seria sinônimo de obscurantismo”. “A concepção do tempo em que se assenta essa modernidade é, de fato, uma concepção linear e vazia, segundo a qual o tempo é apenas o receptáculo onde se inserem os acontecimentos”, completa. O filósofo lembra que os riscos, muitas vezes, em uma perspectiva historiográfica, é que se conte apenas a história dos vencedores. “Em consonância com uma concepção benjaminiana da história, Pasolini recusa que as lutas de emancipação tomem as formas de uma história dos vencedores”, compara.

Alain Naze é professor de Filosofia na North High School, em M’tsan-gadoua, em Mayotte (departamento ultramarino francês, situado entre o Oceano Índico e o Canal de Moçambique, na porção mais oriental do Arquipélago das Comores). Entre seus livros publicados, destacamos *Temps, récit et transmission chez W. Benjamin et P.P. Pasolini* (L’Harmattan, 2011), *Jacques Demy. L’enfance retrouvée* (L’Harmattan, 2014). *Il a aussi dirigé un ouvrage collectif: Walter Benjamin. Politiques de l’image* (L’Harmattan, 2015). Agora em 2017 lança seu novo livro: *Manifeste contre la normalisation gay*, Editions La Fabrique.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual a importância da obra cinematográfica de Pasolini’ no contexto do ci-

nema italiano e europeu?

1 Pier Paolo Pasolini (1922-1975): cineasta italiano, poeta e escritor. Autor de uma crítica profunda e fina, apontava a homologação geral em nome do consumo, a perda dos valores tradicionais e a morte da civilização do interior. Seus filmes são uma crítica à sociedade burguesa que matou a

simplicidade dos valores tradicionais do povo simples. Dirigiu os filmes da *Trilogia da Vida: Il Decameron, I Racconti di Canterbury e Il fiore delle mille e una notte*. Para ler mais sobre Pasolini, acesse a edição 508 da **IHU On-Line**, intitulada *Pier Paolo Pasolini Um trágico moderno e sua nostalgia do sagrado*, disponível em ihuonline.unisinos.br/edicao/504. (Nota da **IHU On-Line**)

Alain Naze – É difícil julgar a influência efetiva de Pasolini no cinema de sua época, seja no cinema italiano ou, de modo mais geral, no cinema europeu. De fato, a grande diversidade de seus filmes nos impede de ter uma visão unificadora de sua obra. A sucessão de “períodos”

está ligada ao fato de que Pasolini não parava de questionar suas próprias posições teóricas e, indissociavelmente, suas posições técnicas. Isso não significa que ele renegasse suas realizações anteriores, mas apenas considerava que o momento de realização de um filme era capital: do ponto de vista de sua própria pesquisa (ele confessava, assim, lamentar ter filmado *Mamma Roma* (1962), porque, segundo ele, esse filme seria apenas uma repetição de *Accatone* (1961)), mas também, e sobretudo, em função da época de sua realização.

Sabemos o quanto foi importante sua “abjuração” dos filmes que formavam a *Trilogia da Vida*²: o gesto de abjurar esses três filmes foi totalmente comandado pela evolução da sociedade italiana. Naquele momento, ele considerava que a “falsa tolerância” concedida pelo poder havia tornado inútil a luta pela liberação sexual que ele pretendia travar com esses três filmes. Portanto, não é uma recriminação cinematográfica que ele faz à *Trilogia da Vida*, mas uma recriminação política.

Não há, então, uma *forma* cinematográfica ideal (e como se fosse atemporal) que, em Pasolini, buscava progressivamente abrir um caminho conforme evoluções que às vezes beirariam inversões, mas sim a busca de um cinema capaz de produzir *efeitos* no presente. Para resumir, o cinema de Pasolini visa a provocar uma irrupção possivelmente messiânica do passado em nosso presente. E todo o problema da época para ele se deve ao fato de que os meios dessa intrusão do passado são sempre ameaçados de serem digeridos pelo tempo presente e, assim, anulados por homogeneização.

A assinatura de Pasolini

Isso não significa que não possamos dizer nada a respeito das escolhas cinematográficas que permeiam o conjunto do cinema de Pasolini e que constituem, por assim dizer, sua

assinatura. É evidente, por exemplo, que a ruptura que ele introduz em relação ao neorealismo é crucial e impregna toda a sua filmografia – principalmente depois de seus dois primeiros filmes, que ainda devem muito a uma estética neorealista. Desse ponto de vista, Pasolini desenvolve um cinema da montagem, em oposição a um cinema do plano-sequência. Essa escolha se origina em sua rejeição absoluta do naturalismo: ele rejeita a ideia de uma reprodução fluida da realidade, substituindo-a pelo corte operado pela montagem.

Como sempre, em Pasolini, essa escolha técnica está ligada à sua concepção global da realidade. Contra o recurso ao plano-sequência, Pasolini privilegia o *close up*, os ângulos frontais, que constituem, para ele, uma maneira de reforçar a dimensão sagrada da realidade. Os corpos são, assim, sacralizados, como no caso de *Accatone*. Porém, a preocupação de Pasolini era mesmo com a realidade em si, e não com uma ortodoxia em suas escolhas técnicas, como transparece claramente no seu modo de filmar *O Evangelho segundo São Mateus* (1964). Nesse caso, na verdade, a matéria a ser filmada não eram os subúrbios de Roma, mas uma espécie de realidade *em si* sagrada. Assim, Pasolini afastou-se de sua maneira – poder-se-ia dizer – religiosa de filmar, no caso de *Accatone*, para adotar um estilo mais épico, menos hierático, e evitar uma espécie de pleonasma cinematográfico.

A dificuldade de avaliar a importância de Pasolini quanto à sua influência sobre este ou aquele cinema, como se vê, deve-se, primeiramente, ao fato de que ele não faz escolhas técnicas definitivas, estas sendo sempre subordinadas à realidade a ser filmada, à época considerada (tanto a da trama quanto a da recepção do filme) etc. Resta, então, o gesto pelo qual o cineasta se lançou na luta, demonstrando um cinema capaz de agir sobre a realidade, mas não pelo desvio de uma ideologia laboriosamente posta em imagens – bem pelo contrário, por

intermédio de um cinema capaz de produzir efeitos políticos por meios estritamente cinematográficos (e estritamente adaptados à época considerada). Nesse sentido, parece-me que ele inaugurou um cinema em que as forças políticas são intrinsecamente cinematográficas. No contexto francês, um cineasta como Lionel Soukaz³, por exemplo, parece ter sido capaz de retomar esse gesto pasoliniano, inclusive em sua dimensão provocativa.

“A grande diversidade de seus filmes nos impede de ter uma visão unificadora de sua obra”

IHU On-Line – Em suas pesquisas, o senhor faz uma aproximação da cinematografia e da poesia de Pasolini com a obra de Benjamin⁴. Que diálogo se estabelece entre essas duas figuras tão marcantes do século XX?

³ Lionel Soukaz (1953): é um diretor de cinema francês. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ Walter Benjamin (1892-1940): filósofo alemão. Foi refugiado judeu e, diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. Associado à Escola de Frankfurt e à Teoria Crítica, foi fortemente inspirado tanto por autores marxistas, como Bertolt Brecht, como pelo místico judaico Gershom Scholem. Conhecedor profundo da língua e cultura francesas, traduziu para o alemão importantes obras como *Quadros parisienses*, de Charles Baudelaire, e *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust. O seu trabalho, combinando ideias aparentemente antagônicas do idealismo alemão, do materialismo dialético e do misticismo judaico, constitui um contributo original para a teoria estética. Entre as suas obras mais conhecidas, estão *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica* (1936), *Teses sobre o conceito de história* (1940) e a monumental e inacabada *Paris, capital do século XIX, enquanto a tarefa do tradutor* constitui referência incontornável dos estudos literários. Sobre Benjamin, confira a entrevista *Walter Benjamin e o império do instante*, concedida pelo filósofo espanhol José Antonio Zamora à **IHU On-Line** nº 313, disponível em <http://bit.ly/zamora313>. (Nota da **IHU On-Line**)

² A *Trilogia da Vida* se refere aos filmes *Decameron* (1971), *Mil e Uma Noites* (1974) e *Contos de Canterbury* (1972). (Nota da **IHU On-Line**)

Alain Naze – Na verdade, no âmbito de uma tese realizada na Universidade Paris VIII sob a orientação de Alain Brossat⁵, mas também nos dois volumes publicados que resultaram desse trabalho universitário (*Temps, récit et transmission chez W. Benjamin et P.P. Pasolini*, Paris, L'Harmattan, 2011), tentei estabelecer verdadeiras “passagens” entre Benjamin e Pasolini – “passagens” no sentido que Benjamin confere a esse termo em seu texto *Paris, capitale du XIX^e siècle*. Não se tratava de uma abordagem comparatista, que teria tentado estabelecer semelhanças e diferenças entre esses autores, proximidades e distâncias. Tratava-se bem mais de conceber de maneira antidisciplinar o que podia se constituir como um dispositivo ao longo desse trabalho, um dispositivo Benjamin/Pasolini. Em outras palavras, foram justamente “passagens” que tentei estabelecer entre eles, com o objetivo, antes de mais nada, de fazer com que cada um dos dois entrasse em um processo de *alteração*, de tornar-se outro. A intenção dessa pesquisa era mesmo que Pasolini e Benjamin pudessem afetar-se reciprocamente.

Foi então nesse contexto geral que logo percebi que a ligação mais profunda entre Benjamin e Pasolini dizia respeito à linguagem. Ambos levantavam a questão de uma *origem* da linguagem, o que geralmente os fazia fugir da disciplina “linguística”, tomando a forma, em Benjamin, da questão da linguagem adâmica e, em Pasolini, aquela do “grito”. Suas abordagens certamente não eram idênticas, mas me pareciam consonantes no sentido de que ambas desembocavam numa forma de pensamento da história. Para simplificar, eu diria que Benjamin e Pasolini se opunham a uma linguagem cuja função essencial fosse a comunicação.

Para Pasolini, a linguagem é antes de mais nada expressividade, e é nesse aspecto que não haveria diferença de natureza entre a língua (oral) e a corporeidade, o que explicaria essa

forma limítrofe da língua (limítrofe por ser estritamente oral, “hipótese de laboratório”, dirá Pasolini) que seria o grito. Em seu interesse pelas línguas locais (em oposição ao italiano padrão), encontra-se o seu interesse pelos corpos pobres, não “homologados”, ainda não tornados horrendos pelo avanço do consumismo. Assim, o “genocídio cultural”, que leva as línguas locais e os corpos de camponeses e subproletários a uma destruição comum, encontraria um limite na sobrevivência dos sotaques, nas pronúncias – haveria nestes um passado persistente que ainda conseguiria se manifestar e que seria como o vestígio subterrâneo de uma história dos vencidos. Por debaixo da língua oficial, normatizada, ainda brilhariam faíscas do passado, trazendo com elas fragmentos deste.

Podemos encontrar essa mesma dimensão messiânica da língua, mas de uma forma muito diferente, em Benjamin, mais especificamente na questão da tradução. Para Benjamin, de fato, a linguagem adâmica se perdeu, fragmentou-se; e, assim como Pasolini, que não postula um retorno ao mesmo desaparecido (para este, as sobrevivências têm uma dimensão espectral), Benjamin também não visa à reconstituição da língua original. A “tarefa do tradutor”, segundo ele, consistiria em “fazer germinar, na tradução, a semente da linguagem pura” (WB, “La tâche du traducteur”, in *Œuvres 1*, Paris, Gallimard, 2000, p.255), o que significa, na verdade, traçar um horizonte messiânico no qual a tradução, sem reconstituir qualquer língua original, seria capaz de fazer ressoar, precisamente em seu eco, uma complementaridade não totalizável das diferentes línguas.

Passado e presente

Não é possível reproduzir aqui todas as mediações pelas quais esse trabalho teve de passar, mas essa introdução sobre a linguagem já pode dar uma ideia da forma como um pensamento da história pode emergir do dispositivo Pasolini/Benjamin. Dos dois lados do dispositivo,

trata-se de reavivar as potencialidades de um passado perdido, para trazê-las para a nossa atualidade. Em outras palavras, para os dois autores, o passado reveste-se de uma força revolucionária, desde que não se queira resgatar um passado idêntico, já vivido (na forma da lembrança voluntária em Proust⁶), mas, sim, fazer ressurgir no presente o que vem justamente do passado sem nunca ter sido vivido (a lembrança involuntária em Proust).

Seria então na forma de promessa messiânica que as duas vertentes do dispositivo encontrariam a maior consonância, sendo isso que as situa na lógica de uma história dos vencidos. Para Benjamin e Pasolini, é por causa de uma marcha impiedosa do “progresso” na história que são rejeitados como restos os elementos do passado tidos como ultrapassados, os quais os autores consideram ser capazes de *interromper a catástrofe*, pelo menos se fizermos com que desempenhem um papel anacrônico em nosso presente (toda a obra de Pasolini é permeada por anacronismos). É nesse sentido que podemos dizer que ambos são “catalisadores da história”.

“A ligação mais profunda entre Benjamin e Pasolini dizia respeito à linguagem”

IHU On-Line – De que forma ambos os autores, Pasolini e Benjamin, colocam em causa certa apologia à modernidade como um processo absolutamente positivo?

⁶ Marcel Proust [Valentin Louis Georges Eugène Marcel Proust] (1871-1922): escritor francês célebre por sua obra *A la recherche du temps perdu* (Em Busca do Tempo Perdido), publicada em sete volumes entre 1913 e 1927. (Nota da IHU On-Line)

⁵ Alain Brossat (1946): professor de filosofia na Universidade de Paris VIII. (Nota da IHU On-Line)

Alain Naze – A resposta anterior já aborda um pouco essa questão, identificando o “progresso” (histórico) como “catástrofe”. Na verdade, nem Pasolini nem Benjamin emitem uma crítica reacionária à modernidade, mas essencialmente uma crítica à concepção progressista da história que a caracteriza, segundo a qual o passado seria sinônimo de obscurantismo. A concepção do tempo em que se assenta essa modernidade é, de fato, uma concepção linear e vazia, segundo a qual o tempo é apenas o receptáculo onde se inserem os acontecimentos. Nessas condições, o passado é imediatamente ultrapassado, ou seja, findo. O passado, de certa forma, constituiria a pele morta do presente, e seu único mérito seria tornar possível o nosso presente – o passado, portanto, só teria valor pelo que constitui sua superação, sendo esta sistematicamente concebida como progresso.

É esse desprezo pelo passado que Pasolini e Benjamin rejeitam, mas nenhum dos dois defende a posição de que “antes era melhor”. Trata-se, antes, de considerar a heterogeneidade das temporalidades que a concepção progressista da história ignora. Em nome do quê, por exemplo, poder-se-ia sustentar que uma sociedade laica é preferível a uma sociedade estruturada pelo religioso? Em nome do quê, a não ser em nome de uma modernidade centrada no ocidente? Foi esse desprezo pelo passado que Pasolini viveu, na Itália, no momento em que o neocapitalismo se instalava, vindo suplantando os modos de existência e os costumes culturais tradicionais – esse desprezo se estendia até os primeiros envolvidos, e Pasolini falava daqueles operários que preferiam se apresentar como estudantes. No advento dessa modernidade econômica e cultural, o que se impõe é uma história dos vencedores, provocando o desaparecimento (“genocídio cultural”, dirá Pasolini) de tudo aquilo que tem a forma do passado, tido como necessariamente obsoleto, findo, *por ser passado*.

Nessas condições, é a partir de uma concepção descontinuista da história

que um salvamento do passado (uma recondução ao seu status de sobrevivência) pode ser pensado. Isso se encontra na concepção da história em Benjamin, com o papel central da “imagem dialética”, que permite que o passado se constitua nesse “outrora” que surge em nosso “agora”, ou seja, que ele se atualize em nosso presente; isso se encontra também, *mutatis mutandis*, em Pasolini, em seu uso do anacronismo. O passado é assim reconduzido à sua vitalidade, tornando-se capaz de inquietar nosso presente.

Ora, é por intermédio do cinema que Pasolini vai realizar essas experiências de anacronismos, sobretudo, fazendo surgir, em filmes como *As Mil e Uma Noites* (1974), fisionomias que não existiam mais em nosso mundo moderno, ou seja, usando um meio de comunicação especificamente moderno. Do mesmo modo, Benjamin reconhecerá que o cinema e a técnica de modo geral podem se tornar meios de emancipação. Nesse aspecto, considerando, por exemplo, que o cinema constitui a forma de uma estética do choque em adequação com a nossa época, Benjamin se situa no antípoda do antimodernismo tecnofóbico de Heidegger⁷. No entanto, essa adequação não leva o meio cinematográfico a ser absorvido pela modernidade adotando os valores desta, uma vez que, pelo contrário, é a compreensão dos mecanismos modernos da subjetivação que nos permite agir sobre eles. Assim, ao mesmo tempo em que percebe bem os efeitos da propaganda

especificamente moderna que o cinema torna possível (ele vê diante dele o exemplo do uso que o nazismo faz do cinema), Benjamin compreende também a possibilidade de agir no sentido da emancipação. Encontramos aqui a ideia que mencionei anteriormente (falando então do cinema de Pasolini) das forças políticas próprias do cinema como sendo intrinsecamente corporais.

“Benjamin e Pasolini se opunham a uma linguagem cuja função essencial fosse a comunicação”

IHU On-Line – De que maneira as formas de vida apresentadas na ficção, especialmente na obra de Pasolini, tensionam as formas de vida positivistas hegemônicas que se estabeleceram no século passado?

Alain Naze – De modo geral, as formas de existência dominantes em nossa modernidade são incomodadas, no cinema de Pasolini, pela simples ruptura com sua hegemonia sem reserva. Em outras palavras, é na maioria das vezes com a simples presentificação de formas anacrônicas de existência que o cineasta consegue romper a uniformização consumista. Pensem no elogio da preguiça feito por Accatone, numa época em que o trabalho – repete-se isso sem parar – se tornou um “valor”; pensem também nos sorrisos desdentados que permeiam as aventuras de *Mil e Uma Noites*, rompendo com os nossos hábitos ocidentais e modernos de percepção do corpo asséptico do outro; pensem, por fim, na doméstica de *Teorema*, em contato com um mundo que ainda era

⁷ **Martin Heidegger** (1889-1976): filósofo alemão. Sua obra máxima é *O ser e o tempo* (1927). A problemática heideggeriana é ampliada em *Que é Metafísica?* (1929), *Cartas sobre o humanismo* (1947) e *Introdução à metafísica* (1953). Sobre Heidegger, confira as edições 185, de 19-6-2006, intitulada *O século de Heidegger*, disponível em <http://bit.ly/iuon185>, e 187, de 3-7-2006, intitulada *Ser e tempo. A desconstrução da metafísica*, disponível em <http://bit.ly/iuon187>. Confira, ainda, **Cadernos IHU em formação** nº 12, *Martin Heidegger. A desconstrução da metafísica*, que pode ser acessado em <http://bit.ly/iuon12>, e a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista **IHU On-Line**, de 10-5-2010, disponível em <https://goo.gl/dn3AX1>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica, parte integrante do ciclo de estudos Filosofias da diferença, pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. (Nota da **IHU On-Line**)

rico em milagres (a cena da levitação) etc.

Vemos, então, que Pasolini aposta essencialmente na força do anacronismo para nos descolar das formas de vida dominantes em nossa época. Assim, em *Pocilga* (1969), a personagem objetivamente mais escandalosa (a personagem representada por Pierre Clémenti, que se entrega ao canibalismo em um mundo sem tempo) causa talvez menos efeitos no espectador do que o pequeno burguês (representado por Jean-Pierre Léaud) que se sacrifica à sua paixão *devoradora* pelos porcos. Porque essa conduta, justamente por escapar à normatização burguesa, produz um efeito de anacronismo, fazendo surgir o heterogêneo em nosso presente, enquanto a conduta do quebrador de tabus, nas encostas do Etna, aparece mais como uma forma de vida pertencente a uma época finda – e, neste caso, o passado não tem efeito, está desvitalizado, perdeu sua força revolucionária.

“No advento dessa modernidade econômica e cultural, o que se impõe é uma história dos vencedores”

IHU On-Line – De que modo as contradições do século XX aparecem na cinematografia de Pasolini?

Alain Naze – Não sei se podemos falar de “contradições do século XX” no traçado do cinema de Pasolini, porque essa expressão com cheiro

marxista daria a entender a possibilidade de uma superação (dialética?) de tais contradições, ao passo que Pasolini me parece manter irresolutas, no mais das vezes, as oposições, a fim de conservar a eventual fecundidade destas. Parece-me que, em relação ao século XX, o que ele mais mostra é justamente certa homogeneidade que consiste em evacuar o diferente, o heterogêneo. Compreende-se, assim, por que, num texto como *Escritos Corsários*, ele pode ter a visão anacrônica de uma Europa sobre a qual paira a sombra de uma suástica – o que ele vê é um pouco uma Europa submetida ao paradigma do campo, não sem refletir certas posições contemporâneas de Giorgio Agamben⁸.

Nessas condições, se existe uma contradição na modernidade, ela

⁸ **Giorgio Agamben** (1942): filósofo italiano. É professor da Faculdade de Design e arte della IUAV (Veneza), onde ensina Estética, e do Collège International de Philosophie de Paris. Formado em Direito, foi professor da Università di Macerata, Università di Verona e da New York University, cargo ao qual renunciou em protesto à política do governo estadunidense. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e, fundamentalmente, política. Entre suas principais obras estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002), *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005), *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007), *Estâncias – A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007) e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 4-9-2007, o sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU publicou a entrevista Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível em <http://bit.ly/jasson040907>. A edição 236 da IHU On-Line, de 17-9-2007, publicou a entrevista Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin, disponível em <https://goo.gl/zZRChp>. A edição 81 da publicação, de 27-10-2003, teve como tema de capa O Estado de exceção e a vida nua: a lei política moderna, disponível para acesso em <http://bit.ly/ihuon81>. Em 30-6-16, o professor Castor Bartolomé Ruiz proferiu a conferência Foucault e Agamben. Implicações Ético Políticas do Cristianismo, que pode ser assistida em <http://bit.ly/29j12pl>. De 16-3-2016 a 22-6-2016, Ruiz ministrou a disciplina de Pós-Graduação em Filosofia e também validada como curso de extensão através do IHU intitulada Implicações ético-políticas do cristianismo na filosofia de M. Foucault e G. Agamben. Governamentalidade, economia política, messianismo e democracia de massas, que resultou na publicação da edição 241^a dos Cadernos IHU Ideias, intitulado O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno, que pode ser acessada em <http://bit.ly/1Yy07S7>. Em 23 e 24-5-2017, o IHU realizou o VI Colóquio Internacional IHU – Política, Economia, Teologia. Contribuições da obra de Giorgio Agamben, com base sobretudo na obra *O reino e a glória*. Uma genealogia teológica da economia e do governo (São Paulo: Boitempo, 2011. Tradução de: Il regno e la gloria. Per una genealogia teologica dell'economia e del governo. Publicado originalmente por Neri Pozza, 2007). Saiba mais em <http://bit.ly/2hCAore> (Nota da **IHU On-Line**)

reside justamente no fato de apresentar como formas de libertação aquilo que, na verdade, são apenas processos de normatização. Pasolini presenciou isso no que diz respeito à suposta “liberação sexual” dos anos 1960, mostrando que muitas vezes ela tomou a forma de uma “injunção ao coito”. Hoje, pode-se presenciar uma contradição comparável em relação ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, apresentado tantas vezes como o apogeu das lutas pela libertação homossexual, ao passo que corresponde bem mais a uma normatização das formas de vida gay dentro das condições de um mundo ocidental centrado na heterossexualidade. Encontramos aqui exatamente aquela lógica de exclusão (tendo em pano de fundo uma lógica inclusiva, poderíamos dizer no caso do casamento gay) que Pasolini havia evidenciado. No presente caso, as sociedades que não adotarem o casamento entre pessoas do mesmo sexo é que serão consideradas em breve como homofóbicas, ou então aquelas e aqueles que se recusarem a praticar o *coming out* é que serão acusados de covardia. Ora, não estamos vendo, novamente, que as sociedades modernas ocidentais querem o triunfo de suas normas no mundo inteiro? Pasolini falava de uma “homologação consumista” para designar esse devir uniforme do mundo.

IHU On-Line – Como a obra de Pasolini manifesta um feminismo crítico? De que ordem é esse feminismo?

Alain Naze – A pergunta me remete imediatamente a uma cena de *Accatone*, em que a personagem Madalena é espancada por rapazes. Pasolini volta a falar dessa cena nas *Cartas Luteranas*, qualificando essa violência como “idílica”. O que ele quer dizer com isso?

Não violento, Pasolini não está fazendo obviamente a apologia da violência exercida contra as mulheres. O que ele quer dizer, na verdade, é muito simples: essa

violência faz parte da estrutura de uma cultura determinada, e é isso que lhe dá um significado. Numa sociedade rural tradicional, esse tipo de cena podia acontecer; e, então, se a violência ali adquiria um sentido, era por estar estruturalmente ligada a todo um complexo cultural, regulando principalmente as relações entre os sexos. Essas formas de violência tornaram-se inaceitáveis para quem não pertence a essa cultura e logo foram consideradas “bárbaras”, no sentido de que precediam o advento de uma humanidade mais educada, mais civilizada. Pasolini evita reagir assim, e o adjetivo “idílico” contém todo o teor expressivo da distância que ele mantém em relação a qualquer juízo superior que poderia emitir dessa cultura popular em vias de extinção.

Pasolini percebe que essas culturas tradicionais eram rudes, violentas, mas, apesar de tudo, suas formas de violência se mantinham enquadradas num conjunto que lhes dava um sentido. O desaparecimento dessas culturas em proveito de uma civilização mais policiada torna esses comportamentos inaceitáveis, com certeza, mas isso não significa que a violência contra as mulheres vá desaparecer. Ao contrário, não mais enquadrados culturalmente, essas práticas de violência correm o risco de cair na desmedida e de se tornarem hiperviolência. As *Cartas Luteranas* testemunham esses transborda-

mentos por parte dos indivíduos de cultura pequeno-burguesa.

“É esse desprezo pelo passado que Pasolini e Benjamin rejeitam”

Feminismo “crítico” de Pasolini

Portanto, é por não poder fazer seu um feminismo especificamente moderno – que leva logicamente a fazer dos séculos passados épocas de sujeição e de infelicidade das mulheres e que equivaleria a uma condenação do passado enquanto tal – que chamei de “crítico” o feminismo de Pasolini. De fato, é a partir de uma concepção moderna da liberdade, da felicidade, da existência, que o feminismo vai lançar suas reivindicações, notadamente nos anos 1970. No entanto, se, por um lado, Pasolini compreende bem o desejo de emancipação das mulheres, por outro lado, ele quer evitar que tais reivindicações se façam em detrimento da tradição, ou seja, condenando como detestáveis condições de existência que, no tempo destas, podem ter sido consideradas

desejáveis, talvez até mesmo idílicas. Mais uma vez, vemos a mesma recusa de julgar a tradição e o passado a partir de uma posição especificamente moderna – pelo fato de que, com a possibilidade de emitir tal juízo, nega-se o caráter incomensurável dos dois universos considerados.

Em consonância com uma concepção benjaminiana da história, Pasolini recusa que as lutas de emancipação tomem as formas de uma história dos vencedores. Porém, para ele, muitas posições adotadas pelas feministas com as quais entra em discussão (em polêmica) provêm precisamente de uma lógica progressista, segundo a qual é incontestável que determinada condição feminina passada seja uma forma de opressão – quando é a distância cultural em relação a esse período que torna incompreensível para os modernos o significado que pode ter tido então essa condição feminina. No fundo, é uma recusa da violência contra os tempos passados, portanto, também contra os seres que viviam nesses tempos, que leva Pasolini a reconhecer a existência de um conflito cultural, que impossibilita emitir um juízo de valores acerca de um mundo que nos é profundamente estranho. Essa também é uma forma de justiça, que consiste em não fechar os ouvidos para a pretensão de que o passado pesa sobre a “*fraca* força messiânica” de que disporíamos. ■

Leia mais

- Pier Paolo Pasolini. Um trágico moderno e sua nostalgia do sagrado. Revista IHU On-Line, número 504, de 8-5-2017, disponível em <http://bit.ly/2rSrywU>.

O avassalador *Silêncio* de Scorsese

 medium.com/@_ihu



IX Colóquio Internacional IHU

A Biopolítica como teorema da Bioética

**17 e 18
de Outubro de 2017**

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros
Unisinos | Campus São Leopoldo

Conferencistas

Profa. Dra. Penelope Deutscher
Northwestern University - EUA

Profa. Dra. Vera Portocarrero
Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

Profa. Dra. Lori P. Knowles
University of Alberta - Canada

Prof. Dr. Agustín Domingo Moratalla
Universidad de Valencia - Espanha

Prof. Dr. Victor B. Penchaszadeh
Universidad Nacional de La Matanza - Argentina

Profa. Dra. Sandra Caponi
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Informações e inscrições em ihu.unisinos.br



Entre equívocos e disputas: conceitos sobre gênero e sexualidade em constante transformação

Gabriel Galli¹; Ramiro Figueiredo Catelan²

Uma pessoa começa a contar uma história e baixa o tom da voz para falar que alguém é homossexual. O jornal noticia a morte de uma mulher trans, mas usa um nome masculino para identificar a vítima. O evento é sobre abertura de espaços na empresa para contratação de travestis, mas as principais palestras são sobre a arte das drag queens e como programas de televisão as tornaram mais visíveis ao público de classe média. Essas situações, que aos olhos de ativistas, com razão, causam indignação, também geram medo de cometer erros ao falar sobre a questão em pessoas que estão começando a se familiarizar com o tema. Se, por um lado, é obrigação de quem pretende se posicionar sobre um assunto buscar informações sobre ele, por outro, é bastante difícil se manter atualizado acerca das constantes mudanças em torno do tema.

Vimos de uma tradição de produção do conhecimento que valoriza as definições duras e imutáveis. A credibilidade da ciência, para muitas pessoas, ainda é relacionada com a capacidade de calcular e de transformar em números, causas e efeitos

os fenômenos da natureza. Quando falamos em questões sociais, mais especificamente gênero e sexualidade, essa maneira de pensar pode não se encaixar de forma adequada ou generalizada. A formação semântica dos termos é fruto de disputa entre diferentes correntes teóricas e de movimentos sociais que tentam transformar suas vivências e reflexões em verbetes ou até mesmo desconstruí-los e questionar a necessidade de designações. Afinal, será que é possível encaixar as inúmeras possibilidades de sentir e se posicionar perante o mundo em caixas com formato preestabelecido e com limites tão rígidos?

O acrônimo que designa pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) é um exemplo dessas disputas. Durante um tempo considerável, se utilizou o termo GLS para se referir a esse público de forma a agrupar, talvez com objetivos comerciais, aquelas pessoas que se identificavam como gays e lésbicas e os simpatizantes, para dizer que espaços eram abertos ou tinham programações voltadas a esse público. Com o passar dos anos, passou-se a utilizar o termo GLBT, para identificar, além desse estrato da população, um movimento político que englobasse as pessoas bissexuais e transgênero, excluindo os simpatizantes por entender que não se luta pelos direitos deles. Posteriormente, os movimentos de mulheres lésbicas reivindicaram que a letra L fosse posta na frente para sinalizar o quanto o movimento era capita-

1 Gabriel Galli é jornalista e mestrando em Comunicação Social pela PUCRS, coordenador geral do grupo SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade e cofundador do grupo Freeda – Espaços de Diversidade, além de editor da Roxa Newsletter (<http://roxa.jor.br>), que discute gênero e sexualidade.

2 Ramiro Figueiredo Catelan é psicólogo, psicoterapeuta, mestrando em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS e pós-graduando em Terapia Cognitivo-Comportamental pelo CEFI. É pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX/UFRGS) e do Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais (PVPP/PUCRS).



“Para ativistas, colocar-se em uma posição de patrulha em relação ao desconhecimento alheio geral é mais um equívoco do que uma virtude”

neado por homens gays que, mesmo tendo uma parcela da sua identidade desviante da norma heterossexista, ainda se beneficiavam do machismo estabelecido, então se passou a utilizar a sigla LGBT.

No Brasil, o uso da sigla foi referendado pela 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada em 2008, em Brasília. No entanto, ainda existem variantes: em países da América Latina, da América do Norte e da Europa, é comum utilizar o termo LGBTI para englobar também pessoas intersexo. O termo LGBTQ tenta abarcar quem se identifica como queer³. LGBTTT engloba as identidades de travestis, transexuais e transgêneros.

Qual é o mais correto? Depende de contexto e consenso. E para saber disso, apenas observando as discussões sobre os temas que se atualizam

com frequência, sem se apegar ao que dicionários estabelecem como o mais correto. Se fosse por eles, continuaríamos entendendo que travestis são pessoas que optaram por não realizar uma cirurgia de transgenitalização e que devem ser tratadas por pronomes masculinos. As pessoas que vivem o termo devem ser mais ouvidas sobre como devem ser chamadas e tratadas do que as normas que nos acostumamos a obedecer.

Isso não significa que devemos nos despreocupar com os termos e sermos desleixados em relação a como falar sobre o assunto. Pelo contrário: é obrigação de quem pretende compreender um novo campo ou contexto se colocar numa posição de constante curiosidade e investigar as melhores formas de evitar confusões, desrespeitos e generalizações errôneas. Tratamentos preconceituosos e estigmatizantes reforçam a violência sofrida por LGBTs diariamente. Como no exemplo citado anteriormente, um jornal que nega o direito à identidade de uma pessoa transexual ao noticiar uma violência sujeita essa pessoa a uma segunda morte: a causada pela invisibilidade e pela negação de um direito humano. É preciso ressaltar que o preconceito e o estigma são determinantes estruturais na vida da população LGBT e criam um cenário de vulnerabilidade social bastante grave, podendo colaborar para uma série de agravos e entraves, que vão desde complicações de saúde mental, barreiras no acesso à saúde, maiores taxas de rejeição fa-

³ **Teoria Queer:** gíria inglesa usada em referência a homossexuais. Está associada à *teoria queer*, desenvolvida nos anos 1980, nos Estados Unidos, a partir da publicação do livro *Gender Trouble*, de Judith Butler. Possui um alto grau de influência do filósofo francês Michael Foucault e suas ideias sobre a sexualidade. Sobre a *teoria queer*, confira a edição nº 32 dos *Cadernos IHU Ideias*, intitulada *A meia luz: a emergência de uma teologia gay. Seus dilemas e possibilidades*, escrita por André Sidnei Musskopf, disponível em <http://bit.ly/1e-tDPIk>. Musskopf também apresentou o evento IHU Ideias em 11-09-2008, debatido na entrevista *Via(da)gens teológicas. Itinerários de uma teologia queer no Brasil* – a entrevista foi publicada no sítio do IHU em 07-09-2008 e está disponível em <http://bit.ly/R24T9H>. Ainda sobre o assunto, confira a entrevista *Transgressão, implosão, mistura, desconstrução e reconstrução*, com Musskopf, publicada na edição 227 da IHU On-Line, de 09-07-2007, intitulada *Frida Kahlo – 1907-2007*, disponível em <http://bit.ly/1glo8Et>. E a entrevista *Torcidas Queer e a homofobia nos estádios de futebol*, com Gustavo Andrada Bandeira, publicada no dia 02-05-2013 no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/10ufBEy>. (Nota da **IHU On-Line**)

miliar e comunitária, maior suscetibilidade ao desemprego e à evasão escolar, até a exposição à violência física e assassinato.

Por outro lado, para ativistas, colocar-se em uma posição de patrulha em relação ao desconhecimento alheio geral é mais um equívoco do que uma virtude. Devemos reconhecer que chega um momento, depois que se é tão discriminado, que nem sempre é fácil se colocar em uma postura de educador e ser tolerante à indiferença das pessoas a situações que nos são caras. Não podemos exigir que todas as pessoas ajam de forma acolhedora e aberta. É legítimo não ser assim. Porém, é necessário reconhecer que o escracho daqueles que cometem erros gera uma sensação constante de medo ao se falar do tema, que pode resultar em mais invisibilidade sobre ele. Talvez seja mais interessante ver pessoas falando sobre o preconceito contra o homossexualismo (sic), alertar sobre o

erro e manter-se em uma postura de diálogo, do que aceitar que o tema não seja debatido, e a discriminação, mais disseminada. É preciso criar espaços de diálogo e convergência para que possa haver produção de características comuns que coloquem as pessoas em sintonia, entendendo e validando suas diferenças, semelhanças e criando interfaces para um mundo com menos iniquidade e mais diversidade.

Por isso, tentamos estabelecer aqui um glossário de termos que são mais corriqueiros ao se falar sobre gênero e sexualidade. Ele não é a palavra final sobre todos esses verbetes, e sim uma tentativa de “fotografar” o que se fala no momento a respeito dessas questões. Talvez algumas das compreensões possam ser contestadas, de acordo com as afiliações teóricas de cada pessoa. Faz parte desse esforço de compreender vivências em construção estar aberto às reinterpretações.

GLOSSÁRIO

Homossexual – pessoa que se relaciona afetiva/sexualmente com pessoas do mesmo gênero.

Heterossexual – pessoa que se relaciona afetiva/sexualmente com pessoas de gênero diferente.

Gay – homem que se relaciona afetiva/sexualmente com outros homens. Ser gay não é apenas uma classificação, mas uma identidade política. Existem homens que se relacionam com outros homens e que necessariamente não se identificam como gays.

Lésbica – mulher que se relaciona afetiva/sexualmente com outras mulheres. Assim como ser gay, ser lésbica caracteriza uma vivência e um movimento político, não apenas uma classificação.

Bissexual – pessoa que se relaciona afetiva/sexualmente com pessoas dos gêneros masculino e feminino.

Travesti – o senso comum entende a travesti como uma mulher que foi designada com o gênero masculino quando nasceu, que passa a se identificar com o gênero feminino posteriormente e opta por não realizar a cirurgia de transgenitalização. Entretanto, hoje se compreende que travesti é uma identidade de gênero característica dos contextos brasileiro e latino-americano que não está relacionada com o desejo ou necessidade de passar por uma cirurgia. Muitas travestis, apesar de se identificarem com o feminino (o que faz com que devam ser tratadas com o pronome “a”, já que não existe “o” travesti), não se adequam completamente às convenções do que é ser homem ou mulher na sociedade e reivindicam a identidade travesti como um gênero próprio. Por conta do contexto de vulnerabilidade social e intenso estigma a que estão expostas, a maioria das travestis precisa recorrer ao trabalho sexual como



única forma possível de sustento.

Pansexual – pessoas que se relacionam com outras pessoas independentemente do gênero que se identifiquem.

Sexo – a tradição médica designa o sexo como um conjunto que envolve genitais, cromossomos, hormônios e gônadas de uma pessoa. A partir da análise visual desses elementos, costuma-se definir se uma pessoa é homem ou mulher antes mesmo do nascimento, por meio de exames de ultrassonografia. Porém, algumas abordagens das ciências sociais questionam as diferenças entre sexo e gênero, tomando ambos como produções discursivas da ciência e das relações de poder estabelecidas em cada contexto.

Gênero – as definições mais popularizadas sobre o termo delimitam gênero como a leitura social sobre os papéis que as pessoas ocupam na sociedade e as formas com que as características identitárias são performadas. O gênero, nessa concepção, não depende do sexo e é marcado por relações de poder muitas vezes desiguais, criando hierarquias que colocam os homens como superiores e as mulheres como inferiores.

Orientação sexual – termo que se refere às diferentes possibilidades de atração sexual e afetiva por outras pessoas, como homossexualidade, bissexualidade, pansexualidade etc.

Diversidade sexual e de gênero – termo guarda-chuva que se refere às diferentes identidades, expressões de gênero e orientações sexuais existentes. É uma forma de afirmar que não existe apenas uma maneira de viver a sexualidade e que deixa aberto um espectro possível de identificações que fogem dos padrões tradicionais.

Identidade de gênero – forma com que uma pessoa se identifica a partir das referências de gênero presentes em cada contexto.

Ideologia de gênero – termo pejorativo usado para afirmar que a diversidade sexual e de gênero é apenas uma questão baseada em ideias imorais que não encontram

vínculo com a realidade. É comum que as pessoas que são contra a “ideologia de gênero” afirmem que ativistas querem doutrinar crianças para negarem que homens e mulheres foram feitos por deus com papéis definidos e imutáveis. O mais curioso do termo é que ele não é incorreto, se for analisado de forma mais objetiva, já que todas as visões sobre gênero, inclusive aquelas propagadas pela moralidade mais difundida, são visões ideológicas acerca do tema. Por exemplo, entender que uma mulher deve ter a vida dedicada ao cuidado da família e à procriação, como se prega nos discursos conservadores e machistas, é uma ideologia de gênero.

Nome social – designação pela qual pessoas trans e travestis se identificam e são reconhecidas socialmente. O nome social é um direito garantido por uma série de portarias e normativas em âmbitos nacional e estaduais. O direito à identidade e à autoidentificação é básico e central na vida das pessoas e deve ser fomentado, estimulado e garantido.

Patriarcado – forma como os sistemas sociais são organizados dando a centralidade à figura masculina, predispondo à dominação masculina sobre crianças, mulheres e a propriedade.

Cisgênero – termo que designa as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando nasceram. Uma das funções do termo é afirmar que se é necessário ter uma palavra para designar as pessoas transgênero, as pessoas que não são transgênero também devem ganhar uma terminologia própria.

Transgênero – termo guarda-chuva para se referir às vivências das pessoas que têm um gênero oposto ao que lhes foi designado no momento do nascimento. Abarca transexualidade, travestilidade e outras identidades, como as hijras na Índia e as fa’afafine em Samoa. Apesar de ser um termo prevalente no contexto anglo-saxão, no Brasil os movimentos sociais têm dado preferência à terminologia “pessoas trans”.

Transexual – pessoa que foi designada com um gênero no nascimento, mas que passa a reivindicar outro gênero ao longo da vida. Uma pessoa que foi designada com o gênero feminino ao nascer, mas que reivindica o gênero masculino, é um homem trans, por exemplo. Uma pessoa que foi designada com o gênero masculino ao nascer, mas que se identifica com o gênero feminino, é uma mulher trans.

Gênero não-binário – termo usado para se referir às identidades de gênero que rompem a dicotomia homem/mulher, podendo abarcar pessoas que não se identificam nem como homens nem como mulheres, pessoas que se consideram sem gênero ou de outros gêneros presentes em cada contexto cultural.

Feminismos – conjunto de movimentos políticos e sociais que lutam pela igualdade entre os gêneros, empoderamento das mulheres e libertação do patriarcado. É comum utilizar a palavra no plural para reconhecer que não existe apenas uma forma de feminismo, mas diversas vertentes com visões e históricos diferentes da luta, como o feminismo negro, transfeminismo, feminismo classista, feminismo radical e feminismo interseccional.

Drag Queen ou transformismo – manifestação artística em que se tenta exagerar características do gênero feminino.

Lugar de fala – é a ideia de que pessoas que sofrem determinadas vivências, opressões e iniquidades têm uma posição de conhecimento diferenciada e preferencial a respeito daquilo que experienciam, tendo maior propriedade para falar

a respeito, numa ideia de valorização do protagonismo.

Machismo – conjunto sistemático de práticas e ideias que inferiorizam as mulheres e supervalorizam os homens, criando uma relação de hierarquia e desigualdade. Costuma ser expresso por meio de atitudes negativas, ofensas, deprecições e piadas direcionadas a mulheres, e pode ter tanto formas explícitas quanto sutis.

Homolesbotransfobia – termo genérico para se referir ao preconceito direcionado a gays, lésbicas e pessoas trans. A categoria “homofobia” foi criada pelo psicólogo estadunidense George Weinberg para patologizar as pessoas preconceituosas, invertendo a lógica que considerava pessoas não heterossexuais doentes e perversas. Porém, visões contemporâneas entendem o preconceito como uma atitude, processo psicológico de categorização e rotulação que envolve aspectos cognitivos, comportamentais e emocionais direcionados a grupos específicos, atingindo pessoas por terem características negativas atribuídas aos grupos às quais pertencem. Dessa forma, o preconceito é entendido como um processo de aprendizagem passível de ser identificado, monitorado e modificado, e não como uma doença. É importante frisar que “heterofobia” não existe enquanto um preconceito estrutural, pois preconceito sempre envolve relações de hierarquia, desigualdade e inferiorização. Pessoas heterossexuais podem ser individualmente discriminadas em alguns contextos, mas esse fenômeno não acontece de forma sistemática, reiterada e generalizada como o que acontece com a população LGBT.

Termos e situações que merecem atenção

Aidético – termo considerado pejorativo. Atualmente faz menos

parte da linguagem corrente, mas há pouco tempo era usado, inclusive na imprensa, para designar pessoas que vivem com HIV/aids. Hoje, entende-se que fomenta estigma e dis-

criminação. O termo mais adequado é pessoa que vive com HIV/aids ou pessoa soropositiva.

Homossexualismo – o sufixo “ismo” está historicamente associado a doenças. As sexualidades não-heterossexuais deixaram de ser consideradas patológicas pela ciência. Em vez de homossexualismo, pode-se dar preferência a termos como homossexualidade, homossexual, gay, lésbica etc.

Homoafetivo – o termo homoafetivo é bastante comum no Direito para designar casais de pessoas do mesmo gênero. O problema da palavra é a característica de eufemização ou suavização da sexualidade das pessoas. Ela é utilizada principalmente como uma tentativa de tornar mais palatável a vivência de LGBTs em ambientes conservadores, mas movimentos sociais questionam o quanto é estratégico politicamente ceder a essa condição. Uma pesquisa recente realizada pelo Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS demonstrou que o uso da categoria “homoafetivo” não mudou a opinião das pessoas em relação ao apoio ao casamento entre pessoas do mesmo sexo quando comparada aos termos “homossexual” e “pessoas do mesmo sexo”. A justificativa para a sustentação do casamento entre pessoas do mesmo sexo deve passar pela esfera pública, laica, formal, universal e abstrata, na forma de garantia de direitos, atendendo aos interesses das pessoas sem que se precise recorrer à noção vaga, imprecisa e higienista de amor romântico implicada no uso do termo “homoafetivo”.

Divulgação da condição sorológica de uma pessoa – profissionais de comunicação, educação e saúde devem prestar atenção na necessidade de não divulgar se uma pessoa vive com HIV/aids contra a vontade dela. Apenas ela tem condições plenas de analisar o efeito que isso causaria nas suas relações sociais, profissionais e afetivas.

Tirar do armário à força – a orientação sexual ou identidade de gênero de uma pessoa não deve ser divulgada sem a anuência explícita da pessoa. Em alguns casos, fazer isso pode colocá-la em sérios riscos. Recentemente ficou famosa a situação de um jornalista que, ao cobrir as Olimpíadas do Rio de Janeiro, procurou atletas em aplicativos de encontro gays e divulgou aqueles que estavam presentes nas plataformas. O profissional foi duramente criticado, já que diversos atletas viviam em países em que a homossexualidade é punida com prisão e até mesmo pena de morte.

Hermafrodita – termo que deve ser evitado para se referir às pessoas intersexuais por estar carregado de estigma. Atualmente é mais utilizado para descrever seres não humanos nas ciências biológicas.

Ser normal – é comum e errado que se faça uma oposição entre pessoas LGBT, vivendo com HIV/aids ou indivíduos que vivem com algum transtorno psicológico e pessoas normais. A questão é que o conceito de “normalidade” é questionável. Entender pessoas com essas vivências como anormais parte do princípio de que existe apenas um padrão correto e aceitável de como viver.

Cura da homossexualidade e da transexualidade – ganham força no Brasil movimentos que pregam a possibilidade de “cura” de pessoas LGBT por meio de “reversão sexual”. O Conselho Federal de Psicologia proíbe enfaticamente que profissionais da psicologia realizem tentativas de reparar ou curar a homossexualidade. Essas tentativas, além de ineficazes, causam grande sofrimento às pessoas. Os estudos científicos contemporâneos são taxativos ao afirmarem que as orientações não heterossexuais não são doenças, mas sim espectros da normalidade em termos da sexualidade, devendo ser apoiadas e validadas. Qualquer tentativa de cura ou reversão deve ser denunciada, sendo passível de penalidades administrativas. ■

Feminismo é necessário e urgente

Para Lola Aronovich, se vive um processo constante de tentar educar a população

Vitor Necchi

A professora e blogueira Lola Aronovich se tornou uma referência na internet para milhares de mulheres em temas relacionados a feminismo. No auge do seu blog, o *Escreva Lola Escreva* manteve uma média de 300 mil visitas por mês. A popularidade, a contundência e a natureza de seus textos despertaram muito ódio, tanto que foi alvo de mentiras e ofensas, além de ameaçada de estupro e morte. Mas não se calou, mesmo que várias vezes tenha pensado em parar. “Não consigo ficar sem escrever”, reconhece. “Acabar o blog passaria a mensagem de que eles venceram. E eles não podem vencer. Nem sabem o que é isso.”

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Lola afirma que se vive um processo constante de tentar educar a população. “A lei do feminicídio é recente e muitos não a entendem, não veem que várias mulheres (entre 10 a 15 por dia) são mortas por serem mulheres”, critica. Há agressões mais sutis também. Ela lembra que, quando se pretende xingar mulheres, são usadas palavras que se referem à sua sexualidade (vagaba, piranha, vaca, galinha, vadia, malcomida) ou à sua aparência (mocreia, dragão, baranga). “Esses termos não são unissex. Não existe piranha ou baranga”, compara.

A violência contra as mulheres, em particular os feminicídios, contém uma

grande dose de ódio. “E não é incomum que, em vários casos, a mulher seja estuprada antes ou depois de assassinada”, observa Lola. “Quando o agressor causa mutilações, ele geralmente escolhe órgãos que identificam a vítima como mulher, como seios e vagina.” O horror não tem limite. A professora conta que “homens que batem em mulheres também alvejam partes sexuais ou que geram filhos”. Conforme sua análise, “talvez a mulher, naquele momento, não esteja individualizada, mas represente todo o ódio que o agressor sente pelas mulheres”. Há uma constatação grave: “O homem crê que pode fazer com sua parceira ou ex o que quiser, inclusive matá-la”.

Lola Aronovich é uma blogueira feminista e pedagoga argentina naturalizada brasileira. Doutora e mestra em Literatura em Língua Inglesa pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, desde 2010 é professora da Universidade Federal do Ceará - UFC, no Departamento de Estudos da Língua Inglesa, suas Literaturas e Tradução. Suas pesquisas tratam de gênero, literatura e cinema. Todo semestre oferece o curso de extensão *Discutindo gênero através de literatura e cinema*. Em 2008, começou o *Escreva Lola Escreva*, um dos maiores blogs feministas do Brasil, com média de 400 mil visualizações por mês.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Além da agressão física, a violência de gênero se processa de outras formas, mas nem sempre elas são encarradas como tal. Quais são essas outras maneiras?

Lola Aronovich – Estamos em um processo constante de tentar educar a população. A lei do feminicídio é recente e muitos não a entendem, não veem que várias mulheres (entre 10 a 15 por dia) são mortas por

serem mulheres. Ainda há muitos homens que não acreditam em uma mulher quando ela diz ter sido estuprada, e, no caso da violência doméstica, ainda impera a máxima da “em briga de marido e mulher, não

“O Brasil tem a quinta maior taxa de feminicídios no planeta, mas este é um massacre universal, que ocorre também em países ricos”

se mete a colher”. Ou seja, se mesmo em casos óbvios de agressão física há pessoas que não encaram essas agressões como violência de gênero, imagine outras que são mais sutis. Há atitudes que sequer são consideradas violências por grande parte da sociedade, mas que fazem parte do cotidiano e funcionam como agressões. Um termo que agora está ganhando espaço é o *gaslighting*, ou seja, desqualificar os sentimentos de uma mulher, chamando-a de louca, e fazer com que ela se sinta insana. Isso entra como violência psicológica. Outra expressão é a pornografia da vingança, ou *revenge porn*, que consiste em espalhar fotos e vídeos íntimos de uma mulher.

É a típica violência de gênero, porque as mulheres ainda são julgadas de uma forma totalmente diferente quando fazem o mesmo que os homens fazem – no caso, sexo. Pode ser enquadrada como um tipo de violência sexual. Dizer ou sugerir que uma mulher não tem competência para fazer determinada coisa, ou para ingressar em algum curso, também não deixa de ser violência de gênero. Podemos chamar isso de violência moral. Há ainda a violência patrimonial, como controlar o dinheiro ou propriedade de uma mulher. E, num país que condena mulheres, em especial as pobres e negras, à morte em decorrência de abortos clandestinos inseguros, o controle dos direitos reprodutivos vale como violência. Além disso, há atitudes que não são vistas como violências, mas não deixam de ser. Um exemplo é o jeito como a maioria dos homens se senta nos assen-

tos do transporte público, com as pernas bem abertas, ocupando um espaço que não é seu. Ou o que chamamos de *mansplaining*, ou home-xplicanismo, que é o hábito muito masculino de ter a autoestima tão elevada que pensa que é especialista em tudo quanto é assunto, e sente-se especialmente à vontade para “ensinar” mulheres sobre vários temas. Estou acostumada com homens que vêm ao meu blog e Twitter para me explicar o que é feminismo e até para cassar minha carteirinha.

IHU On-Line – Que estratégia uma pessoa pode adotar para identificar e não reproduzir a violência de gênero? Inverter os papéis para analisar a situação?

Lola Aronovich – Não é fácil, realmente exige todo um esforço de desconstrução. Às vezes inverter os papéis pode ser uma saída, mas há que se tomar cuidado para não cair nas falsas simetrias. Por exemplo, o caos que a pornografia da vingança pode causar na vida de uma mulher não é comparável à divulgação de um vídeo de um homem fazendo sexo. Porém, no caso das ofensas, tentar inverter os papéis pode funcionar. Por exemplo, acho que usamos e repetimos insultos sem pensar em como eles são genderizados. Quando queremos xingar mulheres, usamos termos que se referem à sua sexualidade (vagaba, piranha, vaca, galinha, vadia, malcomida) ou à sua aparência (mocreia, dragão, baranga). Esses termos não são unissex. Não existe piranha ou barango. Isso quer dizer que temos centenas de

termos ofensivos para atacar a sexualidade e a aparência das mulheres, e a falta de termos masculinos indica que não julgamos ou condenamos homens por serem sexualmente promíscuos ou fora do padrão de beleza. É para se pensar também que, muitas vezes, quando queremos ofender um homem, xingamos a sua mãe (filho da puta, também relacionado à sexualidade dela). A maioria das pessoas mal pensa nisso. É só quando analisamos um discurso ou uma situação que podemos identificar a violência contida nesse discurso ou situação. Tenho um aluno na faculdade que disse que começou a identificar atitudes machistas nele depois que passei a ser sua professora. Ele não é machista, mas notou que costumava interromper mulheres e falar mais do que elas em rodas de conversa com amigos, por exemplo. Fiquei feliz quando a namorada dele, que não é minha aluna, disse que ele havia alterado pequenas atitudes, mas que fazem diferença.

IHU On-Line – Nos homicídios masculinos, o uso de arma de fogo ocorre em 73,2% dos casos; nos femininos, em 48,8%. A morte decorrente de estrangulamento/sufocação é a causa de 6,1% da morte de mulheres e 1,1% de homens (Mapa da Violência 2015). Esses dados evidenciam o quanto o ódio é fator presente na mortalidade feminina? Por que a mulher é tão odiada pelo agressor machista?

Lola Aronovich – Sim, a maior parte dos feminicídios contém uma

grande dose de ódio. E não é incommum que, em vários casos, a mulher seja estuprada antes ou depois de assassinada. Quando o agressor causa mutilações, ele geralmente escolhe órgãos que identificam a vítima como mulher, como seios e vagina. Homens que batem em mulheres também alvejam partes sexuais ou que geram filhos. Talvez a mulher, naquele momento, não esteja individualizada, mas represente todo o ódio que o agressor sente pelas mulheres. Assim como uma mulher que finalmente arranja forças para se separar do marido em um relacionamento abusivo não está apenas rompendo com ele, mas com todo um modelo de vida que lhe foi ensinado (de que o mais importante na vida de uma mulher é ter um homem), o homem expõe toda a misoginia que aprendeu com a religião, com a mídia, com os pais, com a escola (que não aceita falar em questões de gênero), ao matar a esposa, namorada ou ex. Ele deixa claro que prefere a parceira morta a vê-la com outro homem.

IHU On-Line – Entre as mortes ocorridas em ambientes domiciliares, verifica-se uma maior incidência entre mulheres (71,9% dos casos) do que homens (50,4%). Esses dados se relacionam à autoria dos crimes: mulheres são mais agredidas por pessoas conhecidas, enquanto os homens, por estranhos. Ou seja, mulheres são as maiores vítimas da violência doméstica e familiar. A impunidade do homem agressor é um dos principais fatores que alimentam essas trágicas estatísticas?

Lola Aronovich – O dado mais alarmante que conheço, que aponta para uma pandemia, é o da ONU [Organização das Nações Unidas]: de todas as mulheres mortas no mundo, 38% são assassinadas pelo parceiro, atual ou ex. O parceiro que deveria amá-la e, sob a própria ótica do patriarcado, protegê-la (de outros homens), é o que a mata. O

Brasil tem a quinta maior taxa de feminicídios no planeta, mas este é um massacre universal, que ocorre também em países ricos. Não sei se a impunidade do homem agressor é um dos principais fatores para explicar esses dados. Penso que, mais do que isso, é a visão que o homem tem da mulher como sua propriedade. O homem crê que pode fazer com sua parceira ou ex o que quiser, inclusive matá-la.

IHU On-Line – Que autoras são determinantes para se avançar na discussão de gênero e por quê?

Lola Aronovich – São tantas... Adoro autoras mais antigas que continuam relevantes, como Susan Faludi¹ e Naomi Wolf². bell hooks [pseudônimo de Gloria Jean Watkins³, escrito em letras minúsculas], que prega um feminismo para todos e define o movimento como uma luta contra todas as opressões, incluindo as raciais e econômicas. Elisabeth Badinter⁴ ainda faz um bom debate

1 **Susan Faludi** (1959): jornalista nascida nos Estados Unidos, trabalhou em publicações como Wall Street Journal, San Jose Mercury News, West, Ms. & Mother Jones. Autora do livro de *Backlash – O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*, lançado no Brasil pela editora Rocco. Recebeu o Prêmio Pulitzer de Reportagem Explicativa em 1991. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Naomi Wolf** (1962): escritora feminista estadunidense. Seu livro *O mito da beleza: como as imagens da beleza são usadas contra as mulheres* (Rio de Janeiro: Rocco, 1992), publicado em 1991, se tornou uma referência da terceira onda do feminismo ao analisar como a exigência de as mulheres se adequarem a um ideal de beleza feminina dificulta sua ascensão ao poder político e social. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Gloria Jean Watkins** (1952): mais conhecida pelo pseudônimo bell hooks (escrito em minúsculas), é uma autora feminista e ativista social nascida nos Estados Unidos. O nome bell hooks foi inspirado em sua bisavó materna, Bell Blair Hooks. Sua produção trata da interconectividade de raça, capitalismo e sexo, que ela descreve por sua capacidade de produzir e perpetuar os sistemas de opressão e dominação de classe. Publicou mais de 30 livros e muitos artigos. Aborda raça, classe e gênero na educação, arte, história, sexualidade, mídia de massa e feminismo. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Élisabeth Badinter** (1944): filósofa, historiadora e ativista francesa. É autora da teoria de que o instinto materno não é algo desenvolvido naturalmente, e sim uma construção nascida do convívio, perspectiva que despertou polêmica nos anos 1980. No livro *Um Amor Conquistado – O Mito do Amor Materno* (lançado no Brasil pela Nova Fronteira), discute sobre o papel da mulher, afirmando que o instinto maternal é um constructo social e que o amor nasce do convívio com a criança. Em *O Conflito – A Mulher e a Mãe* (Editora Record), denuncia a pressão que recai sobre as mulheres para que amamentem e durmam com seus bebês. Badinter defende que as mulheres tenham o direito de usar o próprio corpo da maneira que quiserem, incluindo o exercício livre de sua sexualidade, o direito ao aborto e à substituição. Também defen-

sobre o mito do amor materno. Beatriz Preciado⁵, por fazer provocações interessantes, Julia Serano⁶, e também Berenice Bento⁷, por serem referências no transfeminismo. Joan Scott⁸ e Donna Haraway⁹, que pergunta como seria viver num mundo pós-gênero. Guacira Lopes Louro¹⁰, por tratar de gênero na educação. Heleieth Saffioti¹¹ e seu feminis-

de o casamento homossexual e a homoparentalidade. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Paul B. Preciado [Beatriz Preciado]** (1970): filósofo feminista espanhol, homem trans e discípulo de Jacques Derrida, Preciado é grande referência de Teoria Queer e na filosofia de gênero. *Um bem precioso*. Entrevista com Beatriz Preciado publicada nas Notícias do Dia, de 24-02-2011, publicada nas Notícias do Dia do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1OrKZPO>; *O gênero multiplicado*. Artigo de Beatriz Preciado publicado nas Notícias do Dia do Instituto Humanitas Unisinos – IHU de, 2-9-2011, disponível em <http://bit.ly/1IXm6rx>. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Julia Serano** (1967): escritora, performer, ativista, musicista e bióloga nascida nos Estados Unidos. É uma mulher trans, autora de *Whipping Girl: A Transsexual Woman on Sexism and the Scapegoating of Femininity, Excluded: Making Feminist and Queer Movements More Inclusive and Outspoken: A Decade of Transgender Activism and Trans Feminism*. Seus artigos e ensaios tratam de temas como ativismos feminismo, queer/LGBT e trans, sexismo, sexualização, estereótipos da mídia, representações psiquiátricas de gênero e minorias sexuais, bissexualidade e feminilidade. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Berenice Bento** (1966): socióloga, mestre e doutora em Sociologia brasileira. Pesquisa temas como gênero, sexualidade e direitos humanos. Leciona na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, onde coordena o Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Diversidade Sexual, Gêneros e Direitos Humanos. Colunista da Revista CULT desde 2015. Em 2011, recebeu do governo federal o Prêmio Direitos Humanos, na categoria Igualdade de Gênero. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Joan Wallach Scott** (1941): historiadora nascida nos Estados Unidos. Seu trabalho, inicialmente dedicado à história francesa (movimento operário e história intelectual), foi direcionado na década de 1980 para a história das mulheres a partir da perspectiva de gênero. Em 1986, contestou a dualidade entre sexo e gênero, estabelecendo novas perspectivas para os estudos de gênero, quando publicou o artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Donna Haraway** (1944): bióloga, filósofa, escritora e professora nascida nos Estados Unidos. Escreveu diversos livros e artigos sobre ciência e feminismo. Entre seus textos mais destacados está o ensaio *Manifesto ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*, publicado originalmente no periódico *Socialist Review*, em 1985. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Guacira Lopes Louro**: professora aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Foi fundadora do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero. Tem como interesse de pesquisa questões de gênero, sexualidade e teoria queer em articulação com o campo da Educação. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Heleieth Iara Bongiovani Saffioti** (1934-2010): socióloga marxista, professora, estudiosa da violência de gênero e militante feminista brasileira. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo – USP em 1960, quando começou suas pesquisas sobre a condição feminina no Brasil, tema de sua tese de livre-docência para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), intitulada *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*, trabalhou realizado sob orientação de Florestan Fernandes. O texto foi publicado pela editora Vozes em 1976 e se tornou um best-seller na época. Até hoje trata-se de uma referência nos estudos de gênero. Lecionou na

mo marxista. Sueli Carneiro¹², que foca no feminismo negro. Kimberlé Crenshaw¹³ e seu pioneirismo em relação à interseccionalidade. Jovens autoras negras, como Djamila Ribeiro¹⁴, Roxane Gay¹⁵, Chimamanda Ngozi Adichie¹⁶, e tenho certeza que esqueci de um monte de gente.

IHU On-Line – Qual a importância do feminismo?

Lola Aronovich – Sem dúvida o feminismo é necessário e urgente. Uma das faces mais perversas do machismo é desqualificar a luta das mulheres. A quem interessa que as mulheres tenham vergonha em se declarar feministas e a lutar por direitos iguais? Vemos propostas no Senado que visam transformar acusações falsas de estupro em um crime tão hediondo quanto estupro. Vemos avançar um projeto que determina que a vida deve ser inviolável desde a concepção. Caso apro-

vada, ela abre brechas para proibir o aborto em todos os casos, até na gravidez decorrente de estupro e quando a gestante corre risco de vida (o projeto é tão retrógrado que pode acabar, por tabela, com inseminação artificial e pesquisas com células-tronco embrionárias). Em alguns sentidos, estamos regredindo. Hoje temos uma maior divisão de brincados por gênero, por exemplo, do que tínhamos meio século atrás. Os números de estupro e feminicídios não vêm diminuindo. Certamente estamos mais próximas hoje da reação conservadora dos anos 1980 do que das conquistas e revoluções das décadas de 1960 e 1970. Uma mulher ainda é estuprada a cada 11 minutos no Brasil, e isso se contarmos apenas os casos que são denunciados. Ainda temos uma representatividade política baixíssima no Congresso. Ainda ganhamos menos ao exercer a mesma função dos homens, mesmo que agora tenhamos maior escolaridade que eles. E, mesmo que tenhamos ocupado vários espaços, os homens ainda se recusam a fazer a sua parte nas tarefas domésticas e na criação dos filhos. Um dos meus sonhos é que o feminismo realmente se torne obsoleto um dia, mas sei que isso não acontecerá na minha vida.

“A maior parte dos feminicídios contém uma grande dose de ódio”

IHU On-Line – A senhora mantém o Escreva Lola Escreva desde janeiro de 2008, considerado o maior blog feminista do Brasil. Como é quase impossível conter ofensas e mentiras na internet, e como seus textos denunciam o patriarcado e o machismo cotidiano, ele despertou muito ódio?

Lola Aronovich – Sim, despertou muito ódio e continua despertando. É inacreditável o tempo e esforço que alguns grupos empenham para me silenciar. Trolls apareceram desde o início do blog, e o perfil deles é sempre o mesmo: homens cis, brancos, hétero, de direita, conservadores e preconceituosos. Mas o número de trolls e haters foi crescendo à medida que o blog foi crescendo. Eu diria que há talvez três grupos que me atacam, bastante parecidos entre si. Um é o que chamo de “reaças zueiros”, homens de extrema direita que fingem estar brincando e fazendo piada ao me xingar, inventar discursos que nunca fiz, criar montagens. Eu os chamo também de 4ª Série B, porque os insultos que eles proferem (gorda, feia, chata etc.) costumam passar quando a pessoa chega na 5ª série, e “B” porque a 4ª Série A demonstra mais maturidade.

O outro grupo também é de extrema direita e também usa “humor”, mas eles são mais organizados, parecem ser pagos (porque têm todo o tempo do mundo para ficar na internet atacando ativistas e pessoas de esquerda em geral) e capricham nos ataques sempre que eu menciono Jair Bolsonaro. Este grupo cria perfis fakes no Twitter diariamente só para me xingar e cria também perfis imitando o meu, para confundir. Além disso, cria contas em meu nome, com minhas fotos, em outras redes sociais, como o Curious Cat, e manda mensagens de cunho sexual no meu nome para crianças e adolescentes daquela rede. Faz isso incessantemente, por meses a fio, todos os dias.

O terceiro grupo é o de masculinistas, ou “mascus” (uma abreviação que criei), ou “ativistas pelos direitos dos homens” (Men’s Rights Activists, em inglês), ou simplesmente grupos organizados com ligações neonazistas que odeiam mulheres em geral e feministas em particular. Este é o grupo que me dá mais trabalho, já que, além de me ameaçar diariamente de morte e de estupro, de ligar para minha casa e oferecer recompensas para quem me matar, de atacar também meus familiares

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na Faculdade Serviço Social da UFRJ. Criou um Núcleo de Estudos de Gênero, Classe e Etnia na UFRJ. Aposentou-se pela Unesp. (Nota da **IHU On-Line**)

¹² **Sueli Carneiro** (1950): filósofa, escritora e ativista antirracismo do movimento social negro brasileiro, doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo – USP. Fundadora e diretora do Gelledés – Instituto da Mulher Negra e considerada uma das principais autoras do feminismo negro no Brasil. (Nota da **IHU On-Line**)

¹³ **Kimberlé Crenshaw** (1959): advogada nascida nos Estados Unidos, professora de Direito da Universidade da Califórnia e da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. É uma importante pesquisadora e ativista nas áreas dos direitos civis, da teoria legal afro-americana e do feminismo. Responsável pelo desenvolvimento teórico do conceito da interseção das desigualdades de raça e de gênero. Seu trabalho influenciou fortemente a elaboração da cláusula de igualdade da Constituição da África do Sul. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁴ **Djamila Ribeiro** (1980): feminista, pesquisadora na área de Filosofia Política e feminista. Foi secretária-adjunta da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, durante a gestão do prefeito Fernando Haddad (PT). Graduada em Filosofia e mestre em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Columnista online da CartaCapital, Blogueiras Negras e Revista Azmina. Mantém presença expressiva no ambiente digital. Escreveu o prefácio da edição brasileira do livro *Mulheres, raça e classe*, da filósofa negra e feminista Angela Davis. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁵ **Roxane Gay** (1974): escritora, professor e editor nascida nos Estados Unidos. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁶ **Chimamanda Ngozi Adichie** (1977): escritora nigeriana. Uma das mais importantes jovens autoras anglófonas, está atrairando uma nova geração de leitores de literatura africana. Aos 19 anos, deixou a Nigéria e se mudou para os Estados Unidos. Estudou na Universidade Drexel, na Filadélfia, depois se transferiu para a Universidade de Connecticut. Fez estudos de escrita criativa na Universidade Johns Hopkins, de Baltimore, e mestrado de estudos africanos na Universidade Yale. Seu primeiro romance, *Hibisco Roxo*, lançado no Brasil pela Cia. das Letras, foi publicado em 2003. (Nota da **IHU On-Line**)

e leitoras, de tentar invadir minhas contas e derrubar meu blog inúmeras vezes, de criar um blog falso no meu nome dizendo, entre outras barbaridades, que eu realizei um aborto em uma aluna em sala de aula na minha universidade, de gravar vídeos dizendo que eu abusei sexualmente de um de seus integrantes e que eu sou mãe de outro e o abandonei para ser feminista, e por isso ele é tão revoltado – enfim, além de tudo isso (e este é só um ínfimo resumo do que eles vêm fazendo há quase sete anos), dois de seus membros estão me processando e pedindo indenização por danos morais, pois eu os denunciei. Esses dois foram presos em 2012 por criarem um site de ódio em que pregavam a legalização do estupro e da pedofilia, o estupro corretivo para lésbicas, ameaçavam pessoas (principalmente eu e o deputado federal Jean Wyllys¹⁷), e prometiam um atentado terrorista na Universidade de Brasília – UnB (onde um deles havia estudado) para matar “o máximo de vadias e esquerdistas”. Foram julgados e condenados a 6,5 anos de prisão. Ao saírem da cadeia, em maio de 2013, pelo menos um deles voltou a fazer tudo de novo. Infelizmente, acabo gastando tempo demais com esses misóginos, tempo que poderia ser melhor empregado.

IHU On-Line – Quase uma dé-

¹⁷ Jean Wyllys de Matos Santos (1974): jornalista e político brasileiro, eleito em 2010 para mandato de deputado federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) do Rio de Janeiro. É também conhecido por ter participado e ganhado a quinta edição do programa *Big Brother Brasil*, da Rede Globo. Em sua vida parlamentar, atua na defesa dos direitos LGBT, cidadania e direitos humanos. (Nota da IHU On-Line)

cada depois, e tendo recebido todo tipo de ofensa e até mesmo ameaças de morte, por que não silenciar? Por que manter o blog?

Lola Aronovich – Uma década é uma eternidade na internet, e claro que já pensei em parar várias vezes. A era dos blogs passou, muita gente migrou para o Facebook e para os vlogs, os comentários e o público certamente caíram. O auge do meu blog em termos de audiência foi em 2013, quando manteve uma média de 300 mil visitas por mês. Creio que com a maioria dos outros blogs não é diferente. Mas eu não consigo ficar sem escrever. Apesar de todos os ataques e ameaças, há muitas coisas boas: eu conheço pessoas (e, num blog tão antigo, algumas eu conheci quando tinham 13, 15 anos, e hoje estão na faculdade, várias estudando gênero), recebo carinho e apoio de quem conseguiu deixar o preconceito para trás e agradece meu blog por isso. Tento fazer um bom trabalho e ajudar as pessoas. Penso que poderia ter uma vida tranquila e mais tempo para lazer (e para a universidade) se eu parasse com o blog, mas, ao mesmo tempo, duvido que meus inimigos parariam de me atacar. E, sem o blog, sem voz, eu ficaria sem defesa. Além disso, acabar o blog passaria a mensagem de que eles venceram. E eles não podem vencer. Nem sabem o que é isso.

IHU On-Line – Na apresentação do seu perfil no Twitter, consta que a senhora é professora, feminista e “logicamente de esquerda”. Como a esquerda brasileira trata o feminismo? O surgimento da

expressão “esquerdomacho” é sintoma de que os militantes de esquerda ainda têm muito a se desconstruir?

Lola Aronovich – A esquerda brasileira tem melhorado, procurado entender mais os movimentos sociais, deixando de vê-los como uma causa secundária que divide a esquerda. Mas, em geral, os blogs políticos de esquerda ainda são um Clube do Bolinha e, muitas vezes, não se interessam por pautas feministas. Mantêm-se bastante silenciosos na questão da legalização do aborto, por exemplo. Mas acho que houve uma evolução nos últimos anos e eles tentam se antenar um pouco com as reivindicações dos movimentos sociais. Ainda há mesas só compostas por homens brancos nos eventos que eles promovem, mas muito menos do que antes. O problema é que, quando algum deles é pego fazendo algo machista, como enviando “selfie de pau” não requisitado para inúmeras mulheres, uma ou outra até menor de idade, a “brodagem” muitas vezes fala mais alto e eles passam a atacar as feministas que os denunciaram. Nessas horas difíceis, eles se assemelham bastante aos reações. Porém, o que eu vejo é que a direita tem orgulho de ser machista, racista e homofóbica, enquanto a esquerda, quando é preconceituosa, o faz meio sem querer e fica envergonhada. Particularmente não uso expressões como “esquerdomacho” ou “feminista” porque acredito que todos podem e devem ser feministas, homens também. Vejo os homens de esquerda como aliados de nós feministas. Seria bom se fossem mais aliados ainda. ■





Mulheres, travestis, pessoas trans e gays encarcerados enfrentam mais violências que os demais detentos

Guilherme Gomes Ferreira afirma que, no interior dos presídios, se processam de maneira ampliada os mesmos mecanismos de exclusão e de preconceito que há fora

Vitor Necchi

As prisões não foram concebidas para as mulheres. Ao mesmo tempo, no interior delas se processam de maneira ampliada os mesmos mecanismos de exclusão e de preconceito que há fora do cárcere. Essa combinação de fatores ajuda a entender por que mulheres, travestis, gays e pessoas trans enfrentam mais violências que os demais detentos durante o cumprimento de pena. Uma detalhada descrição dessa realidade pode ser conferida na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line** pelo assistente social Guilherme Gomes Ferreira.

A situação das mulheres nas prisões reflete as desvantagens que elas já experimentam no social “extra-muros”, mas a prisão também particulariza e especializa essas vantagens.

No que se refere às mulheres, Ferreira ressalta que questões de saúde sexual e reprodutiva “quase nunca são atendidas como se deve, uma vez que as estruturas prisionais não as comportam”. As travestis e transexuais passam por “uma série de inúmeras violações aos seus direitos, produzindo a privação não somente da liberdade, mas da to-

talidade das suas existências enquanto seres sociais”.

Se fosse resumir a situação, Ferreira diz que “a narrativa da violência é geral, não apenas no Brasil como no restante do mundo”. Ele encontrou muitas notícias de tortura (cães destroçando travestis nas galerias, ferros introduzidos pelo ânus), de suicídio por impossibilidade de viver em condições de tamanha perversidade, de estupro e assédio sexual e negação da identidade de gênero dessa população. Calcado em sua pesquisa, ele afirma “que as sexualidades e gêneros dissidentes são postos ora à exclusão, ora à inclusão perversa”.

Guilherme Gomes Ferreira é assistente social, mestre e doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Também é doutorando em Serviço Social pelo Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE-IUL. Integra as organizações Freeda – espaços de diversidade; Somos: Comunicação, Saúde e Sexualidade; e o curso popular TransEnem Porto Alegre.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em diversos espaços e processos da sociedade brasileira, mulheres têm desvantagens em relação a homens e são vítimas de violência de gênero. No sistema prisional, qual é a situação das mulheres?

Guilherme Gomes Ferreira – O sistema de justiça criminal e as instituições de privação de liberdade refletem a “ordem de gênero” (para usar um termo da socióloga transexual Raewyn Connell) de cada sociedade, estabelecendo nos seus interiores um regime de gênero con-

cernente. Por isso a situação das mulheres nas prisões reflete as desvantagens que elas já experimentam no social “extra-muros”, mas a prisão também particulariza e especializa essas vantagens. A privação da liberdade é erguida tendo por referência a dominação masculina como estru-

tura, isto é, todas as pessoas consideradas femininas por esse sistema vão encontrar mais dificuldades para cumprir a pena. E é interessante que, nesse sentido, não apenas as mulheres cisgênero (aquelas que se identificaram com o gênero designado a elas desde o nascimento, ou seja, que não são transgênero) vão experimentar processos maiores e mais refinados de controle, violência e punição, como também as travestis e transexuais e os homens homossexuais.

É claro que existem especialidades do cumprimento da privação de liberdade em relação às mulheres cis: frequentemente elas são abandonadas pela família (informação presente em diversos estudos e mesmo na observação da fila minguada de visitantes que elas recebem em presídios femininos), fenômeno que não acontece nas prisões masculinas, que recebem diariamente vários familiares (e na maioria figuras femininas como mães, esposas, filhas etc.). Além disso, as questões de saúde sexual e reprodutiva das mulheres quase nunca são atendidas como se deve, uma vez que as estruturas prisionais não as comportam – já que, na sua origem, não nasceram para prender mulheres. É importante salientar que não apenas as mulheres presas são sujeitas à violência de gênero das prisões, uma vez que essas visitantes podem passar por uma série de violências e constrangimentos ao tentarem ingressar na prisão masculina, desde serem submetidas a revistas íntimas vexatórias na entrada da casa prisional até a visita ao preso (por exemplo, através de assédio moral e sexual).

IHU On-Line – Quais as regras vigentes para presidiárias grávidas ou que pariram durante o cumprimento da pena? Elas são adequadas? São respeitadas?

Guilherme Gomes Ferreira – Eu não saberia responder muito bem no que se refere às leis vigentes, pois, embora haja algumas previsões na Lei de Execução Penal - LEP (Lei

Nº 7.210/84), existem outros dispositivos legais que entraram em vigência depois (como resoluções e decretos) e que não estou muito por dentro. Mas é importante entender que são diversas as violações de direitos a que estão submetidas as pessoas presas, mesmo que previstas em lei. Por exemplo, a LEP assegura acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido, mas muitos presídios não contam com equipe de saúde suficiente para atender a todas as presas como deveria, o que contribui para a produção de agravos à saúde. Além disso, se a situação dos presídios das capitais já é precária, em prisões do interior dos Estados a realidade é ainda mais agravada. Encontramos casos de prisões masculinas com “puxadinhos” para as mulheres, quer dizer, uma ala ou pavilhão para prender mulheres em instituições historicamente sem atendimento à demanda dessas pessoas (várias das chamadas “prisões mistas” no Brasil foram construídas nessa perspectiva de primeiro serem “puxadinhos”). Por tudo isso, é bem factível dizer que as prisões no Brasil frequentemente não atendem adequadamente às demandas das mulheres grávidas ou que pariram durante o cumprimento da pena.

IHU On-Line – Na legislação que regula o sistema prisional, há algo específico no que tange ao gênero e à sexualidade da população carcerária? Ou cada instituição estabelece seus próprios protocolos em relação ao tema?

Guilherme Gomes Ferreira – Existem as duas coisas. Há legislações que tratam particularmente do gênero e da sexualidade na prisão, entre elas: a Lei Nº 11.942/2009, que aborda a questão do acompanhamento médico de gestantes no pré-natal e pós-operatório – essa lei dá nova redação à LEP, que tratei acima –, garantindo, entre outras coisas, a amamentação dos recém-nascidos por suas mães em berçários cons-

truídos nas unidades prisionais até, pelo menos, os seis meses de idade; a Resolução Nº 3, de junho de 2012, do CNPCP [Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária], que estabelece a não recomendação para uso de algemas durante o parto e durante o pós-parto; a Resolução Nº 4, de junho de 2011, também do CNPCP, que assegura o direito à visita íntima (e explicitamente estabelece esse direito para heterossexuais e homossexuais); e a mais recente, Resolução Nº 1, de abril de 2014, do CNPCP e do CNCD/LGBT [Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais], que discute aspectos do encarceramento da população LGBT.

Mas também existe a realidade de cada estabelecimento prisional regular as questões de gênero e sexualidade do seu modo porque não existe previsão legal, ou porque não tomou conhecimento do que existe em forma de lei, ou ainda por uma insurgência moral conservadora de quem é gestor da casa prisional. Essa última possibilidade é a mais certa quando se trata da população LGBT presa. Veja, por exemplo, que não existe consenso sobre o argumento utilizado para prender travestis e mulheres transexuais em prisões destinadas a homens: ora é utilizado o argumento de que elas não possuem vagina (recorrendo por isso a uma noção biológica de gênero) e que elas poderiam estuprar ou engravidar outras mulheres (recorrendo a um discurso de segurança e proteção), ora é utilizado o argumento de que elas não possuem retificado o registro civil (recorrendo a uma noção jurídica do gênero). Isso não é uma realidade apenas do Brasil, mas do mundo todo, de acordo com pesquisa que venho realizando no doutorado a respeito do tratamento penal destinado às pessoas trans em diversos países do globo (atualmente 12 países já sistematizados). Sobre esse caso, também pode ocorrer ainda de o estabelecimento prisional usar esses argumentos atrelados um ao outro; a travesti não é aceita em

prisão de mulheres porque não tem o nome retificado, mas, para retificá-lo, o sistema de Justiça desse país requer que ela esteja na fila para a cirurgia de transgenitalização.

IHU On-Line – Travestis e transexuais sofrem muitas violações e desrespeito de seus direitos na sociedade. O que ocorre com essa população dentro do sistema prisional?

Guilherme Gomes Ferreira – Assim como as mulheres cis, as travestis e mulheres transexuais experimentam mecanismos particulares de encarceramento, o que inclusive tratei com centralidade no meu livro publicado pela editora Multideia em 2015, intitulado *Travestis e prisões: experiência social e mecanismos particulares de encarceramento no Brasil*. Em muitos lugares do Brasil, elas ainda são proibidas de usar roupas identificadas como femininas; têm seus cabelos raspados; são usadas pelo tráfico de drogas como mulas (ou seja, tendo de portar entorpecentes pelo ânus quando ocorrem as vistorias das celas); são tratadas como mercadoria e usadas como moeda de troca por bens materiais entre presos; são forçadas a casamentos dentro das prisões e/ou são estupradas por todos os homens da galeria onde cumprem pena; são excluídas da possibilidade de estudar e trabalhar na prisão por não poderem conviver com outros presos (e, portanto, também da possibilidade de remição de pena); ficam impedidas do exercício religioso quando não são católicas/evangélicas, já que a esmagadora maioria dos presídios contam apenas com capelas católicas e ingresso de instituições evangélicas; têm agravos particulares à saúde por muitas possuírem silicone industrial e outras modificações corporais pela ingestão de hormônios – que é sumariamente interrompida quando a pessoa é presa –; são mais fortemente controladas pelo sistema prisional nas suas relações afetivas... É mesmo uma série de inúmeras violações aos seus direitos, produzindo a privação não somente da liberda-

de, mas da totalidade das suas existências enquanto seres sociais.

A narrativa da violência é geral, e de novo, não apenas no Brasil como no restante do mundo. Encontrei muitas notícias de pura tortura (como em Cuba, onde foram mandados cães destroçarem travestis nas galerias e introduziram ferros no corpo delas pelo ânus), de suicídio por não aguentarem viver em condições de tamanha perversidade (na Itália e nos Estados Unidos), de estupro e assédio sexual (em todos os 12 países pesquisados) e, é claro, de negação da identidade de gênero dessa população.

IHU On-Line – No Brasil, homens trans condenados à prisão são encarcerados em instituições destinadas a mulheres. Como se dá a convivência deles com as detentas?

Guilherme Gomes Ferreira – Há poucas informações públicas sobre a situação de encarceramento dos homens trans, e eu tenho a impressão que isso tem a ver principalmente com a invisibilidade das suas identidades (geralmente tratados pela administração prisional como mulheres lésbicas masculinizadas). A experiência que eu tive no Presídio Madre Pelletier, em Porto Alegre, por ocasião de uma pesquisa junto à equipe de saúde dessa instituição, foi que a privação da liberdade para eles era bem menos violenta em comparação à experiência das travestis e mulheres transexuais. É claro que eles também sofrem violência – muitas vezes não eram atendidos pelo nome social e eram tratados como mulheres –, mas a performance masculina também lhes garantia vantagens; não foi difícil encontrar relatos de homens trans líderes de galerias ou que exerciam poder em relação a grupos de detentas, ou ainda que eram desejados sexual-afetivamente por elas por trazerem segurança e poder às suas companheiras. Aqui temos novamente a análise do regime de gênero presente no sistema prisional, que não privilegia so-

mente o exercício da identidade de gênero dos homens cis, mas também se materializa, em certos aspectos, em vantagens aos homens trans.

IHU On-Line – Para além do registro legal, existem regras criadas e implementadas mediante o uso de violência física e psicológica pelos próprios presos e também pelos agentes públicos. O que dizem essas regras acerca de sexualidades e gêneros considerados dissidentes?

Guilherme Gomes Ferreira – Assim como as leis, essas regras não são homogêneas e é possível encontrar diferentes usos delas em diferentes cadeias. O que eu posso dizer da pesquisa realizada na Cadeia Pública de Porto Alegre (anteriormente chamada Presídio Central de Porto Alegre, indicando agora se destinar apenas a presos provisórios e não mais também aos presos já condenados) é que as sexualidades e gêneros dissidentes são postos ora à exclusão, ora à inclusão perversa. Explico: além dos relatos de violência de que já tratei (cujos autores eram presos e policiais), os presos tratam a sexualidade não heterossexual como um desvio, quase como tratam o crime de teor sexual. Não é por acaso que a tradição brasileira seja a de prender travestis e mulheres trans em alas destinadas aos criminosos sexuais, pois geralmente são as únicas alas que acolhem a população transgênero (mesmo que as próprias travestis também considerem os criminosos sexuais como a escória dentro da prisão). Os maridos das travestis, do mesmo jeito, são excluídos de atividades de recreação e convivência quando assumem relacionamento com pessoas trans: deixam de beber do mesmo copo que os outros homens, já não jogam mais futebol juntos e são tratados também pela categoria “bicha”, que serve como homogeneizadora de todas essas populações de gênero e sexualidade dissidentes.

Também é possível verificar – e acredito que essa é uma cultura mais

fortalecida em países do norte global, por suas estruturas de gênero serem mais rígidas no estabelecimento do binômio masculino/feminino – que os homens gays são levados a não assumirem suas identidades sexuais, pois mesmo aqueles que não se identificam como homossexuais, mas sentem atração por outros homens, são tratados diferentemente pelo restante da massa carcerária. O sexo entre homens deve, por isso, não ter motivação erótica, mas de imposição da violência; aqueles que dominam sexualmente outros homens e o fazem com recurso à violência são tratados com distinção, enquanto quem é penetrado na relação sexual é tratado novamente como “bicha” e algumas vezes serve sexualmente vários homens.

30

“A situação das mulheres nas prisões reflete as desvantagens que elas já experimentam no social ‘extra-muros’, mas a prisão também particulariza e especializa essas vantagens”

IHU On-Line – Travestis, gays e mulheres trans são encarcerados em estabelecimentos prisionais próprios para homens. Em alguns presídios, como a Cadeia Pública de Porto Alegre, há alas específicas. Qual a situação dessa população?

Guilherme Gomes Ferreira

– Nas prisões em que há alas destinadas a essa população – nomeadas de Alas LGBT, Alas GBT, Ala das Bichas, Ala Rosa etc. –, a situação de violência extrema tende a ser mais controlada. As travestis e mulheres trans presas na Cadeia Pública de Porto Alegre, por exemplo, relatam que estar presa já foi muito pior quando não havia esse espaço, por serem recorrentemente espancadas pela polícia e por outros presos. Com a emergência desse espaço e dos holofotes midiáticos, suas experiências com a prisão melhoraram. Por outro lado, a prisão encontrou nessas galerias um dispositivo de maior controle e repressão, já que, se não são mais espancadas, tampouco podem conviver com os outros homens em espaços de trabalho e educação, e sob o discurso da proteção são impedidas de exercer esses direitos.

Outra manifestação desse controle esteve presente na forma como alguém novo poderia entrar na galeria dessa população. Tendo o espaço ganhado visibilidade e as pessoas sabendo que se tratava de lugar menos violento, durante alguns anos – e eu não sei dizer se isso se mantém em Porto Alegre – a “prefeita” da galeria (assim chamada a representante) selecionava livremente quem poderia ou não ingressar e informava essa decisão à administração prisional. Algumas vezes essa decisão era feita para o “bem geral”, como o fato de não entrar travestis envolvidas com o tráfico e que desejassem tornar a galeria uma das que recebem drogas. Entretanto, em outras vezes essa decisão era tomada pela simpatia nutrida entre elas lá fora: “aquí ela não entra”, “já ouvi falar muito mal dela” e coisas assim eram ditas sem rodeios no período em que pesquisei esse fenômeno na Cadeia Pública de Porto Alegre. O movimento social organizado que lutou pela criação desse espaço também tinha poder de veto e de “viajar” as travestis para outros presídios – termo usado para designar a transferência de pessoas entre estabelecimentos.

Apesar de tudo isso, vale destacar que ainda são poucas as prisões que têm espaços específicos para essa po-

pulação, de modo que Porto Alegre foi a terceira cidade no país que criou uma ala para essas pessoas, em 2012.

IHU On-Line – Há levantamentos estatísticos acerca da população de travestis, gays e trans encarcerados?

Guilherme Gomes Ferreira – O único levantamento estatístico de que tenho conhecimento no Brasil está sistematizado no estudo do pesquisador Marcio Zamboni, que afirma que “a distribuição de travestis e transexuais entre regiões do estado [de São Paulo][...] é proporcional ao número total de presos. A relação de aproximadamente 1 travesti ou transexual para cada 500 presos se mantém sem grandes variações nas cinco regiões (na totalidade do estado, são 450 travestis e transexuais para aproximadamente 230.000 presos)”¹.

IHU On-Line – Em presídios masculinos, ambiente de muita violência e de fortes protocolos de masculinidade, há casais que acabam legitimados. De que maneira isso ocorre?

Guilherme Gomes Ferreira – Eu não diria que esses casais são legitimados, não pelo menos por completo. O que ocorre, do meu ponto de vista, é um *esforço de legitimação* através de políticas penitenciárias que buscam avançar o nosso processo civilizatório e que procuram, por isso, um tratamento penal mais próximo do ideal, entre elas aquelas que tematizam o gênero e sexualidade. Essas políticas são idealizadas sobretudo por movimentos sociais e intelectuais orgânicos, que acabam por tensionar a possibilidade de existência com menor violência desses “casamentos” ou desses relacionamentos afetivo-sexuais. É claro que esses casamentos respeitam também esses protocolos de masculinidade e, por consequência, a ordem de gênero vigente na sociedade:

¹ Zamboni, Marcio (2016). Travestis e transexuais privadas de liberdade: a (des)construção de um sujeito de direitos. *Revista Euroamericana de Antropologia*, Salamanca, n. 2, pp. 15-23, jun. 2016. ISSN: 2387-1555. (Nota do autor)

entre travestis e seus companheiros, por exemplo, há uma intensa divisão sexual do trabalho entre quem cuida e quem é cuidado, quem exerce o trabalho doméstico e o trabalho “de resistência física”, quem lava a roupa e quem distribui a comida, etc. – e até entre quem lembra de usar preservativo e quem dispensa mais facilmente o seu uso. Todas essas atividades respeitam a ordem de gênero e se expressam também algumas vezes entre casais gays, como, por exemplo, em relação a quem cumpre o papel sexual de ativo/passivo, quem é mais masculinizado e quem é mais afeminado etc.

IHU On-Line – Por conta da identidade de gênero, da sexualidade e da estética, travestis e mulheres trans encarceradas são mais vulneráveis à violência do que o restante dos detentos?

Guilherme Gomes Ferreira – Sem dúvida, pois não podem “esconder” suas identidades de gênero do mesmo modo que alguns homens gays podem não revelar, pelo menos por um tempo, suas identidades sexuais. No entanto, não é simplesmente as suas identidades de gênero que as tornam vulneráveis, mas, principalmente, o fato de serem presas em presídios de homens – é preciso dizer isso ou estaremos de algum modo colocando na identidade a responsabilidade pela violência. Frequentemente eu ouvi de técnicos penitenciários que as travestis e mulheres trans “não se davam o respeito” e que suas roupas curtas “provocavam” os outros homens, no mesmo sentido do que é dito quando se quer culpar a mulher cis vítima de violência, e não o agressor. Então, evidentemente suas identidades e estéticas as tornam mais vulneráveis à violência, mas isso não ocorreria com tanta intensidade se estivessem em presídios de mulheres.

Apesar de eu dizer isso, advogo pela ideia de que as pessoas devem ser ouvidas e não ser mandadas a presídios de acordo com suas identidades *automaticamente*. Parece

contraditório, mas o fato é que diferentes travestis presas me relataram que, no caso da Cadeia Pública de Porto Alegre, preferiam poder ficar em galeria separada junto dos seus companheiros do que em presídios de mulheres, mas isso por conta dessa configuração particularizada. Então, quando a prisão dá possibilidade de as travestis e mulheres trans cumprirem pena em espaço só delas, e ainda por cima possibilita que elas estejam com seus maridos, isto é melhor para algumas delas.

IHU On-Line – Classe social e raça agravam a violência contra travestis e mulheres trans presas?

Guilherme Gomes Ferreira – Sim e não. Eu diria que agravam a violência contra travestis e mulheres trans na sociedade, pois, obviamente, essas categorias se articulam com as de gênero e sexualidade e produzem uma nova experiência no social (experiência de privilégio ou de subalternidade). Mas a prisão é, por excelência, a instituição que mais seleciona por questões raciais e de classe social – exercendo aquilo que o sociólogo Loïc Wacquant² chama de criminalização da pobreza, de modo que a imensa maioria dos presos brasileiros hoje é caracterizada por negros das classes economicamente dominadas.

Ocorre que quando uma travesti é negra e pobre, sua identidade é desqualificada por completo, na totalidade, e não somente a parte que se refere ao gênero. É isso que as teóricas dos estudos interseccionais vão chamar a atenção, para o fato de que essas articulações de gênero, raça e classe social não se sobrepõem, mas se arti-

² **Loïc Wacquant** (1960): professor de sociologia e pesquisador associado do Institute for Legal Research na Boalt Law School da Universidade da Califórnia, onde é filiado ao Global Metropolitan Studies Program, ao Program in Medical Anthropology, ao Center for the Study of Race and Gender, ao Designated Emphasis in Critical Theory e ao Center for Urban Ethnography. Wacquant também é pesquisador do Centre Européen de Sociologie et de Science Politique, em Paris. Seus interesses perpassam estudos comparativos sobre marginalidade urbana, dominação étnico-racial, pugilismo, o Estado penal, teoria social e a política da razão. É cofundador da publicação interdisciplinar *Ethnography*, da qual foi coeditor de 2000 a 2008, e apresentou regulares contribuições para o *Le Monde Diplomatique* de 1996 a 2004. (Nota da **IHU On-Line**)

culam, produzindo uma experiência nova. Muitas das coisas ditas sobre as travestis (de que são criminosas por natureza, barraqueiras, ladras, perigosas) têm a ver com as ideias sobre uma classe social e uma raça/etnia específicas também, conjugando um sentido único às pessoas.

“As sexualidades e gêneros dissidentes são postos ora à exclusão, ora à inclusão perversa”

IHU On-Line – Sua pesquisa de mestrado investigou como se processam as experiências sociais de travestis encarceradas em regime fechado. Qual foi a conclusão?

Guilherme Gomes Ferreira – A conclusão que cheguei é que embora a criação de uma ala específica para travestis e mulheres trans, no caso da Cadeia Pública de Porto Alegre, tenha trazido a elas proteção de inúmeras violências cotidianas, também acabou representando uma mão invisível que, de cima, remexeu o interior da prisão e separou todos os corpos não desviantes, deixando restar ali as travestis, os homossexuais e os homens que assumidamente praticam sexo com elas. Esses corpos, da mesma forma que são protegidos da violência cotidiana que sofriam dos outros presos e dos próprios policiais, sofrem agora uma potencialização dos mecanismos de repressão e controle do Estado. Ao mesmo tempo que a prisão representa o lugar da violência e da repressão como próprias de um funcionamento geral, existem formas mais perversas de opressão no caso dessa população que se materializam no não acesso à educação e ao trabalho dentro do cárcere; na relação com os outros presos e na transfobia ins-

titucional; nos modelos de comportamento ditados pela administração prisional; no abandono familiar; e no aumento de controle penal.

A captura das travestis e mulheres trans pela prisão lhes confere padrões distintos de controle sobre os corpos, até então não experimentados. Para elas, a experiência prisional é um instrumento de corroboração da violência sofrida no cotidiano, pois legitima o status que lhes confere o lugar da pervertida, da marginal, da obscena, da ladra. A própria ala específica é um modo de enfrentamento organizado coletivamente por elas de acordo com os seus interesses de maior proteção institucional. Assim, lidam melhor com o modo de funcionamento da prisão; por outro lado, são apartadas de oportunidades de estudo/trabalho por esse mesmo modo de funcionamento. Suas identidades de gênero, de modo geral, não são reconhecidas, seja no uso do nome social, seja nas práticas de violência que atentam sobre suas experiências com o corpo e a sexualidade. Suas demandas e requisições por acesso a direitos entram “na fila” das requisições de toda a população prisional, negligenciadas também pela defasagem de corpo técnico.

Essas conclusões vêm não somente da pesquisa de mestrado já concluída como também da pesquisa de doutoramento atualmente em curso.

IHU On-Line – Atributos próprios da feminilidade e que costumam ser adotados por travestis e mulheres trans, como cabelo comprido, unhas pintadas, roupas e maquiagens, são admitidos em presídios masculinos?

Guilherme Gomes Ferreira – Isso depende de cada presídio. Os casos de penitenciárias brasileiras que têm alas ou galerias específicas para o cumprimento da pena dessa população tendem a respeitar mais o desejo de travestis e mulheres trans usarem vestimentas, cortes de cabelo e adereços de acordo com os seus gêneros. No entanto, as realidades são diversas, de modo que ainda existem presídios masculinos que não admitem essa possibilidade, e são muitos.

IHU On-Line – A partir da sua vivência em lidar com travestis e gays no sistema prisional, que observações gerais podem ser feitas no que se refere à violência motivada por gênero nesses ambientes?

Guilherme Gomes Ferreira – Acredito que já fiz observações diversas, por isso gostaria, no lugar, de fazer recomendações gerais para a efetivação de um tratamento penal destinado à população LGBT privada de liberdade mais próximo do ideal, isto é,

que dialogue com a dignidade dessas pessoas: i) que haja respeito ao nome social de pessoas travestis e transexuais e ao uso de vestimentas de acordo com o gênero com o qual a pessoa se identifica; ii) que se criem alas ou galerias específicas para a população LGBT privada de liberdade que desejar fazer uso deste espaço específico, ficando à escolha da pessoa LGBT decidir a este respeito; iii) que travestis, homens e mulheres transexuais sejam encaminhados a casas prisionais de acordo com o desejo de cada pessoa, e não desde uma perspectiva biomédica; iv) que se garanta verdadeiramente a visita íntima sem necessidade de tempo de relacionamento específico ou outros condicionantes para a população LGBT, bem como que se efetivem os direitos de seguridade social decorrentes do relacionamento entre pessoas homossexuais quando do aprisionamento de um membro da unidade familiar; v) que haja continuidade da hormonoterapia de travestis e transexuais e que esse tratamento seja administrado por profissionais das equipes de saúde das casas prisionais; vi) isonomia de acesso à educação e ao trabalho, possibilitando à população LGBT, mesmo aquelas de celas/alas específicas, o direito a estudar, trabalhar e remir pena; vii) e possibilidade de expressão religiosa ou não religiosa e de culto às divindades, sem imposição de matriz específica.■

Ciclo de Estudos

A contemporaneidade em debate. Intérpretes e obras

21 de agosto a
13 de novembro de 2017

Locais: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU,
UNISINOS | Campus São Leopoldo e
UNISINOS | Campus Porto Alegre

*Confira o local individual de cada conferência

Mais informações em ihu.unisinos.br

Escolas precisam debater equidade de gêneros

Jane Felipe de Souza defende que qualquer tema seja discutido em aula, pois nem sempre as famílias conseguem lidar com todos os assuntos

Vitor Necchi

Ação de segmentos conservadores e religiosos para que temáticas relacionadas a gênero, sexualidade e respeito à diversidade não sejam incluídas nos planos de educação é um fenômeno que preocupa a professora Jane Felipe de Souza. Para ela, isso mostra o quanto esses grupos estão organizados e conquistando postos importantes de decisão. Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ela ressalta que esses grupos têm por lastro “concepções muito estreitas, baseadas apenas no senso comum”, o que indica falta de conhecimento técnico e teórico a respeito da homossexualidade e da transexualidade, além de um profundo e preocupante desrespeito às identidades que fogem ao padrão heteronormativo. “Tal quadro demonstra o quanto é necessário discutirmos esses temas nas escolas.”

As perspectivas, no entanto, não são animadoras. A começar pela formação docente, processo no qual a discussão sobre gênero e sexualidade é precária. Souza defende que, desde cedo, a escola debata esses temas na formação continuada. “A educação, em todos os níveis de ensino, deve se pautar pelo

respeito às diferenças e pelo combate a toda e qualquer forma de preconceito e discriminação.”

Ao contrário do que versa o senso comum, sexualidade e gênero não são prerrogativas exclusivas das famílias. “Todo e qualquer tema pode ser discutido em aula”, destaca a professora, pois nem sempre as famílias conseguem lidar com todos os assuntos, por isso existe a escola: “para ampliar esses conhecimentos e criar cidadãos éticos, que respeitem os direitos humanos fundamentais”.

Jane Felipe de Souza é professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Tem graduação e licenciatura plena em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense – UFF e doutorado em Educação pela UFRGS. Atualmente coordena a pesquisa internacional intitulada *Violências de gênero, amor romântico e famílias: entre idealizações e invisibilidades, os maus-tratos emocionais e a morte*.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – No ambiente familiar, é comum que o patriarcado e a violência de gênero se reproduzam de geração a geração, e muitas mulheres acabam introjetando o papel submisso que lhes é atribuído. Nesse sentido, qual a importância das políticas públicas para se combater a violência de gênero?

Jane Felipe de Souza – As políticas públicas devem investir na área de

saúde, segurança (justiça) e educação. Os postos de saúde e hospitais precisam estar preparados para notificar corretamente os casos de violência e oferecer tratamento psicológico e assistencial às vítimas. Em especial, promover programas de combate à violência pensando nas crianças que vivem em lares violentos e precisam desse tipo de comportamento entre os adultos. Em relação à segurança, os postos de atendimento, incluindo aqui as delegacias da mulher, precisam ter uma

infraestrutura adequada. O Estado deveria garantir casas de abrigo àquelas mulheres e crianças que saem de suas casas por conta da violência sofrida. O pessoal que atua nas delegacias precisa ser bem preparado para essa acolhida, em um momento tão delicado, de extrema fragilidade.

No que se refere à educação, desde cedo é preciso que a escola, através de sua equipe técnica (professoras/es, direção, coordenação pedagógica e demais funcionários), possa debater

esses temas na formação continuada, de modo que possam atuar de forma competente nas salas de aula. A literatura infantil, os livros didáticos e paradidáticos, os brinquedos e brincadeiras, as músicas, os filmes, as atividades propostas etc. devem primar pela equidade de gênero. A educação, em todos os níveis de ensino, deve se pautar pelo respeito às diferenças e pelo combate a toda e qualquer forma de preconceito e discriminação.

IHU On-Line – Em um estado laico como o Brasil, qual a influência das religiões nas escolas, fundamentalmente as públicas?

Jane Felipe de Souza – Nas escolas, mesmo nas públicas, é possível observar alguns sinais de que o ensino não é tão laico quanto deveria: o uso de crucifixo nas salas, a imagem de santos, o hábito de rezar ou ainda quando a professora impõe sua confissão religiosa aos demais alunos. Tal situação é desrespeitosa para aqueles que não professam religião. É preciso repensar tais práticas no âmbito escolar.

IHU On-Line – Como respeitar a religiosidade das famílias e, ao mesmo tempo, preservar o caráter laico da educação pública?

Jane Felipe de Souza – No PPP [projeto político pedagógico] da escola deveria haver um item reafirmando que uma das principais atribuições da escola é ampliar o conhecimento dos/as alunos/as, portanto, não deve haver tema proibido na escola, e as famílias precisam saber disso. Cabe também ao corpo docente respeitar a religião das famílias, jamais desconstituir qualquer credo religioso. Uma estratégia muito interessante é propor uma pesquisa para a turma, sobre história das religiões, quais as concepções de masculino e feminino que apresentam, como encaram a sexualidade, os relacionamentos afetivo-sexuais, a visão que possuem de família etc. Estabelecer um debate sobre as diferenças entre religião e religiosidade, por exemplo.

IHU On-Line – Temas como sexualidade e gênero são prerrogativas exclusivas das famílias ou as escolas devem discuti-los?

Jane Felipe de Souza – Todo e qualquer tema pode ser discutido em aula. O que vemos atualmente é uma confusão conceitual, em que se confunde scripts de gênero com sexualidade. O conceito de gênero discute as expectativas sociais, culturais e históricas em torno das masculinidades e feminilidades. Já as identidades sexuais dizem respeito aos nossos desejos afetivo-sexuais, o modo como os direcionamos. Nem sempre as famílias conseguem dar conta de todos os temas, por isso existe a escola: para ampliar esses conhecimentos e criar cidadãos éticos, que respeitem os direitos humanos fundamentais.

IHU On-Line – E na formação docente, como esses temas são discutidos?

Jane Felipe de Souza – Em geral, não são discutidos em profundidade. Há uma pesquisa da Unesco [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura] que aponta tal problema na formação. Em mais de 2 mil cursos de Pedagogia existentes no país, apenas pouco mais de 30 têm em seus currículos alguma menção a gênero e sexualidade. E, mesmo assim, aqueles cursos que tratam desses temas em sua grade curricular muitas vezes são em disciplinas eletivas, o que significa dizer que o/a aluno/a pode passar todo o tempo da sua formação sem ter visto nada sobre esses temas, o que pode comprometer a qualidade do seu trabalho diante da turma, quando ocorrer alguma situação que exija, por parte do/a professor/a, conhecimento para abordar de forma correta e sem discriminações as questões que envolvem gênero e sexualidade.

IHU On-Line – A escola é reflexo da sociedade, de um tempo? Como garantir no processo

educacional o ensino de princípios consagrados pelos direitos humanos e fundamentais?

Jane Felipe de Souza – A escola não está à parte da sociedade, ela (re)produz, por exemplo, os preconceitos nela existentes. Portanto, educar cidadãos éticos e voltados para a empatia, a solidariedade, dentro dos princípios dos direitos humanos fundamentais, nem sempre é tarefa fácil. Para tanto, é preciso ter uma equipe muito bem preparada e conectada com esses temas, de modo a poder atuar de forma eficiente e aprofundada. Fazer também um trabalho com as famílias torna-se fundamental.

IHU On-Line – Segmentos conservadores e religiosos vêm conseguindo influenciar diferentes instâncias legislativas para que não incluam nos planos de educação orientações de valorização e respeito à diversidade sexual, assim como de superação das desigualdades de gênero. Qual sua avaliação desse processo?

Jane Felipe de Souza – Tal movimento mostra o quanto os grupos conservadores estão organizados, galgando postos importantes de decisão. A confusão conceitual que demonstram revela um profundo desconhecimento, aliada a inúmeras estratégias de disseminação de ódio e preconceito. O fato de cooptarem muitos outros grupos e a sociedade em geral, a partir de concepções muito estreitas, baseadas apenas no senso comum, sinalizam, por sua vez, a falta de conhecimento técnico/teórico a respeito da homossexualidade e da transexualidade, além de um profundo e preocupante desrespeito às identidades que fogem ao padrão heteronormativo. Tal quadro demonstra o quanto é necessário discutirmos esses temas nas escolas.

IHU On-Line – Como a educação infantil deve ser pensada e praticada em tempos de retrocesso?

Jane Felipe de Souza – Em primeiro lugar, investir na formação docente, tanto inicial quanto continuada. As escolas, os municípios e os Estados deveriam ter essa vontade política de incentivar seu corpo docente a se qualificar cada vez mais, além de fornecer materiais adequados nas salas de referência. Em segundo lugar, ter um ótimo acervo literário, além de filmes, livros didáticos e paradidáticos que contemplem as temáticas de gênero, sexualidade, questões étnico-raciais, inclusão, diversidade. Por último, promover o debate sobre esses temas com alunos/as, família e toda a comunidade escolar.

IHU On-Line – Nos lares, crianças são vítimas indiretas, e até mesmo diretas, de maus-tratos emocionais e violência psicológica infringidos a mulheres. Qual o papel da escola e dos professores em relação ao amparo, à acolhida e à educação dessas crianças fragilizadas?

Jane Felipe de Souza – É preciso entender que o papel da escola é limitado, pois quase sempre não é possível resolver o problema da violência. Mas a escola tem um papel importante nessa acolhida, acompanhamento e também na tarefa de detectar o problema. É muito importante ter um olhar atento para a criança, ouvir o que ela quer dizer, pois muitas vezes ela não tem quem a escute. Mas, na escola, ela poderá expressar seu sofrimento, angústia, caso ela perceba tal acolhimento e solidariedade.

IHU On-Line – Em suas pesquisas, a senhora opera com o conceito de pedofiliação com prática social contemporânea. Pode explicá-lo? Que processos contribuem para a erotização de corpos infantis e quais os malefícios da sexualização precoce?

Jane Felipe de Souza – Em 2002, quando comecei a utilizar este concei-

to, resolvi desdobrá-lo em dois aspectos que me pareciam fundamentais. O primeiro deles chamava atenção para o fato de termos leis de proteção à infância e à adolescência (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990) e, por outro lado, convivemos ao mesmo tempo com o incentivo constante à erotização dos corpos infantis e juvenis, como se disséssemos: desejem esses corpos, vejam como eles podem ser tão desejáveis. Dentro de uma sociedade de espetacularização do corpo e da sexualidade, em que a lógica do consumo se faz presente em todas as esferas, nada como visibilizar também os corpos infanto-juvenis. Vários trabalhos demonstraram esse fenômeno, inclusive na nossa linha de pesquisa Educação, sexualidade e relações de gênero, destacando o trabalho de Dinah Beck, sobre a erotização dos uniformes escolares, a pesquisa de Bianca Guizzo, sobre a erotização das crianças, em especial das meninas, a construção das masculinidades, de Alexandre Bello, dentro outros (ver os trabalhos completos em www.lume.ufrgs.br).

Desse modo, o primeiro aspecto do conceito de pedofiliação refere-se à exposição dos corpos infantis, colocados como objetos de desejo e consumo, interferindo nas formas de se vestir, de se maquiar, de andar, de se comportar (FELIPE, 2008).

O segundo aspecto refere-se à exploração do universo “infantil” como potencialmente erótico, em que a infância é usada como como fetiche para temática de sedução (infância = ingenuidade). Desse modo, objetos característicos do mundo infantil são acionados como cenários erotizados (ensaios fotográficos sensuais de modelos usando bichinhos de pelúcia, uniformes colegiais, brinquedos etc.). Também na publicidade, na moda, nos sites de jogos para crianças é possível perceber esse processo.

O terceiro aspecto do conceito de pedofiliação refere-se à ideia de que ele funciona como preparação, uma espécie de preâmbulo para o assédio sexual, a violência/abuso e exploração sexual. Ou seja, uma vez que a pedofiliação está calcada na erotização dos corpos infantis, ela alicerça, alimenta e natu-

raliza o assédio, banalizando assim a cultura do estupro. Portanto, podemos dizer que a pedofiliação é uma forma de violência contra as meninas (e também contra os meninos, porque os educa a ter um determinado tipo de olhar e de prática que promove o desrespeito às meninas e às mulheres).

As estatísticas trazem dados alarmantes, mostrando que em 2011, por exemplo, 10.425 crianças e adolescentes foram vítimas de violência sexual e que, de todas elas, cerca de 83,2% era do sexo feminino. A maior incidência ocorreu na faixa etária dos 10 aos 14 anos (23,8 notificações/100 mil crianças e adolescentes). Entre 15-19 anos, 93,8%. Foram 16,4 atendimentos para cada cem mil (Fonte: Sistema de Informações de Agravos de Notificação – SINAN/MS). Esses dados mostram o quanto precisamos discutir essas questões e o quanto as escolas precisam abordar esses temas.

IHU On-Line – Uma pergunta de natureza pessoal: quão frustrante é para a senhora, que pesquisa gênero, educação e infância, acompanhar a crescente intromissão de pensamentos conservadores, fundamentalistas e moralistas nas escolas?

Jane Felipe de Souza – É triste constatar que vivemos em uma sociedade conservadora, hipócrita e ignorante, em que as pessoas têm uma compreensão muito rasa do que vem a ser gênero e sexualidade, ainda que sejam pessoas com grau de instrução elevado. Ainda assim, muitas dessas pessoas demonstram grande desconhecimento a respeito desses conceitos, que são diferentes e complexos. Lamentavelmente muitos/as professores/as não conseguem compreender a importância de tratar esses temas nas escolas. Tal onda conservadora começa agora a policiar livros de literatura infantil, por exemplo, vendo problemas em tudo. Parece que estamos numa onda persecutória, em que páginas de livros são arrancadas, autores são praticamente colocados na “fogueira”. ■

Não se pode pensar em políticas públicas sem o devido recorte racial

Para Juliana Borges, violência é fruto do sexismo e não se pode indissociá-la do racismo, quando a maioria das mulheres que sofrem agressões são negras

Vitor Necchi

As estatísticas sobre violências cometidas contra mulheres revelam que as negras são mais vulneráveis. É por isso que a feminista negra Juliana Borges afirma que “não se pode, jamais, em nosso país pensar em políticas públicas sem o devido recorte racial”. Ela salienta que “a violência é fruto do sexismo, e não se pode indissociá-la do racismo quando a maioria das mulheres que relatam variadas experiências de violência são negras em nosso país”. Analisando o contexto, resume: “Racismo, machismo e classismo são estruturais e indissociados de nossa sociedade”.

Ela reconhece que houve “avanços importantíssimos para evidenciar e combater a violência contra as mulheres nos últimos anos, mas é preciso pensar aonde estas políticas chegam e a quem alcançam”. Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, diz que precisamos “de um olhar integral, interseccional e complexo diante de um país com a interseção de opressões tão complexas e articuladas entre si”.

Ao falar sobre o feminismo negro, destaca que ele “tem sua própria epistemologia, modo de ver e defender um projeto de emancipação”. Tal vertente “não se trata de uma reivindicação identitária, mas de uma disputa de projeto e visão de mundo e, portanto, trata de relações de

poder”. Borges é categórica ao dizer “que não haverá conquista possível de liberdade e justiça enquanto mulheres negras seguirem sem liberdade e justiça”.

Ao refletir sobre o combate às violências a que são submetidas mulheres negras, manifesta que não acredita em uma “visão punitivista para entender e olhar o mundo”, pois “o Brasil já é um país extremamente violento, repressor e punitivo” onde “a Justiça pune com o olhar racializado e classista, ou seja: negros e pobres”.

A ativista defende a importância de se focar na prevenção e em direitos à cidadania plena, ao exercício democrático e à participação com decisão real. “Questões estruturais demandam respostas estruturais e integradas”, defende.

Juliana Borges é feminista negra. Pesquisa na área de Antropologia o que se tem chamado geração tombamento. Estuda Sociologia e Política na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP. É colunista do Blog da Boitempo Editorial e do site Justificando. Foi secretaria adjunta de Políticas para as Mulheres da Prefeitura de São Paulo na gestão Haddad, no ano de 2013. É articuladora política da Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – No ambiente familiar, é comum que o patriarcado e a violência de gênero se reproduzam de geração a geração, e muitas mulheres acabam introyetando o papel submisso que lhes é atribuído. Nesse sentido, qual a impor-

tância das políticas públicas para se combater a violência de gênero?

Juliana Borges – O patriarcado como sistema de poder é uma estrutura que articula e organiza toda a sociedade. Neste sentido, está presente e

perpassa todas as relações e instituições sociais. A família é uma destas instituições sociais constituída sob esta lógica do controle. Seja do controle da prole e, portanto, da herança, seja do controle de quem “gera” a prole, as mulheres. O que quero dizer é que a família, que hoje chamamos de

“As violências simbólicas e psicológicas são mais complexas de se combater, justamente, pela sutileza em que são colocadas e vividas”

“família tradicional”, é uma instituição com uma função central no patriarcado. Hoje, já há certos avanços, em determinadas áreas, sobre o entendimento do que constitui uma família. No direito da família, por exemplo, o conceito ampliou-se, compreendendo a família pelos laços de afetividade, mais do que uma estrutura fixa e rígida de pai/mãe- filhos.

Por ser estrutural e estruturante e perpassar todas as relações sociais, marcas do machismo também perpassam a constituição sócio-psicológica dos sujeitos que sujeita. Simone de Beauvoir¹ já disse, certa vez, que “o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos”. Claro que ela não estava falando da dimensão puramente individual, mas de como as opressões são uma forte teia estrutural e que, portanto, várias são as dimensões necessárias para desconstruí-la: no campo político, social, psicológico etc.

Por isso que políticas públicas são importantes. No entanto, não qualquer tipo de política pública. As políticas públicas precisam ser mais embasadas no acúmulo político e epistêmico sobre estas temáticas e garantir uma perspectiva interseccional e intersetorial. O patriarca-

do, pela dimensão sistêmica e complexa, demanda políticas públicas à mesma altura.

IHU On-Line – O ciclo da violência contra a mulher é tão perverso a ponto de ela ser agredida, não se insurgir e ainda tentar se reconciliar com o homem agressor porque não tem condições emocionais e financeiras de buscar uma vida longe dele. Como lidar com essa situação?

Juliana Borges – Eu não sei, exatamente, como interpretar esta questão. Porque parto de outras premissas. Há variados tipos de violência. As violências simbólicas e psicológicas são mais complexas de se combater, justamente, pela sutileza em que são colocadas e vividas. Talvez não seja o caso de insurgir-se, ou de demandarmos da mulher uma postura única frente a estas situações. Vejo muitas mulheres que criam modos outros de viver. Não estou, absolutamente, defendendo uma vida de violência, mas pontuando quão complexas são as teias da violência em que vivem estas mulheres. E, talvez, pensarmos menos em vítimas e mais em mulheres em situação de violência. O estigma da vítima também é muito intenso. E o que estas mulheres vivem é uma situação que lutamos para que seja transitória e para que elas sejam sujeitas de si. Uma das dimensões da violência de gênero, e psicológica sobretudo, é fazer a pessoa agredida desacreditar de suas potencialidades, de suas capacidades. Penso que

trabalhar este lado psico-emocional é um ponto de partida muito importante. O machismo faz com que nos vejamos incapazes. Uma estudiosa afro-americana chamada bell hooks², com minúscula mesmo, ao falar de racismo, escreveu um belíssimo texto chamado “Vivendo de amor” sobre a importância da reconstrução da autoestima para que seja possível resistir e reconstruir-se. Acho que vale muito para este caso e pergunta também.

IHU On-Line – O debate em torno das questões de gênero vem contemplando as questões próprias das mulheres negras com o grau de importância que essa especificidade requer?

Juliana Borges – Outra questão intrigante. Na verdade, como feminista negra interseccional, não consigo enxergar de modo apartado as questões de gênero das questões das mulheres negras. E entendo menos como uma especificidade e mais como uma parte, dentre várias, que constitui o que chamamos, hoje, “feminismos”. A socióloga Patricia Hill Collins³, ao teorizar sobre o que se-

¹ **Simone de Beauvoir** (1908-1986): escritora, filósofa existencialista e feminista francesa. Ligou-se pessoal e intelectualmente ao filósofo francês Jean-Paul Sartre. Entre seus ensaios críticos, destaca-se *O segundo sexo* (1949), uma profunda análise sobre o papel das mulheres na sociedade; *A velhice* (1970), sobre o processo de envelhecimento, no qual teceu críticas apaixonadas sobre a atitude da sociedade para com os anciãos; e *A cerimônia do adeus* (1981), uma evocação da figura de seu companheiro de tantos anos, Sartre. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Gloria Jean Watkins** (1952): mais conhecida pelo pseudônimo bell hooks (escrito em minúsculas), é uma autora feminista e ativista social nascida nos Estados Unidos. O nome bell hooks foi inspirado em sua bisavó materna, Bell Blair Hooks. Sua produção trata da interconectividade de raça, capitalismo e sexo, que ela descreve por sua capacidade de produzir e perpetuar os sistemas de opressão e dominação de classe. Publicou mais de 30 livros e muitos artigos. Aborda raça, classe e gênero na educação, arte, história, sexualidade, mídia de massa e feminismo. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Patricia Hill Collins** (1948): professora universitária de Sociologia da Universidade de Maryland, College Park. Também é a ex-chefe do Departamento de Estudos afro-Americanos na Universidade de Cincinnati, e ex-presidenta do Conselho da Associação Americana de Sociologia. Collins

ria o feminismo negro, vai falar de modo taxativo que não somos um complemento ao “feminismo”. O “feminismo negro” tem sua própria epistemologia, modo de ver e defender um projeto de emancipação. O feminismo negro não se trata de uma reivindicação identitária, mas de uma disputa de projeto e visão de mundo e, portanto, trata de relações de poder. O que dizemos é que não haverá conquista possível de liberdade e justiça enquanto mulheres negras segurem sem liberdade e justiça. Isto é muito maior e global do que específico.

IHU On-Line – É possível tratar de violência contra mulheres sem discutir racismo e sexismo no Brasil?

Juliana Borges – Não. A violência é fruto do sexismo, e não se pode indissociá-la do racismo quando a maioria das mulheres que relatam variadas experiências de violência são negras em nosso país. Racismo, machismo e classismo são estruturais e indissociados de nossa sociedade. Segundo o Mapa da Violência de 2015, temos cerca de 13 homicídios femininos diários no país, e 50,3% destes assassinatos foram cometidos por familiares e pouco mais de 33% praticados pelo parceiro ou ex parceiro dessas mulheres. Além disso, nos últimos 10 anos houve aumento de 54% de assassinatos de mulheres negras, enquanto que, no mesmo período, registrou-se a diminuição do assassinato de mulheres brancas. Vemos aí explicitamente uma disparidade e que comprova que estes debates, de raça, gênero e classe devem ser feito de modo interseccionado.

IHU On-Line – No que se refere às mulheres negras, a violência de gênero adquire contornos distintos? De que maneira?

foi a 100ª presidenta da ASA, e a primeira mulher afro-americana a ocupar o cargo. Collins trabalha, principalmente, sobre feminismo e gênero dentro da comunidade afro-americana. Ela ganhou notoriedade por seu livro para a atenção nacional para o seu livro “Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment”, publicado originalmente em 1990. (Nota da **IHU On-Line**)

Juliana Borges – Os contornos diferenciados podem ser apontados com a interseção necessária ao analisarmos os dados sobre estas violências. Pela falta de acesso à cidadania para uma grande parcela da população negra, e quando digo isso, estou afirmando que o fato de a população negra estar mais presente, pelo histórico escravocrata do país, em territórios sem quaisquer serviços públicos de qualidade – seja saneamento, educação de qualidade, acesso à justiça, saúde etc. –, as vulnerabilidades, portanto, são maiores. O Estado só se faz presente, na maioria das periferias brasileiras, pelo seu braço repressor, que é a polícia. Não estou dizendo que são vulnerabilidades que criam a violência, porque isso seria romantizar as classes mais abastadas, mas estou afirmando, pelos dados, que a situação de vulnerabilidade social se torna um obstáculo para que essas mulheres, que vivem nas periferias, possam superar o ciclo de violência. A socióloga Heleieth Saffioti⁴, no livro *Gênero, patriarcado e violência*, faz muito bem este recorte focado em classe. Se somarmos aos dados do Mapa da Violência, garantindo o recorte racial, estas distinções e maiores vulnerabilidades das mulheres negras ficam explícitos. Principalmente se pensarmos que violência contra mulheres tem formato variado, passando desde abusos psicológicos, sociais, físicos e médicos também, ao analisarmos os dados de violência obstétrica no país.

IHU On-Line – Conforme o Mapa da Violência 2015, no Brasil, a população negra é a mais atingida pelos homicídios; as taxas de homicídio de brancos tendem, historicamente, a cair, enquanto aumentam entre os negros. No que se refere especificamente à população feminina, o número de homicídios de brancas caiu de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576, em 2013 (queda de 9,8%); no mesmo período, os homicídios de negras cresceram de 1.864 para 2.875

⁴ **Heleieth Iara Bongiovani Saffioti** (1934 - 2010): foi uma socióloga marxista, professora, estudiosa da violência de gênero e militante feminista brasileira. (Nota da **IHU On-Line**)

vítimas (aumento de 54,2%). O que esses dados revelam?

Juliana Borges – Estes dados revelam que não se pode, jamais, em nosso país pensar em políticas públicas sem o devido recorte racial. Tivemos avanços importantíssimos para evidenciar e combater a violência contra as mulheres nos últimos anos, mas é preciso pensar aonde estas políticas chegam e a quem alcançam. Penso que este é um ponto central. Não estamos falando da criação de vários programas específicos, mas de um olhar integral, interseccional e complexo diante de um país com a interseção de opressões tão complexas e articuladas entre si.

IHU On-Line – A vulnerabilidade da mulher negra se processa até mesmo nas gestações, o que também caracteriza violência de gênero. Conforme dados de 2012 do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), negras são 62,8% das vítimas de morte materna, situação que, conforme especialistas, poderia ser evitada se houvesse acesso a informações e acompanhamento adequado no pré-natal. Isso é reflexo da combinação de racismo institucional e desigualdade de gênero?

Juliana Borges – Sem dúvida. As opressões são estruturais e estruturantes e perpassam todas as relações sociais e institucionais de nossas vidas. Há variados mitos em torno da mulher negra como reflexo e consequência dos mais de 300 anos de escravização no nosso país. Angela Davis⁵, em seu livro recentemente traduzido para o Brasil, *Mulheres, raça e classe*, ao falar de como as mu-

⁵ **Angela Davis** (1944): é uma professora e filósofa socialista estado-unidense que alcançou notoriedade mundial na década de 1970 como integrante do Partido Comunista dos Estados Unidos, das Panteras Negras, por sua militância pelos direitos das mulheres e contra a discriminação social e racial nos Estados Unidos e por ser personagem de um dos mais polêmicos e famosos julgamentos criminais da recente história dos Estados Unidos. Na década de 1960, Angela tornou-se militante do partido e participante ativa dos movimentos negros e feministas que sacudiam a sociedade norte-americana da época, primeiro como filiada da SNCC de Stokely Carmichael e depois de movimentos e organizações políticas como o Black Power e os Panteras Negras. (Nota da **IHU On-Line**)

heres negras eram tratadas no período escravocrata, aponta que nunca houve para elas o estereótipo da docilidade, da sensibilidade e da fraqueza. Pelo contrário, as mulheres negras tinham que trabalhar tanto quanto os homens negros escravizados. A questão de gênero se evidenciava porque, além de ter que trabalhar do mesmo modo, as mulheres negras também eram vítimas da lascívia dos donos de escravizados e do ódio e ciúme das esposas daqueles homens. Em *Dicionário da escravidão no Brasil*, de Clóvis Moura⁶, o verbete sobre “mucama” explicita bem como era a situação da mulher negra escravizada no Brasil. Com isso, vários foram os estereótipos e estigmas de que mu-

⁶ Clóvis Moura [Clóvis Steiger de Assis Moura] (1925-2003): Sociólogo, jornalista e historiador brasileiro. Foi militante do Partido Comunista Brasileiro e um dos pioneiros da defesa do movimento negro brasileiro. (Nota da **IHU On-Line**)

heres negras são mais fortes e resistentes a dor, de que são lascivas e fáceis e, portanto, hipersexualizadas etc. Estes estereótipos, carregados no imaginário social, trazem consequências indelévels na vida das mulheres negras, e os dados em torno da violência obstétrica evidenciam isso.

IHU On-Line – Como combater as diversas formas de violência a que são submetidas mulheres negras? Educação, políticas públicas, cotas, punição aos agressores?

Juliana Borges – Não acredito em uma visão punitivista para entender e olhar o mundo. O Brasil já é um país extremamente violento, repressor e punitivo. A questão é que a Justiça pune com o olhar racializado e classista, ou seja: negros e pobres. Penso que

há uma série de questões que devem ser pensadas antes. Geralmente, nós pensamos no que fazer depois que estas mulheres já estão em uma situação de violência, e é importante focarmos na prevenção e em direitos. Educação de qualidade, acesso à Saúde Integral da População Negra, moradia, saneamento básico, trabalho digno, acesso à Justiça e ao entendimento das leis e de seus direitos são questões chaves tanto para mulheres quanto para homens para quebrarmos estereótipos e a reprodução da violência. Direito à cidadania plena, ao exercício democrático, à participação com decisão real. Estas são, para mim, as maneiras mais efetivas para combatermos a violência, a desigualdade política e social de gênero, bem como quaisquer outras desigualdades. Questões estruturais demandam respostas estruturais e integradas.■

29 E 30 DE AGOSTO 2017
UNISINOS CAMPUS PORTO ALEGRE

VII Colóquio Internacional IHU
CAMINHANDO E DESOBEDECENDO THOREAU 200 ANOS

CONFERENCISTAS
PROFA. DRA. DENISE BOTTMANN - CURITIBA/PR
PROF. DR. PAULO FRANCISCO ESTRELLA FARIÁ - UFRGS
PROF. DR. FLAVIO WILLIGES - UFSM
PROF. DR. EDUARDO VICENTINI DE MEDEIROS - UNISINOS
PROF. DR. KELLY DEAN JOLLEY - AUBURN UNIVERSITY - EUA
PROF. DR. STANLEY BATES - MIDDLEBURY UNIVERSITY - EUA

CARGA HORÁRIA: 16 HORAS IHU.UNISINOS.BR

FILOSOFIA UNISINOS
IESUITAS BRASIL
INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS
UNISINOS
Somos infinitas possibilidades

Os gêneros são apenas efeitos de verdade

Adolfo Pizzinato destaca a emergência de várias possibilidades identitárias que devem ser historicizadas

Vitor Necchi

Desde o final do século 20, intensificou-se a discussão acerca do campo sexo/gênero e “houve uma renovação de vários debates de cunho político identitário sobre quem somos e as razões e contrarrazões dessas configurações existenciais”, afirma o psicólogo e professor Adolfo Pizzinato. “A fragmentação do ‘sujeito moderno’ e a emergência dos estudos sobre o campo das identidades e das identificações na atualidade não são fenômenos deslocados ou isolados em alguma área do conhecimento.” Ao mesmo tempo em que ocorre um declínio da noção de indivíduo como construto unificado, percebe-se “a emergência de várias possibilidades identitárias que devem ser historicizadas”.

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Pizzinato diz que “é muito limitado, nas formas de vida atuais, conceber uma pessoa nuclear (de características essencializadas e não conflitivas)”. Ele considera que “qualquer analista social minimamente implicado identifica diversas possibilidades de contradições, e multiplicidades de identificação atuais, em todos os coletivos sociais”.

Em relação às pesquisas sobre o tema, Pizzinato observa que “a perspectiva de

leitura interseccional permite identificar as particularidades e tensões a que são submetidos determinados grupos, assim como compreender uma pluralidade de agenciamentos possíveis, relacionados à experiência de pessoas em situações de subordinação/insubordinação”.

Não há dúvida de que a violência de gênero deveria ser eliminada ou radicalmente transformada, afirma o psicólogo. “Porém, a forma que propomos de contribuir para o debate é ir além de atrelamentos dicotômicos, tais como: bom-mau, homem-mulher, agressor-ofendida”. Isso decorre do fato de que “os homens estão colocados no contexto da violência em diferentes lugares, inclusive muitas vezes como produto-alvo de padrões de subjetividade orientados por modelos de gênero e de relações hierárquicas de poder que definem a dominação masculina sobre as mulheres”.

Adolfo Pizzinato é psicólogo e mestre em Psicologia Social e da Personalidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS e doutor em Psicologia pela Universitat Autònoma de Barcelona. É professor dos programas de Pós-Graduação em Psicologia e em Serviço Social da PUCRS.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Existe um conceito que vem crescendo em importância, que é o de interseccionalidade, ou seja, a análise de uma situação a partir da articulação das diferenças e das desigualdades. É possível tratar gênero sem articulá-lo com

outras categorias como raça, sexualidade e classe?

Adolfo Pizzinato – Possível é e é constantemente feito por boa parte das análises sociais de campo majoritário. Entretanto, teóricos e teóricas defendem a perspectiva interseccio-

nal como forma de complexificar tais análises tradicionais e resgatar certa materialidade, ao mesmo tempo em que as práticas de campo discursivo são integradas. Utiliza-se a noção de interseccionalidade como forma de localizar sócio-historicamente as manifestações que produzem e rei-

“O declínio da noção de indivíduo como construto unificado, típico da Modernidade, acompanha a emergência de várias possibilidades identitárias que devem ser historicizadas”

teram sistemas de dominação, seja por meio da reflexão sobre os marcadores sociais de diferença como categorias em articulação, bem como dos posicionamentos sociais envolvidos nos meandros do cotidiano. Dentro dos Estudos de Gênero, esta perspectiva permite que diversos marcadores sociais sejam interpretados de forma articulada, fomentando que se reflita acerca dos espaços de agenciamento, de diferenças e desigualdades que situam as pessoas no tecido social. O campo de análise interseccional, derivado das tensões provocadas pelo feminismo negro estadunidense, põe em pauta uma multiplicidade de questões sociais vistas sob uma perspectiva integrada, na qual não se procuram generalizações, ainda que se trate de um mesmo grupo ou setor em análise. Este vetor de análise não compreende, portanto, um somatório de operadores de dominação – ou simplesmente o reconhecimento de sistemas opressivos que operam a partir das noções de gênero, etnia/raça, escolaridade, idade, classe, sexualidade etc. –, mas sim questiona a hierarquização destes eixos relacionados a sistemas assimétricos de poder, dando ensejo para diversas abordagens e suas respectivas articulações inclusive com movimentos sociais.

A perspectiva de leitura interseccional permite identificar as particularidades e tensões a que são submetidos determinados grupos, assim como compreender uma pluralidade de agenciamentos possíveis, relacionados à experiência de pessoas

em situações de subordinação/insubordinação. Estes processos não se dão deslocados de relações estruturantes, como é o caso de fenômenos como racismo e sexismo. Nesta concepção, diferentes homens em contextos específicos podem se situar em espaços de exclusão e possibilidades de articulação e identificação, contestando um suposto modelo hegemônico de homem universal, por exemplo, por meio do entendimento de que as identidades sexuais e de gênero são fragmentadas, históricas, instáveis e nutridas por um investimento produtivo dos sujeitos calçado em relações de poder.

IHU On-Line – Por que, nos últimos anos, a discussão em torno das questões de gênero se tornou mais presente na sociedade?

Adolfo Pizzinato – Não apenas o campo sexo/gênero, mas desde o final do século 20 houve uma renovação de vários debates de cunho político identitário sobre quem somos e as razões e contrarrazões dessas configurações existenciais. Ainda que a gama de teorias a respeito seja imensa, os consensos são virtuais. O que sim me parece evidente é que a necessidade de aproximação às discussões relativas aos processos identitários é sintomática, como já definia Stuart Hall¹. A fragmentação

do “sujeito moderno” e a emergência dos estudos sobre o campo das identidades e das identificações na atualidade não são fenômenos deslocados ou isolados em alguma área do conhecimento. O declínio da noção de indivíduo como construto unificado, típico da Modernidade, acompanha a emergência de várias possibilidades identitárias que devem ser historicizadas. É muito limitado, nas formas de vida atuais, conceber uma pessoa nuclear (de características essencializadas e não conflitivas). Qualquer analista social minimamente implicado identifica diversas possibilidades de contradições, e multiplicidades de identificação atuais, em todos os coletivos sociais. As formas de organização do capitalismo, o impacto das TICs [Tecnologias da Informação e Comunicação] e os demais processos de globalização incrementam o contato com a diversidade que acaba por questionar os padrões normativos de outrora, particularmente nos domínios de maior possibilidade, como os de sexo/gênero. O possível e o impossível nesse campo se cruzam afetiva e simbolicamente nos modos de cada pessoa ser e (se) reconhecer.

IHU On-Line – Gênero é uma construção social?

Adolfo Pizzinato – Mais uma vez, o panorama é complexo e contraditório em termos teóricos, mas, neste ponto, há pouca argumentação realmente crítica que defenda algum essencialismo biologizante nesse

¹ **Stuart Hall** (1932-2014): teórico cultural e sociólogo jamaicano, viveu e desenvolveu sua carreira acadêmica no Reino Unido a partir de 1951. Hall, juntamente com Richard Hoggart e Raymond Williams, fundou a escola de pensamento conhecida como Estudos Culturais britânicos. Stuart Hall expandiu o escopo dos estudos culturais para lidar com raça e gênero, além de ajudar a incorporar novas ideias derivadas do trabalho de teóricos

franceses. (Nota da **IHU On-Line**)

campo. Entretanto, há questões de ordem epistemológica e analítica, com variação nos modos de inscrever gênero na cultura. Por exemplo: a tradição ocidental dos sistemas binários e de sexo/gênero opera uma tentativa de hegemonia heterossexual para modelar questões sexuais e políticas, fazendo com que o gênero se “naturalize”, ancorando-se na legitimidade dos saberes biológicos diferenciadores de homens e mulheres. Porém, se, conforme Judith Butler², os atributos de gênero são performativos, produzindo inclusive a ilusão de uma identidade preexistente, a postulação de um verdadeiro sexo ou de uma verdade sobre o gênero revela-se antes uma ficção reguladora.

Os conceitos de gênero e sexo consolidam certa desconstrução do sujeito da Modernidade e apresentam novas possibilidades de subversão. Retomando a questão dos modos pelos quais a identidade, sobretudo a de gênero/sexual, é construída no e pelo discurso, Butler postula um sujeito como sempre em processo, que se constrói no discurso pelos atos que executa. Assim, a identidade de gênero é conceituada como uma sequência de atos sem ator ou autor preexistentes. A identidade, por exemplo, de mulher, é um devir, um construir sem origem ou fim. A identidade, portanto, está aberta a certas formas de intervenção e de ressignificação contínuas, porquanto seja uma prática discursiva.

Quando sacada de uma análise biológica e trazida uma discussão ontológica humanística (e linguística), passa-se a poder encarar o gênero como um conjunto de atos repetidos no interior de um quadro regulatório, onde a identidade de gênero seria constituída pelas próprias expressões que supostamente são seus resultados. A performatividade – outro conceito chave na obra de Judith Butler – seria um ato que faz surgir o que nomeia e constitui-

se na e pela linguagem. Apropriando-se do modelo foucaultiano³ de inscrição, Butler estabelece toda identidade de gênero como uma forma de paródia produzida nas relações de poder. Essa norma seria incorporada e, como consequência, são produzidos corpos que significam essa lei sobre o corpo e através do corpo. Logo, os gêneros são apenas efeitos de verdade. O conceito de performatividade torna possíveis encenações de gênero que chamem atenção para o caráter construído de todas as identidades, sobretudo aquelas mais estáveis. Algumas dessas encenações são mais paródicas que outras, como o drag, que revela a natureza mimética de todas as identidades de gênero.

Outras pensadoras e pensadores vão além, como Paul B. Preciado⁴, que defende que gênero não é simplesmente performativo (ou seja, um efeito das práticas culturais linguístico-discursivas) como queria Judith Butler. O gênero seria antes de tudo protético, ou seja, não se daria senão na materialidade dos corpos, puramente construído e ao mesmo tempo inteiramente orgânico. Escapa das falsas dicotomias entre o corpo e a alma, a forma e a matéria. O gênero se assemelharia ao vibrador. Porque os dois ultrapassam a imitação. Sua plasticidade carnal desestabiliza a

distinção entre o imitado e o imitador, entre a verdade e a representação da verdade, entre a referência e o referente, entre a natureza e o artifício, entre os órgãos sexuais e as práticas de sexo. O gênero poderia ser uma tecnologia sofisticada que fabrica corpos sexuais.

“Os conceitos de gênero e sexo consolidam certa desconstrução do sujeito da Modernidade e apresentam novas possibilidades de subversão”

IHU On-Line – Em que contextos o controle dos homens sobre as situações fica mais evidente? Ambientes familiares, profissionais, sociais ou em qualquer espaço?

Adolfo Pizzinato – A assimetria entre as condições de possibilidades existenciais entre homens e mulheres é um importante indicador da normalização do controle dos homens sobre as mulheres. Tal discussão torna-se mais intensa quando se apresentam dados sobre as violências sob o prisma de gênero. Ao nos dedicarmos ao estudo de situações em que homens cometem violência contra mulheres, nos deparamos com dados e práticas discursivas que fomentam e sustentam as posições antagonônicas de “agressor” e “agredida”, mesmo que muitas vezes sem problematizarmos os jogos discursivos que constituem essa relação no campo contextual.

² **Judith Butler** (1956): Filósofa pós-estruturalista estadunidense, uma das principais teóricas da questão contemporânea do feminismo, teoria queer, filosofia política e ética. Ela é professora do departamento de retórica e literatura comparada da University of California em Berkeley. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte), situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 6-11-2006, disponível em <https://goo.gl/C2rx2k>; edição 364, de 6-6-2011, intitulada ‘*História da loucura*’ e o *discurso racional em debate*, disponível em <https://goo.gl/wjqFL3>; edição 343, *O (des)governo biopolítico da vida humana*, de 13-9-2010, disponível em <https://goo.gl/M95yPv>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <https://goo.gl/RX62qN>. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cadernos IHU em formação**, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, **Michel Foucault – Sua Contribuição para a Educação, a Política e a Ética**. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **Paul B. Preciado [Beatriz Preciado]** (1970): filósofo feminista espanhol, homem trans e discípulo de Jacques Derrida, Preciado é grande referência de Teoria Queer e na filosofia de gênero. *Um bem precioso*. Entrevista com Beatriz Preciado publicada nas Notícias do Dia, de 24-2-2011, publicada nas Notícias do Dia do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1OrKZPO>; *O gênero multiplicado*. Artigo de Beatriz Preciado publicado nas Notícias do Dia do Instituto Humanitas Unisinos – IHU de, 2-9-2011, disponível em <http://bit.ly/1IXm6rx>. (Nota da **IHU On-Line**)

Obviamente nem todas as práticas são exclusivamente discursivas. O assassinato, a violência física, psicológica e moral são acontecimentos passíveis de investigação criminal que vai em busca de uma verdade, por meio de provas materiais e testemunhais. Porém, não cabe à Psicologia uma análise que defina “a verdade dos fatos”, deixemos isso para a polícia e as instituições jurídicas. O foco da psicologia social poderia estar na linguagem como prática social, historicamente datada e contextualizada, que possibilita a circulação de conteúdos, produz efeitos e gera posicionamentos. Nosso foco então poderia ser na linguagem em uso, ou seja, nas práticas discursivas.

Não temos dúvida de que a violência de gênero se trata de uma situação que deveria ser eliminada ou radicalmente transformada. Porém, a forma que propomos de contribuir para o debate é ir além de atrelamentos dicotômicos, tais como: bom-mau, homem-mulher, agressor-ofendida. Os homens estão colocados no contexto da violência em diferentes lugares, inclusive muitas vezes como produto-alvo de padrões de subjetividade orientados por modelos de gênero e de relações hierárquicas de poder que definem a dominação masculina sobre as mulheres. Ou seja, o mesmo sistema de poder que autoriza os homens a agirem de modo agressivo e fazer valer os seus direitos sobre as mulheres em nome da honra é o mesmo sistema de poder que os coloca em situação de vulnerabilidade, tanto no campo privado, como no público.

IHU On-Line – Por que há homens que se sentem legitimados a adotarem condutas violentas contra mulheres? A violência é uma expressão de poder?

Adolfo Pizzinato – As relações entre as formas de viver a masculinidade e a cultura da violência podem ter como parâmetro a ressignificação de valores de longa duração que estruturam a cultura ocidental patriarcal, no que pesquisadores e pesqui-

sadoras como Lia Zanotta Machado⁵ denominam como valores da atualidade, correspondendo às mudanças da conjuntura atual, sem necessariamente apresentarem uma ruptura estrutural. A concepção do masculino como sujeito da sexualidade e o feminino como seu objeto é um valor de longa duração da cultura ocidental. Na visão arraigada no patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material: é o “impensado” e o “naturalizado” dos valores tradicionais de gênero. Da mesma forma e em consequência, o masculino é investido significativamente com a posição social (naturalizada) de agente do poder da violência, havendo, historicamente, uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio de pessoas, das guerras e das conquistas. O vocabulário militarista erudito e popular está recheado de expressões machistas, não havendo como separar um de outro. Levando em conta o caso brasileiro, típico da cultura ocidental e ao mesmo tempo específico em sua historicidade, comentarei três situações: a do estupro, a da violência contra a mulher na condição de cônjuge e a do homicídio cometido por homens contra homens.

No caso das relações conjugais, a prática cultural do “normal masculino” como a posição do “macho social” apresenta suas atitudes e relações violentas como “atos corretivos”. Por isso, em geral, quando acusados, os agressores reconhecem apenas “seus excessos” e não sua função disciplinar da qual se investem em nome de um poder e de uma lei que julgam encarnar. Geralmente quando narram seus comportamentos violentos, os ma-

ridos (ou parceiros) costumam dizer que primeiro buscam “avisar”, “conversar” e depois, se não são obedecidos, “batem”. Consideram, portanto, que as atitudes e ações de suas mulheres (e, por extensão, de suas filhas) estão sempre distantes do comportamento ideal do qual se julgam guardiões e precisam garantir e controlar. A associação da mentalidade patriarcal que realiza e reatualiza o controle das mulheres e a rivalidade presumida entre homens estão sempre presentes nas agressões por ciúme (medo da perda do objeto sexual e social) cujo ponto culminante são os homicídios pelas chamadas “razões de honra”.

IHU On-Line – O homossexual considerado afeminado é mais vulnerável à violência, em comparação aos não afeminados? Por quê?

Adolfo Pizzinato – Poder e subjugação do associado ao feminino. Os estudos sobre homossexualidade masculina no Brasil têm mostrado que sua apreensão, dentro e fora dos circuitos de homosociabilidade, encontra-se fortemente estruturada nas personagens homem/macho e bicha, as quais sinalizariam, respectivamente, masculinidade e feminilidade, bem como atividade e passividade sexual, balizadas pelo fato de o primeiro penetrar o segundo. Tal apreensão reedita o sistema de sexo-gênero mais amplo e inscreve a quebra do tabu da homossexualidade na inteligibilidade heteronormativa, em termos foucaultianos. Esse sistema ou matriz opera na confluência de três dimensões corpóreas, pautadas pelos valores conferidos a atributos humanos, apreendidos em classificações hierárquicas sociosexuais, nos termos propostos por Gayle Rubin⁶: (a) o agenciamento de entonação vocal e lexical, gestuais e adereços

⁵ **Lia Zanotta Machado**: graduada em Ciências Sociais, mestrada e doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP. É professora de Antropologia da Universidade de Brasília – UnB. Foi coordenadora da área de antropologia e arqueologia da Capes de 2011 a 2014. Ex-Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e ex-membro de comitê de monitoramento da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. Foi professora visitante da Universidade de Columbia, na Cátedra Ruth Cardoso (2009-2010). (Nota da **IHU On-Line**)

⁶ **Gayle Rubin** (1949): antropóloga norte-americana. Escreveu grande número de artigos muito influentes, entre os quais *The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex*, *Thinking Sex*, *The Leather Menace e Misguided, Dangerous and Wrong: An Analysis of Anti-Pornography Politics*. Militante do movimento feminista desde o final da década de 1960. Durante mais de duas décadas, teve atuação expressiva na política gay e lésbica. Sua obra apresenta sugestões metodológicas para os estudos do feminismo e da homossexualidade masculina. (Nota da **IHU On-Line**)

nas performances públicas; (b) fontes privilegiadas de prazer corporal (pênis/anus/boca); e (c) posições sexuais (insertivo/receptivo). Essas três dimensões são articuladas caso a caso pelos homens e servem de elementos diacríticos para a realização de leituras de gênero: masculino e feminino. A posição passiva anal joga o homem para a esfera do feminino, inferiorizando-o, ataca e destrói o ideal da masculinidade viril tradicional. Ainda que as práticas homossexuais sejam condenadas pela moral sexual do senso comum, em muitos contextos há certa licença para o homem que se coloca na posição de ativo. Como macho, ele pode penetrar todos, mulheres e bichas. As performances de masculinidade que figuram em vários circuitos sociais (como bares, festas, esportes...) são manifestadas como reiteração constante de corpos masculinos e viris, dotados de certa estética que figura na intera-

ção com e para as mulheres e para os outros homens. São corpos que importam à exibição e que, dentro deste movimento, tornam-se inteligíveis, desejáveis, idealizados ou invejados, marcados pelo exercício da masculinidade nos moldes majoritários cujo uso hiperbólico referencia a heterossexualidade.

IHU On-Line – Como o debate acerca das questões de gênero está muito em voga, há controle e disputa sobre o vocabulário empregado. A discussão semântica é necessária, mas não está ocorrendo cerceamento e estigmatização de pessoas pouco habituadas ao linguajar próprio desse tema?

Adolfo Pizzinato – Certamente os embates sociais muitas vezes geram exageros ou conflitos pelo emprego ou não de uma determinada palavra, algumas vezes fetichizada,

inclusive. Entretanto, apesar dessas situações pontuais, que podem ter características mais ou menos essencialistas, inclusive (por exemplo, a despeito dos argumentos ou termos usados, um discurso pode ser automaticamente descredibilizado apenas pelo sexo ou cor do emissor ou da emissora do mesmo), tais posições não são generalizáveis. Ao contrário, os efeitos de tais embates discursivos tendem a ser positivos a médio prazo, uma vez que questionam regimes de verdades sobre ‘os outros’, ou seja, sobre os coletivos mais estigmatizados ou excluídos das condições de existência. Esses embates também ilustram que esse processo de questionamento dos cerceamentos de poder entre coletivos está ativo e, portanto, promovendo mudanças nas práticas discursivas tradicionais de reprodução das relações de poder marcadas pela heteronormatividade e pelo machismo. ■

VIII COLÓQUIO INTERNACIONAL IHU
XX COLÓQUIO FILOSOFIA UNISINOS
METAFÍSICA E FILOSOFIA PRÁTICA
**A ATUALIDADE DO PENSAMENTO
DE FRANCISCO SUÁREZ, 400 ANOS DEPOIS**

Conferencistas confirmados

Prof. Dr. Ludger Honnefelder Universität Bonn - Alemanha	Prof. Dr. Daniel Schwartz Hebrew University of Jerusalem - Israel	Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS
Prof. Dr. Olivier Boulnois École Pratique des Hautes Études - França	Prof. Dr. Pedro Calafate Universidade de Lisboa - Portugal	Prof. Dr. Ernildo Jacob Stein Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS
Prof. Dr. Constantino Esposito Università degli Studi di Bari Aldo Moro – Itália	Prof. Dr. Victor Salas Sacred Heart Major Seminary – EUA	Prof. Dr. Alfredo Culleton Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Prof. Dr. Santiago Sánchez Orrego Pontifícia Universidad Católica de Chile – Chile	Profa. Dra. Annabel Brett Cambridge University - Inglaterra	Prof. Dr. João Vila-Chã Pontifícia Università Gregoriana – Itália

**25 a 28
de Setembro de 2017**

Informações e inscrições em
ihu.unisinos.br

FILOSOFIA UNISINOS

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

UNISINOS
Somos infinitas possibilidades



É fundamental reconhecer discriminação contra diversidade como violação de direitos

Para Ângelo Brandelli Costa, a representação social negativa e a demarcação das sexualidades não heterossexuais como diferentes, anormais e negativas são matriz do preconceito

Vitor Necchi

Há um grande esforço para confrontar a discriminação, mas “a representação social negativa e a demarcação das sexualidades não heterossexuais como diferentes, anormais e negativas ainda é muito presente e é a matriz desse preconceito”, avalia o psicólogo Ângelo Brandelli Costa. Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ele afirmou que “somos socializados nessa cultura que hierarquiza as expressões do comportamento sexual, e é daí que internalizamos uma visão preconceituosa”.

Conforme o pesquisador, pessoas trans são mais vulneráveis à violência porque “ultrapassam duplamente as fronteiras das normas sociais a respeito de gênero e sexualidade”. No entanto, há outros fatores de vulnerabilidade: falta de políticas para permanência na escola, ingresso no mercado de trabalho, acesso a serviços de saúde, dificuldade de correção dos registros civis etc.

Costa avalia que é fundamental reconhecer que injúria e discriminação contra diversidade sexual e de gênero são violações de direitos a serem combatidas. Se esses marcadores sociais de diferenças não forem reconhecidos como vulnerabilizadores para diversos

processos, a população LGBT não será considerada merecedora de proteção.

Nesse contexto, os campos jurídico e político costumam adotar expressões que atenuam a sexualidade, entre elas casamento homoafetivo e homoafetividade. Para Costa, “ocorre uma tentativa de polimento moral da própria sexualidade de pessoas gays e lésbicas”. Ele sugere uma comparação: o “reconhecimento de uniões entre pessoas de sexos diferentes não se dá pela necessidade da positivação do afeto”, tanto que não existe a expressão heteroafetividade. “O que deveria estar em jogo é um direito democrático à sexualidade, o reconhecimento da homossexualidade como uma variação da normalidade”.

Ângelo Brandelli Costa é graduado em Psicologia, especialista em Psicologia Social, mestre em Psicologia Social e Institucional e doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. É professor e coordenador do Grupo de Pesquisa Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quando se fala em violência de gênero, a associação imediata é a mulher como vítima e o homem como agressor, em razão da histórica opressão que elas sofrem. Quais são as outras formas de

violência em que o gênero é determinante?

Ângelo Brandelli Costa – Não podemos negligenciar a violência que sofrem as mulheres no contexto latino, especialmente no Brasil. No entanto, a violência de gênero opera

de maneira mais diversa. Por exemplo, o Brasil também é líder em homicídios de pessoas trans. Esse dado denota a forma como as expressões de gênero que são diferentes das hegemônicas, binárias (homem-mulher), disparam processos de exclu-

são e até extermínio. Além disso, podemos pensar em formas de construção das masculinidades pautadas na violência (trânsito, por exemplo). Devemos considerar ainda a interface entre sexualidade e gênero no caso do preconceito contra diversidade sexual.

IHU On-Line – Costuma-se evocar o patriarcado para explicar a violência contra mulheres. Ele também está na base da violência contra expressões de gênero discordantes das hegemônicas?

Ângelo Brandelli Costa – Eu situaria os processos que originam as violências contra as expressões de gênero não hegemônicas em outras bases. Até hoje, a transexualidade e outras expressões de gênero são consideradas doenças mentais. Durante boa parte do século 20, foram prescritas terapias conversivas na tentativa de corrigir aquilo que era percebido como uma falha no desenvolvimento normal. Essa história médica que construiu as expressões de gênero diferentes das hegemônicas como anormais contribuiu para a manutenção de uma representação social negativa, que coloca numa posição hierarquicamente inferior esse grupo e que pode ajudar a pautar esse tipo de violência.

IHU On-Line – A discussão sobre gênero fica reduzida se não contemplar outras categorias, como identidade de gênero e orientação sexual?

Ângelo Brandelli Costa – Do ponto de vista acadêmico, são grandes universos de pesquisa. O grupo de estudos sobre o gênero *per se*, sobre as mulheres, sobre as masculinidades, sobre sexualidade (e também homossexualidade), sobre as transexualidades, sobre outras expressões de gênero e, inclusive, programas de estudo sobre a construção e desconstrução da necessidade de operarmos através da categoria gênero. Do ponto de vista interseccional, hoje, me parece importante contemplar essas

interfaces como forma de entender, por exemplo, algumas matrizes de violência contra população LGBT. Ao mesmo tempo, também me parece importante os programas que visam a dar saliência para necessidades específicas do ponto de vista político e também de saúde, de proteção social e de garantia de direitos de cada um dos grupos que mencionei. São programas de pesquisa e de ativismo político complementares e não excludentes.

“Somos socializados nessa cultura que hierarquiza as expressões do comportamento sexual, e é daí que internalizamos uma visão preconceituosa”

IHU On-Line – O que sustenta o preconceito contra orientações não heterossexuais?

Ângelo Brandelli Costa – A psicologia foi uma das instituições que historicamente marcaram de forma negativa a população LGBT, taxando as sexualidades que não visavam a fins reprodutivos como patológicas, prescrevendo terapias conversivas. Esses discursos reforçavam a lógica punitiva pela via legal e policial e contribuíram profundamente para a manutenção de uma representação social negativa associada a esses grupos. A partir de 1969, o movimento LGBT retorna aos sujeitos o controle das classificações imposta sobre elas e eles, ressignificando essas classificações de maneira positiva.

No entanto, embora o esforço atu-

al, inclusive da psicologia, seja o de combater o preconceito, a representação social negativa e a demarcação das sexualidades não heterossexuais como diferentes, anormais e negativas ainda é muito presente e é a matriz desse preconceito. Somos socializados nessa cultura que hierarquiza as expressões do comportamento sexual, e é daí que internalizamos uma visão preconceituosa.

IHU On-Line – No Brasil, ao se analisarem as manifestações de preconceito contra orientações não heterossexuais, há mais agressividade contra expressões de gênero dissonantes das hegemônicas? A performance considerada afeminada é mais vulnerável? Por quê?

Ângelo Brandelli Costa – Essa é uma discussão interessante bastante presente nos estudos antropológicos sobre sexualidade no Brasil. Ao contrário de diversos contextos, no Brasil, um homem que faz sexo com outros homens e tem uma performance de gênero pública mais masculina para os padrões sociais hegemônicos, pode “passar” por heterossexual e ser menos vítima de sanções do ponto de vista do preconceito. O mesmo para uma mulher que faz sexo com outras mulheres e tem uma performance mais associada ao que é considerado feminino. Veja que o contrário também acontece. Não são poucos os relatos de pessoas que se consideram heterossexuais, mas estavam abraçadas na rua (pais e filhos, inclusive) e sofreram agressões por serem confundidos com casais. Uma das explicações é a confluência entre papéis de gênero relacionados aos comportamentos sexuais. Atividade e passividade. Quem é ativo e passivo na relação, e papéis associados ao que seria mais esperado de homens e mulheres. Aí vemos a violência de gênero, clássica, ressignificada.

Além disso, precisamos colocar essa questão em perspectiva com a maneira como se constrói o espaço público no Brasil. Sempre vigiado,

sempre permeado com questões da vida privada, pensando com Sérgio Buarque de Holanda¹. Com essa preponderância sobre a vigilância da esfera pública, importa muito como se comportam homens e mulheres e a atribuição da sexualidade que fazemos a respeito desses comportamentos públicos. No contexto norte-americano, por exemplo, as expressões públicas, performances de gênero, não disparam esse preconceito como aqui. Por lá, a sexualidade, o que acontece entre quatro paredes, muitas vezes é o mais problemático. Aqui, há um maior policiamento destes papéis (inclusive autopoliçamento).

IHU On-Line – Pessoas trans, em particular, são mais vulneráveis às diversas formas de violência? Por quê?

Ângelo Brandelli Costa – No contexto brasileiro, as pessoas trans são aquelas que ultrapassam duplamente as fronteiras das normas sociais a respeito de gênero e sexualidade. É nesse sentido que se tornam mais vulneráveis à violência. Podemos elencar outros fatores de vulnerabilidade, como a falta de políticas que garantam a permanência na escola, o ingresso no mercado de trabalho, o acesso a serviços de saúde, a dificuldade de correção dos registros civis etc. Todos esses fatores contribuem para a marginalização social e a prevalência não apenas da violência de gênero, mas de outros tipos de violências associadas à exclusão social.

¹ **Sérgio Buarque de Holanda** (1902-1982): historiador brasileiro, também crítico literário e jornalista. Entre outros, escreveu *Raízes do Brasil* (1936). Obteve notoriedade por meio do conceito de "homem cordial", examinado nessa obra. A professora Eliane Fleck, do PPG em História da Unisinos, apresentou, no evento IHU Ideias, de 22-8-2002, o tema *O homem cordial: Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda*, e no dia 8-5-2003, a professora apresentou essa mesma obra no *Ciclo de Estudos sobre o Brasil*, concedendo, nessa oportunidade, uma entrevista à **IHU On-Line**, publicada na edição nº 58, de 5-5-2003, disponível em <http://bit.ly/152MP1v>. Sobre Sérgio Buarque de Holanda, confira, ainda, a edição 205 da **IHU On-Line**, de 20-11-2006, intitulada *Raízes do Brasil*, disponível em <https://goo.gl/RN3W57>, e a edição 498, de 28-11-2016, *Raízes do Brasil – 80 anos. Perguntas sobre a nossa sanidade e saúde democráticas*, disponível em <http://bit.ly/2nDmdFE>. (Nota da **IHU On-Line**)

“No momento em que surge algo como a parada do orgulho hétero, é porque a afirmação da diversidade sexual como uma possibilidade se tornou forte o suficiente”

IHU On-Line – O fundamentalismo religioso vem crescendo, produzindo uma onda conservadora que afeta e cerceia questões da ordem do privado, entre elas a sexualidade. Como o senhor avalia este fenômeno?

Ângelo Brandelli Costa – Parece-me que esses grupos de interesse elegeram essa pauta na medida em que perceberam a estruturação dos movimentos a favor da diversidade sexual e de gênero e o surgimento das primeiras políticas relacionadas à população LGBT no Brasil. No momento em que surge algo como a parada do orgulho hétero, é porque a afirmação da diversidade sexual como uma possibilidade se tornou forte o suficiente.

No entanto, é visto que diversos movimentos conservadores pelo mundo, especialmente nos Estados Unidos, também abraçam as pautas de gênero e de sexualidade de maneira positiva. Não estou dizendo que não exista uma associação entre conservadorismo político/religioso e uma agenda antidiversidade sexual e de gênero. De fato, existe. Mas, no Brasil, me parece que essa é uma pauta que garante certa visibilidade midiática para alguns

grupos partidários que poderiam facilmente se tornar pró-diversidade, caso percebessem que assim lograriam algum tipo de benefício. Infelizmente o custo disso é a integridade física e emocional da população LGBT e das mulheres.

IHU On-Line – Devido à ausência de ferramentas para avaliar o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero no Brasil, o senhor desenvolveu um instrumento próprio para isso, adaptado para o contexto brasileiro. O que caracteriza esse contexto e que dados já foram obtidos por meio desse instrumento?

Ângelo Brandelli Costa – Nós desenvolvemos um instrumento que fosse sensível a essa confluência entre sexualidade e gênero na forma como o preconceito contra população LGBT opera no Brasil. Por isso, preferimos chamar não de homo/transfobia, mas de preconceito contra diversidade sexual e de gênero, dando a entender que inclusive pessoas que se identificam como heterossexuais, mas que de alguma forma ultrapassam aquilo que é esperado em termos do regramento social, podem ser vítimas desse tipo de preconceito.

Quando avaliamos o preconceito do ponto de vista dos indivíduos, não estamos negando que o preconceito seja um fenômeno social. São essas grandes narrativas que colocam diferentes valorações para homens em relação a mulheres, pessoas cis em relação a pessoas trans, hétero em relação a homossexuais que são as matrizes para a construção de mentalidades preconceituosas por parte dos indivíduos.

E é importante estudar e combater esse tipo de preconceito do ponto de vista individual, pois há inúmeras evidências que apontam que crenças preconceituosas, que colocam em um status hierarquicamente inferior a diversidade sexual e de gênero, estão associadas a tendências a agir de maneira discriminatória que re-

forçam ainda mais as desigualdades sociais desses grupos.

Já temos dados desse tipo de preconceito utilizando o instrumento no contexto dos profissionais de saúde do Rio Grande do Sul² e no Ensino Superior³. Estamos agora em processo de publicação de um estudo com professores, estudantes e funcionários de escolas de Ensino Médio de quatro estados brasileiros.

IHU On-Line – Como combater o preconceito relacionado a gênero e sexualidade? Políticas públicas são fundamentais a esse intento?

Ângelo Brandelli Costa – Precisamos do reconhecimento de que a injúria e a discriminação contra diversidade sexual e de gênero são violações de direitos e que merecem ser combatidas. Do meu ponto de vista, isso é fundamental. Não sou defensor do estado penal. Não se trata disso. O que precisa ser feito é o reconhecimento desses marcadores sociais das diferenças como vulnerabilizadores para diversos processos e que, portanto, a população LGBT é merecedora de proteção. Sem esse marco jurídico programático, é muito complexa a instituição de políticas públicas em níveis centrais (seja saúde, garantia de direitos, educação ou segurança pública) e sua capilarização até a população. Como um professor de uma escola no interior do Rio Grande do Sul vai se autorizar a instituir uma política

nessa direção no contexto em que se tenta criminalizar o próprio debate de gênero em sala de aula? Estamos vivendo um momento de instituição de políticas regressivas em relação a essa pauta, quando deveríamos estar montando redes de proteção e amparo. Não nos faltam exemplos pelo mundo de experiências interessantes e de evidências da sua necessidade na literatura científica.

“O Brasil também é líder em homicídios de pessoas trans”

IHU On-Line – Na justificativa para aprovação legal da união civil entre duas pessoas, os campos jurídico e político adotaram expressões específicas, entre elas casamento homoafetivo e homoafetividade, que enfatizam a natureza afetiva das relações. Isso não traz, na origem, um preconceito, na medida em que tenta sublimar a natureza sexual da relação entre pessoas do mesmo sexo?

Ângelo Brandelli Costa – Recentemente publicamos um artigo discutindo essa questão no contexto da complicada relação entre espaço público e privado no Brasil. A cordialidade da cultura brasileira. No momento em que levamos para a esfera pública que debate o

tema da sexualidade, da garantia de direitos e também da não discriminação aspectos do privado como o afeto, isso não acontece sem alguns problemas. O principal é que ocorre uma tentativa de polimento moral da própria sexualidade de pessoas gays e lésbicas. Perceba que o reconhecimento de uniões entre pessoas de sexos diferentes não se dá pela necessidade da positivação do afeto. Não existe a heteroafetividade. É quase como se para ser dignos de reconhecimento legal casais de pessoas do mesmo sexo precisassem de uma espécie de upgrade de afetivo, abrindo mão daquilo que a sociedade vê como problemático, que é a sexualidade não hegemônica. Isso cria uma nova hierarquização entre casais homoafetivos e não homoafetivos que pode ser matriz de novas formas de exclusão e discriminação.

O que deveria estar em jogo é um direito democrático à sexualidade, o reconhecimento da homossexualidade como uma variação da normalidade, que tem especificidades (muitas vezes independentes da afetividade colada no amor romântico) e que deveria ser reconhecida enquanto tal. Para isso, seria preciso uma discussão de uma esfera propriamente pública, laica, universal e abstrata que atenda aos interesses individuais sem, no entanto, estar reduzida a eles. Ou seja, que dê espaço para a criação e liberdade em relação à diversidade sexual e de gênero. Será que estamos fazendo isso no Brasil de hoje? A “homoafetividade” me parece ser sintoma desse descaso com o debate do que é uma esfera pública no Brasil. ■

² <https://goo.gl/94ZtUD> e <https://goo.gl/4TWiu7> (Nota do entrevistado)

³ <https://goo.gl/1mJAiu> e <https://goo.gl/XdPES6> (Nota do entrevistado)



**A CRISE DA
SOCIEDADE SALARIAL:
QUE TRABALHO PARA QUE SOCIEDADE?**
01 de maio a 02 de julho de 2017

UFERN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

IBS JESUÍTAS BRASIL

UNISINOS
Somos infinitas possibilidades

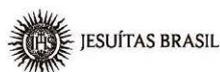
INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

ihu.unisinos.br



Ouse pensar
o que ninguém pensou.
ihu.unisinos.br

agex.com





No documentário sobre sua vida, a cartunista Laerte abre as portas de seu lar assumidamente bagunçado

50

Eu Laerto, tu Laertas...

Documentário da Netflix expõe lado vulnerável da cartunista que vive fortemente sob os holofotes nacionais desde que assumiu sua identidade de mulher trans no final dos anos 2000

Fernando Del Corona¹

Em um quadro branco da casa da cartunista Laerte Coutinho, onde se passa a maior parte de *Laerte-se*, o primeiro documentário nacional produzido pela Netflix, em parceria com a produtora Tru3lab, ela separou sua lista de coisas para fazer em três colunas: corpo, trabalho e casa. Em muitos aspectos, parece que o próprio filme revolve em torno dessas palavras.

A casa já se expõe como personagem no começo do filme, quando, em uma série de e-mails trocados com a diretora Eliane Brum, Laerte revela seu receio de começar as gravações ali, em sua casa, no dia seguinte e pede para adiar, esperando por um momento melhor. Sempre que recebe visitas para entrevistas rápidas, diz ela, fica nervosa e ansiosa – e dessa vez não vai ser rápida. Pelo que conversam, entende-se que não foi a primeira vez que ela pedira isso, mas Brum insiste com carinhosa firmeza: esses encontros devem ter sua dose de desconforto. Laerte aceita, e abre para Brum e sua codiretora Lygia Barbosa da Silva as portas de seu lar assumidamente bagunçado, repleto de pilhas de livros e de seus gatos, com quem senta no chão na frente de casa para que eles possam passear um pouco.

¹ Fernando Del Corona é mestrando em Comunicação e especialista em Televisão e Convergência Digital pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, graduado em Produção Audiovisual pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Em seu artigo de conclusão da especialização, pesquisou a relação de fãs da série *Game of Thrones* com spoilers no ambiente do site reddit. Em sua dissertação, em fase de desenvolvimento, investiga a presença da imagem-tempo na obra da diretora norte-americana Sofia Coppola.



Laerte, uma das cartunistas mais famosas do Brasil, viu-se fortemente sob os holofotes nacionais ao assumir sua identidade de mulher trans no final dos anos 2000. Ela diz ter começado a fazer a descoberta da sua identidade em 2004, aos 53 anos, após publicar uma tirinha em que seu personagem Hugo se travestia na personagem que ficaria conhecida como Muriel. Em 2005, seu filho Diogo, de 22 anos, morreu em acidente de carro. Receosa de citar a morte como “faísca” para sua mudança, ela deixa claro o impacto que o evento teve em sua vida, e como isso influenciou sua decisão de vir a público em 2009, em uma entrevista para a revista Bravo!, quando ainda se identificava como *crossdresser* – efetivamente, um homem ainda. Com o tempo, conforme se aproximava dos 60 anos, assumiu-se como mulher trans, ainda que siga questionando e elaborando sua própria identidade.

A enorme fama e visibilidade de Laerte como cartunista colocou-a logo como figura importante na discussão sobre a transexualidade no Brasil – país que mais mata travestis e transexuais no mundo, de acordo com dados do Grupo Gay da Bahia. O que *Laerte-se* revela, porém, é a relutância com que ela lida com essa posição. A personagem que o filme encontra em sua intimidade demonstra inseguranças, dúvidas, medos. Ela é tímida, e parece muitas vezes inquieta por ser colocada diante da câmera. Tem medo que as pessoas descubram que ela é uma fraude, como diz. Fica claro sua relutância de ser vista como uma porta-voz da comunidade transgênero, ao mesmo tempo que parece entender a importância de seu papel como figura pública e procura se pronunciar, revelando suas dúvidas e aprendizados, sem nunca se propor a ser uma especialista no assunto.

Conhecida pelo humor ácido que revela no seu trabalho e por sua postura pública vocal e desinibida, conhecer Laerte pelo modo como o filme a apresenta é um choque muito bem-vindo. É preciso entender essa fragilidade que se esconde por trás da coragem que exhibe ao viver da maneira pública que vive.

Em seus questionamentos – que, muitas vezes, parecem ser feitos na hora, conforme fala com a câmera –, Laerte parece em constante trabalho de elaboração sobre sua própria identidade. Perguntas importantes são lançadas: o que é ser mulher? Ela reformula: o que é se sentir mulher? Ela não tem a resposta. Explica sua escolha de, até o momento, não fazer uma operação de mudança de sexo. Mais do que isso, expõe seu corpo nu tanto na intimidade de um banho, conforme se depila, quanto na sua vida artística, ao posar para uma sessão de fotos, ou ao se desnudar ao lado de sua modelo após desenhá-la. Ao longo das filmagens, debatia-se com a ideia de colocar ou não seios, uma questão que permeia todo o filme. Para ela, a questão pode ser dividida em quatro verbos: querer, dever, precisar, poder. Precisar é o pior desses, diz ela, que parece temerosa ao reforçar papéis de gênero, pouco convencida de que precisa de um peito para ser mulher. Rita Lee a adverte: peito é um saco. Ela rebate: saco é um saco.

A câmera entra no quarto de Laerte, onde a vemos experimentar roupas e colocar maquiagem. Em uma entrevista durante uma exibição de seus trabalhos, lhe perguntam sua marca de batom favorita, e sua reação simpática é indecifrável – o quanto é alegria, o quanto é aquele desconforto que vemos em suas cenas íntimas? Provavelmente um pouco dos dois. A primeira vez que se vestiu de mulher foi quando tirou seus pelos pela primeira vez e viu seu corpo de outra maneira. Visivelmente mais à vontade com sua posição de mulher trans, ela ainda afirma que não está buscando construir uma identidade feminina, apenas sua própria identidade. Outra questão surge: virar mulher ou nascer de novo? Decidiu não trocar seu nome, fortuitamente agênero, e ficou feliz ao saber de outra mulher chamada Laerte.

Como ela coloca, o corpo é central, mas não é tudo – não gosta de usar a biologia como um norte definitivo. Isso também se expande para o filme. Ainda que a identidade de Laerte, e sua relação com seu corpo, seja o fio condutor do filme, Brum e Barbosa se voltam também para seu trabalho como desenhista, e, enquanto em suas entrevistas ela aparece insegura, em seus desenhos demonstra toda a eloquência que pode lhe faltar no discurso verbal. Muitas vezes os questionamentos sobre os quais ela se debruça longamente são melhor explicitados pelas tirinhas que aparecem animadas na tela ao longo do filme. Sua relação com o desenho fica ainda mais clara nas suas tirinhas de Hugo e Muriel. Nas histórias dos dois, Laerte explicitava cada vez mais seus desejos, que inicialmente supria com saídas noturnas vestida de mulher, mas que cada vez mais começou a tomar espaço na sua vida – assim como na vida de Hugo. Suas próprias angústias são representadas visualmente conforme Hugo começa com experiências cômicas e casuais com o *crossdressing* apenas para se ver cada vez mais se transformando em Muriel – ainda que, ao contrário de Laerte, tenha permanecido assim e nunca assumido uma identidade trans.

Ao longo de *Larte-se*, acompanha-se a cartunista em projetos variados, resolvendo problemas banais, em consultas ao médico ou com sua família e amigos. Ainda que brevemente, se conhece um pouco sobre seus pais, sua juventude e seu processo de aceitação. Ela também elabora um pouco sobre seu processo de criação – “é uma coisa que dá uma ereção mental” – e sobre sua posição política. Declara-se de esquerda, mas questiona a validade dessa definição. As diretoras apresentam cenas dos protestos políticos que dominaram o país durante a produção do documentário – que começou em 2013, sendo lançado apenas em 2017 – e, em certo momento, se vê uma gravação de Laerte inserida em um deles. Através da mescla dessas cenas com as outras discussões levantadas ao longo do filme, a mensagem fica clara: a maneira de Laerte se expor como está fazendo é, em si mesmo, um ato político.

Ela questiona a própria coragem: ao se assumir como trans, já era separada – três filhos de três casamentos –, tinha uma posição profissional estabelecida, já se aproximava dos 60 anos, não tinha muito a perder. “Eu não sou uma pessoa conhecida pela audácia”, diz, para surpresa de todos. Laerte é uma figura forte e importante no Brasil, e, sim, conhecida pela audácia. Em 2016, processou – e ganhou – grandes veículos de comunicação e não mede as críticas afiadas sempre que compartilha em abundância, seja através de sua arte ou não. Sim, em *Laerte-se* pode-se ver, talvez pela primeira vez com tamanha clareza, a fragilidade e a insegurança por trás desse personagem necessário no país, mas se isso produz algum efeito, é apenas reforçar sua audácia. É preciso muita coragem para revelar o que Laerte revela, para mudar como ela mudou. Enfim, para Laertear-se. ■

Confira outras publicações do Instituto Humanitas Unisinos – IHU sobre gênero

52

- **Pensando e Fazendo Gênero.** Revista IHU On-Line, 76, de 22-7-2003, disponível em <http://bit.ly/2sxtdbp>.
- **Políticas públicas para as mulheres: uma conquista brasileira em debate.** Revista IHU On-Line, número 387, de 26-3-2012, disponível em <http://bit.ly/2tvaFWM>.
- **Mulheres e a sociedade contemporânea. Conquistas e desafios.** Revista IHU On-Line, número 249, de 3-3-2008, disponível em <http://bit.ly/2sHbBua>.
- **Uma sociedade de mulheres?** Revista IHU On-Line, número 210, de 5-3-2007, disponível em <http://bit.ly/2sAEWqL>.
- **Mulheres na defesa do tempo, da vida e da felicidade.** Revista IHU On-Line, número 91, de 8-3-2004, disponível em <http://bit.ly/2rywmZk>.
- **Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero.** Caderno IHU, número 189, disponível em <http://bit.ly/2sj8cz7>.
- **Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS.** Cadernos IHU Ideias, número 29, disponível em <http://bit.ly/2rDOuff>.
- **O Deus vivo nas vozes das mulheres.** Cadernos Teologia Pública, número 34, disponível em <http://bit.ly/2a4odnF>.
- **Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas.** Cadernos IHU Ideias, número 105, disponível em <http://bit.ly/2sj9QRj>.
- **As Sete Mulheres e as Negras sem Rosto: Ficção, História e Trivialidade.** Cadernos IHU Ideias, número 17, disponível em <http://bit.ly/2cKQNZ0>.
- **Mulheres em movimento na contemporaneidade.** Cadernos IHU em Formação, número 37, disponível em <http://bit.ly/2sjfS4u>.
- **Aborto Interfaces históricas, sociológicas, jurídicas, éticas e as conseqüências físicas e psicológicas para a mulher.** Cadernos IHU em Formação, número 25, disponível em <http://bit.ly/2sAzEeR>.

- **Hannah Arendt e Simone Weil. Duas mulheres que marcaram a Filosofia e a Política do século XX.** Cadernos IHU em Formação, número 17, disponível em <http://bit.ly/2sGPZHP>.
- **O lugar da mulher nos escritos de Paulo.** Cadernos Teologia Pública, número 82, disponível em <http://bit.ly/2sAGQYg>.
- **São Paulo contra as mulheres? Afirmção de declínio da mulher cristão no século I.** Cadernos de Teologia Pública, número 55, disponível em <http://bit.ly/2s945XW>.
- **À meia luz: a emergência de uma teologia gay. Seus dilemas e possibilidades.** Cadernos IHU Ideias, número 32, disponível em <http://bit.ly/2s95EoS>.
- **O ideal de corpo sexuado e a normatização da vida: binarismo de gênero X despatologização das identidades trans e travestis.** Entrevista especial com Tatiana Lionço, publicada nas Notícias do Dia de 21-7-2016, disponível em <http://bit.ly/2ryQDhx>.
- **Gênero, sexualidade e biopolíticas. Um olhar teológico.** Entrevista especial com Gianino Piana, publicada nas Notícias do Dia de 31-1-2016, disponível em <http://bit.ly/2t9YxuX>.
- **Gênero e espaço urbano: uma relação de poder e resistência.** Entrevista especial com Ana Carolina Brandão, publicada nas Notícias do Dia de 24-6-2015, disponível em <http://bit.ly/2s99w9n>.
- **Geração 'nem-nem'. As desigualdades sociais e de gênero.** Entrevista especial com Adalberto Cardoso, publicada nas Notícias do Dia de 4-2-2015, disponível em <http://bit.ly/2s99tKO>.



 medium.com/@ihu

Giorgio Agamben

A força de um pensamento que percebeu o traço profano da racionalidade moderna

ihu.unisinos.br

Violência, pobreza, cultura e potência. A periferia e as tentativas de transformação da realidade

Tiaraju D'Andrea analisa principais transformações ocorridas na periferia paulistana em duas décadas e meia

Patrícia Fachin

“A periferia paulistana passa por um período de transição”. Esse é um dos diagnósticos do sociólogo Tiaraju D'Andrea, que acompanha as transformações nas periferias nos últimos 25 anos. Segundo ele, embora o lulismo tenha representado “uma melhoria nas condições de vida” na periferia, “o desemprego ronda esta população, sendo as condições de trabalho uma preocupação concreta”, e “há uma descrença generalizada nos partidos políticos e no sistema representativo como um todo”.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, D'Andrea explica as principais transformações ocorridas na periferia paulistana em duas décadas e meia, como o surgimento do Primeiro Comando da Capital - PCC, o crescimento dos evangélicos e a explosão de coletivos artísticos. “Esses três fenômenos foram saídas encontradas pela própria população da periferia para superar o contexto de violência e pobreza da década de 1990. Foram formas de superar o esgarçamento do tecido social e criar uma ética regulatória em um contexto de crise”, avalia.

Além disso, pontua, três outros fenômenos que não estavam presentes na década de 1990 ajudam a compreender as transformações nas periferias. “Uma narrativa, ou a tentativa da periferia de contar a sua própria história e sem depender de mediadores, uma subjetividade, ou o fato de os moradores da periferia passarem a ter orgulho dessa condição, e o lulismo, como forma de governo, baseado no aumento dos direitos sociais e do consumo”. Na atualidade, frisa, “pode-se observar o crescimento de tendências conservadoras, assim como na sociedade em sua totalidade”.

Tiaraju D'Andrea é doutor em Sociologia da Cultura, mestre em Sociologia Urbana e graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Atualmente é pesquisador convidado da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris.

A entrevista foi originalmente publicada nas Notícias do Dia de 07-06-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2rzo9Ec>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Um dos temas problematizados na sua tese é o sentido e o significado do termo ‘periferia’. O que entende por ‘periferia’ a partir das suas pesquisas?

Tiaraju D'Andrea – Historicamente, sempre houve uma disputa entre distintos agentes sociais para obter a preponderância para definir

o que era ou o que é um fenômeno social de nome periferia. Denominamos aqui “discurso preponderante” aquele que possui maior abrangência e aceitação social para a explicação de um determinado fenômeno, mas isso não quer dizer que não existam outras explicações concorrentes.

De acordo com a tese, de mais ou menos 1960 até 1993, a academia

possuía a preponderância da explicação do fenômeno periferia. Eram intelectuais de distintas áreas como sociologia, antropologia, geografia, economia, história e urbanismo que conflitavam entre si para obter a explicação mais aceita, mas tudo se passava dentro das formulações da academia. A partir de 1993, com o lançamento de um CD do grupo de rap Racionais MC's de nome “Raio-X

“O sujeito periférico é aquele indivíduo que, por meio da percepção de sua condição e da superação do estigma, age politicamente para transformar a sua realidade”

Brasil”, a preponderância passa para moradores de bairros periféricos, cuja eficácia da expressão ocorreu pela via artística, e não pela via científica. Esse CD apresentou ao mundo raps como: “Fim de Semana no Parque” e “Um Homem na Estrada”, dentre outros. Esses raps foram tão impactantes que mudaram a forma de se pensar e enxergar a periferia. A preponderância periférica sobre o fenômeno periferia durou mais ou menos até o ano de 2002, quando o lançamento do filme “Cidade de Deus” fez com que a Indústria do entretenimento passasse a possuir a preponderância das representações sobre o que seja a periferia. Esse filme abriu as portas para uma série de produções cinematográficas e televisivas sobre o assunto. A partir de 2002 a produção da periferia sobre o fenômeno periferia passa a ter um concorrente de maior peso social: a indústria do entretenimento.

IHU On-Line – Quais são as principais mudanças sociais, culturais e econômicas ocorridas nas periferias paulistanas desde os anos 1990 até os dias de hoje?

Tiaraju D’Andrea – Certamente, um território amplo como o que denominamos periferia é múltiplo sincronicamente, assim como dia-cronicamente foi passando por mutações. Creio que nos últimos 25 anos é possível enumerar alguns fenômenos que não existiam antes dos anos 1990.

São eles:

1) o surgimento do PCC,

2) o crescimento dos evangélicos e

3) uma explosão de coletivos artísticos.

Estes três fenômenos foram saídas encontradas pela própria população da periferia para superar o contexto de violência e pobreza da década de 1990. Foram formas de superar o esgarçamento do tecido social e criar uma ética regulatória em um contexto de crise.

Outras duas tentativas de superação da violência foram provenientes de agentes externos à periferia. Foram elas:

4) O crescimento da presença de ONGs (Organização Não Governamental) nessas regiões e

5) o aumento da presença estatal.

Por fim, outros três fenômenos que não existiam até a década de 1990, passaram a ocorrer nessas regiões. São eles:

6) uma narrativa, ou a tentativa da periferia de contar a sua própria história e sem depender de mediadores;

7) uma subjetividade, ou o fato de os moradores da periferia passarem a ter orgulho dessa condição; e

8) o Lulismo, como forma de governo, baseado no aumento dos direitos sociais e do consumo.

Na atualidade, pode-se observar o crescimento de tendências conservadoras, assim como na sociedade em sua totalidade. Ainda é cedo para saber se esse fenômeno é conjuntural ou estrutural.

No que tange à produção artística,

e aqui me atei à música, é interessante notar como nos anos 1980 houve uma preponderância do samba e do rock nacional. Nos anos 1990 o gênero hegemônico foi o rap. A partir dos anos 2000 o funk passou a tomar a cena. Também não podemos esquecer o sertanejo e suas distintas variações, dado que é o gênero mais escutado no Brasil como um todo, inclusive nas periferias paulistanas.

IHU On-Line – Na sua tese você analisa a “explosão de atividades culturais na periferia nos últimos 20 anos”. Quais atividades são essas e a que atribui esse cenário?

Tiaraju D’Andrea – Trata-se de uma série de atividades artísticas e culturais que ganharam impulso a partir dos anos 1990 e foram agraciadas com uma série de financiamentos públicos a partir dos anos 2000. Nessas podem-se incluir os saraus, as comunidades de samba, as posses de hip-hop, os cineclubes audiovisuais, os grupos de teatro, os grupos de dança, a literatura marginal, dentre outras. Todas essas atividades são organizadas por coletivos artísticos.

A explosão do número desses coletivos artísticos na periferia de São Paulo nos últimos vinte anos ocorreu por pelo menos cinco grandes fatores:

a) Produção artística como pacificação: neste caso, a produção artística foi uma saída para a espiral de violência que se abateu sobre as periferias na década de 1990.

b) Produção artística como sobrevivência material: neste ponto, a produção artística foi uma forma de auferir renda em um contexto de pobreza. Isto ocorre pelo crescimento de financiamentos e de mercado para esta produção. Obter renda por meio de produção artística era uma forma de escapar de duas soluções pouco interessantes: de um lado o mundo do trabalho capitalista stricto sensu, que sempre representou exploração, baixos salários e humilhação para a população mais pobre; por outro lado, a possibilidade dada a jovens de baixa renda de auferir recursos por meio de atividades ilícitas.

Entre o mundo do trabalho e o mundo do crime, construiu-se uma terceira opção: a produção artística como forma de sobrevivência material. Cabe destacar que a partir do ano 2000 aumentou exponencialmente o número de financiamentos para esse tipo de atividade.

c) Produção artística como participação política: na década de 1990, em um contexto de crise das formas clássicas de participação política expressa em partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais, os coletivos de produção artística passaram a reaglutinar os indivíduos que buscavam intervir politicamente.

d) Produção artística como emancipação humana: neste caso, a produção artística foi uma forma de moradores de bairros periféricos sentirem-se vivos e se humanizarem em um contexto de múltiplas violências, humilhações e estímas.

e) Produção no local como resposta à segregação socioespacial: neste ponto, avalia-se a multiplicação de atividades artísticas na periferia como forma de dotar o local, levando-se em conta que na cidade de São Paulo os equipamentos culturais concentram-se mormente na região central e no quadrante sudoeste.

IHU On-Line – Como os coletivos artísticos se manifestam na periferia e ressignificam o entendimento de periferia?

Tiaraju D’Andrea – Para res-

ponder essa questão é necessário recuar no tempo. Em meados de 1990, o termo periferia passou a ser utilizado de maneira política pelos próprios moradores de periferia. Essa utilização fez com que o termo se popularizasse. Em um primeiro momento, essa utilização do termo periferia ocorreu pela ação do movimento hip-hop, depois passou a ser utilizado e disseminado por uma série de outras expressões culturais presentes nas periferias. Nesse primeiro momento de utilização do termo periferia, fundamentalmente nos primeiros anos da década de 1990, o termo tinha um caráter de denúncia, pois mostrava à sociedade a realidade ou a verdade, criticando com isso o pensamento hegemônico neoliberal de princípios dos 1990 que pregava o “fim da história” ou o “fim das classes”.

Aquele mostrar a realidade em caráter de denúncia se apoiava na apresentação de duas características da periferia: a violência e a pobreza, como forma de criticar a sociedade, mostrando características presentes na realidade social que o pensamento hegemônico queria esconder. No entanto, afirmar-se enquanto periferia por meio dos elementos violência e pobreza era pautar um processo histórico de superação desses elementos. Logo, periferia continha e negava violência e pobreza. Assim sendo, a partir de meados da década de 1990 começa-se um processo histórico de superação desses dois elementos, do qual a produção artística dos bairros periféricos foi um dos principais articuladores. Hoje o significado do termo periferia foi alargado, sendo que o mesmo se entende contendo em seu âmago quatro significados: violência, pobreza, cultura e potência.

Devido à fragilidade de expressões políticas tradicionais como partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais, fundamentalmente a partir dos anos 1990, uma parte migrou para a produção cultural como forma de fazer protesto e se posicionar politicamente. Essa espécie de orfandade política das periferias fortaleceu o crescimento desses coletivos. Com o passar do tempo, co-

letivos de várias periferias se organizaram para atuar conjuntamente, fundando assim o Movimento Cultural das Periferias - MCP. Esse movimento formulou uma lei de iniciativa popular que após muita luta foi aprovada, intitulada Lei de Fomento às Periferias.

Não foi à toa que João Doria (PSDB), ao assumir a prefeitura de São Paulo, reduziu em 43% a verba da cultura do município, atingindo a Lei de Fomento, dentre outras linhas de financiamentos de atividades artísticas nas periferias. Mais do que econômica, essa atitude foi política. Sabendo a importância desses coletivos, o sufocamento econômico é uma forma de desorganizar politicamente as periferias.

“Em meados de 1990, o termo periferia passou a ser utilizado de maneira política pelos próprios moradores de periferia”

IHU On-Line – De outro lado, a que você atribui o crescimento evangélico nas periferias paulistanas?

Tiaraju D’Andrea – Creio que múltiplos fatores se somam para este fenômeno. Por um lado, há um conservadorismo crescente na sociedade, do qual os evangélicos são causa e consequência. Por outro lado, esse crescimento é também fruto da dinâmica violenta dos anos 1990. Cabe também ressaltar, a crise econômica faz a população buscar em comunidades religiosas algumas saídas. Tampouco se deve esquecer o eficiente trabalho proselitista dessas igrejas.

IHU On-Line – Como a presença do PCC se manifesta nas periferias paulistanas? Hoje muitos especialistas em segurança falam que a atuação do tráfico se dá dentro e fora das prisões, inclusive em disputas entre facções fora das prisões. Como isso tem ocorrido nessas periferias?

Tiaraju D’Andrea – O PCC segue presente nas periferias de São Paulo, mas tem menos impacto no que tange à regulação da violência se comparado a dez anos atrás. Este é um dos fatores do aumento da violência nas periferias nos últimos três anos.

IHU On-Line – Quais são as principais questões que você tem abordado na sua pesquisa atual sobre “Periferia, Periférico e Sujeito Periférico”?

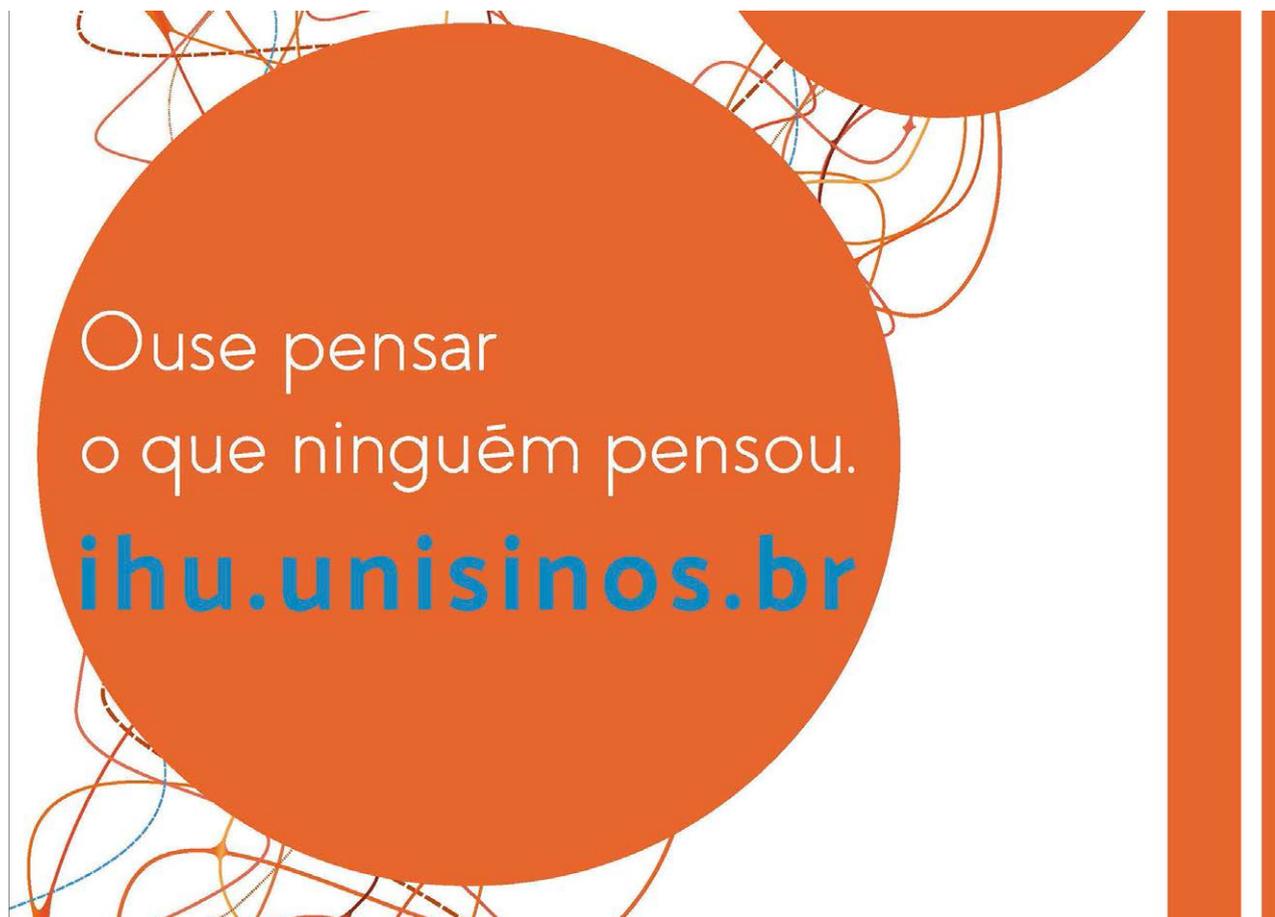
Tiaraju D’Andrea – Tento entender quais foram os processos

sociais que redundaram naquilo que denomino o ser periférico, que é uma espécie de orgulho de ser morador da periferia em resposta ao estigma que muitas vezes acompanha essa condição. No entanto, essa passagem do estigma ao orgulho só foi possível de acontecer historicamente com a percepção de que a situação urbana e social de um morador da periferia é uma situação distinta de outras situações urbanas e sociais. No entanto, o processo de identificação com essa condição e que redundando no ser periférico, por si só não basta. O sujeito periférico é aquele indivíduo que, por meio da percepção de sua condição e da superação do estigma, age politicamente para transformar a sua realidade, seja incidindo nas condições de moradia, por melhores condições de saúde, de educação, de transporte e de cultura. Cabe destacar, no entanto, que foi no campo da produção artística que se fortaleceu

um certo orgulho de se morar na periferia.

IHU On-Line – Qual seu diagnóstico acerca da atual situação da periferia paulistana, dada a atual crise brasileira?

Tiaraju D’Andrea – A periferia paulistana passa por um período de transição. Se por um lado o lulismo representou uma melhoria nas condições de vida, se comparada à década de 1990, a crise econômica posterior foi um dos fatores que fez esta população retirar seu apoio ao PT. No entanto, ainda é cedo para se afirmar que a adesão a pautas conservadoras seja um fenômeno estrutural. Em todo esse quadro de incertezas, pode-se, ao menos, fazer duas afirmações: o desemprego ronda esta população, sendo as condições de trabalho uma preocupação concreta; e há uma descrença generalizada nos partidos políticos e no sistema representativo como um todo.■



Criminalidade nas periferias segue lógica de empreendimentos liberais

Antônio Carlos Rafael Barbosa acredita que o crime se incrusta nas periferias não somente por uma ideia de vazio de estado. É também um negócio

João Vitor Santos

Para o antropólogo e professor da Universidade Federal Fluminense – UFF Antônio Carlos Rafael Barbosa, é preciso encarar o crime como um empreendimento. Segundo ele, a institucionalização do que podemos chamar de empreendimento criminal segue as mesmas lógicas dos grandes negócios de inspiração neoliberal. “O crime se assemelha à maior parte dos empreendimentos neoliberais. Precisa que haja Estado, mas um certo tipo de funcionamento estatal que permita o desenvolvimento de suas atividades”, aponta. Por isso, considera falsa a ideia de que o ilícito só se produz nas periferias por ausência do Estado. “E também é falsa a percepção de que existe ‘adesão a toda estrutura do tráfico’ por parte dos moradores. O que está em jogo aqui, me parece, é o tema da falta, principalmente a falta de oportunidades educativas e laborativas oferecidas aos jovens moradores das comunidades pobres”, analisa.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Barbosa reconhece que muitas pessoas são levadas para esse mundo do crime por imensa falta de oportunidades. Entretanto, sugere uma análise mais complexifica-

dora. “A pergunta que se coloca é: por que, historicamente, e de forma sistemática, as políticas estatais voltadas para a população pobre brasileira têm se resumido majoritariamente à chave da repressão e do controle social? Ou ainda, em que medida a discursividade que elege o tráfico de drogas como o principal problema e o traficante como o ‘inimigo público número um’ não funciona como justificativa ao estado de coisas atual e é forte incentivo à manutenção de tais políticas de exclusão social?”, tensiona.

Antônio Carlos Rafael Barbosa é professor do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense – UFF. Também é doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, possui experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Política, Antropologia Simétrica e Teoria Antropológica. É autor do livro *Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: editora UFF, 1998).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – No que consiste o tráfico de drogas, enquanto organização, no contexto das periferias de cidades brasileiras?

Antônio Carlos Rafael Barbosa – O comércio varejista de dro-

gas nas comunidades pobres das grandes cidades brasileiras segue uma conformação particular para cada região considerada. Entretanto, grosso modo, podemos distribuir seus modos de organização e dinâmicas de funcionamento entre dois grandes modelos: um modo de

composição mais fluida, composto por pequenos grupos que ocupam um determinado território, ali distribuindo seus pontos de venda, e um modelo com uma hierarquia de comando e estruturação dos cargos e funções – bélicas e comerciais – mais pronunciadas. Os exemplos

“[facções] São coletivos de presos que, em um primeiro momento, se organizam para lutar por direitos específicos dos presos”

são, respectivamente, as “biqueiras” em São Paulo e as “bocas de fumo” no Rio de Janeiro.

No caso de São Paulo, com a consolidação da hegemonia do Primeiro Comando da Capital - PCC¹, na maior parte das “quebradas” da cidade, o recurso à violência armada para a resolução de conflitos entre esses grupos locais entrou em estado de latência. No Rio de Janeiro, a oposição entre as facções do crime – Comando Vermelho - CV², Amigos dos Amigos³, Terceiro Comando⁴ – e a luta

pelo domínio de territórios continua a gerar combates armados em várias regiões da cidade. Mas é necessário um exame de cada caso – Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza etc. – para a compreensão das dinâmicas locais particulares. Um trabalho que alguns pesquisadores ora se encarregam de efetuar.

IHU On-Line – Como podemos compreender a estrutura fluida e movimentada do tráfico de drogas para além das polarizações consumidor/traficante, asfalto/favela, pobres/ricos, policial/bandido, entre outras?

Antônio Carlos Rafael Barbosa – De fato, tais oposições binárias muito pouco servem para a análise das complexas relações presentes nos mercados varejistas de drogas. Tomo como exemplo a distribuição entre tráfico e consumo. A figura do consumidor que vai buscar a droga na favela para financiar o seu consumo – aqui no Rio de Janeiro conhecido como “avião” – borra as fronteiras entre uma e outra atividade. E lembremos que foi esta população, em certo momento, que se tornou o alvo privilegiado da captura policial.

IHU On-Line – No início dos anos 2000, falava-se que o tráfico de drogas em cidades como o Rio de Janeiro era sustentado pelos “moradores do asfalto”,

a “classe média” de usuários. Imaginava-se que cessar o alastramento do tráfico consistia em interromper o clique iniciado pelo usuário. Essa perspectiva está superada ou ainda dá conta de compreender a realidade? Por quê?

Antônio Carlos Rafael Barbosa – É um truísmo. Se não há quem compre, o mercado desaparece. Mas aqui devemos considerar duas coisas. Em primeiro lugar, deveríamos nos perguntar se é somente a chamada “classe média” (e seria necessário saber o que esse termo nomeia) que compra drogas. Em segundo lugar, tal juízo – muito presente como categoria acusatória nos discursos policiais e midiáticos – desloca o foco do que é realmente importante nessa discussão: os efeitos do proibicionismo – sob o modelo de “guerra às drogas” – na produção da criminalização das condutas e no alargamento dos preconceitos morais relativos ao assunto.

IHU On-Line – De que forma o comércio de drogas em larga escala vai se encrustar nas comunidades mais pobres das cidades do Grande Rio, entre as décadas de 1960 e 1980?

Antônio Carlos Rafael Barbosa – Foi certamente com a entrada da cocaína nos anos de 1980 que os mercados varejistas da droga no Rio de Janeiro começaram a adquirir sua conformação atual. Os trabalhos da professora Alba Zaluar⁵,

1 **Primeiro Comando da Capital (PCC):** organização de criminosos existente no Brasil, criada para defender os direitos de cidadãos encarcerados no país. Surgiu no início da década de 1990 no Centro de Reabilitação Penitenciária de Taubaté, local que acolhia prisioneiros transferidos por serem considerados de alta periculosidade pelas autoridades. Hoje a organização é comandada por presos e foragidos, principalmente no estado de São Paulo. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Comando Vermelho Rogério Lemgruber:** mais conhecido como Comando Vermelho e pelas siglas CV e CVRL, é uma das maiores organizações criminosas do Brasil. Foi criada em 1979 na prisão Cândido Mendes, na Ilha Grande, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, como um conjunto de presos comuns e presos políticos, militantes de grupos armados, sendo os presos comuns membros da conhecida Falange Vermelha. Entre os integrantes da facção, que se tornaram notórios depois de suas prisões, estão o líder Fernandinho Beira-Mar, Marcinho VP, Mineiro da Cidade Alta, Elias Maluco e Fabiano Atanazio (FB). O CV já possui ramificações em outros estados brasileiros como Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso, Espírito Santo, Acre, Pará, Maranhão, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Mato Grosso do Sul, Amazonas e algumas partes de Minas Gerais, Piauí, Paraíba, Pernambuco e da Bahia. Nos estados do Rio de Janeiro, Rondônia, Mato Grosso, Acre, Ceará e Tocantins, o CV é maioria no sistema penitenciário. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Amigos dos Amigos:** conhecida pela sigla A.D.A., é uma das três maiores organizações criminosas da cidade do Rio de Janeiro. A facção surgiu em 1994. O nome original “Amigos dos Amigos” foi dado pela união do TC (Terceiro comando) com o traficante conhecido como Pinto. Foi durante o início da década de 2000 aliada ao Terceiro Comando até a sua extinção. Desde o início rivalizou com o Comando Vermelho e com o Terceiro Comando Puro, a partir da criação deste último. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Terceiro Comando:** conhecido pela sigla TC, foi uma facção criminosa brasileira, com base no Rio de Janeiro, surgida para se opor ao Comando Ver-

melho após 1994. Extinguiu-se no início da década de 2000. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Alba Zaluar** (1942): socióloga brasileira, doutora em Antropologia Social pela Universidade

entre outras pesquisas desenvolvidas, apontam claramente nesta direção.

IHU On-Line – Quando e como o sistema carcerário passa a ser um ingrediente nessa organização do tráfico? Como compreender a dinâmica da cadeia e suas conexões com a rua, essencialmente as comunidades mais carentes e periféricas?

Antônio Carlos Rafael Barbosa – Para o caso do Rio de Janeiro, devemos considerar os modos de funcionamento das facções e a estruturação dos grupos locais. As facções surgem dentro das cadeias. São coletivos de presos que, em um primeiro momento, se organizam para lutar por direitos específicos dos presos: tais como fim das torturas e espancamentos; direito à visita íntima; melhorias nas precárias e, por vezes, desumanas condições de vida nos cárceres. Só num segundo momento, esse modo de “resistir na adversidade” é levado para as ruas. Sinteticamente, podemos dizer que as facções são espaços de aliança horizontal entre aqueles que correm sob a “mesma bandeira” no crime; ou, ao menos, assim são pensadas ou projetadas. Não deve existir hierarquia, cadeias de comando e obediência entre seus membros.

de São Paulo - USP. Atualmente é professora de Antropologia do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, onde coordena o Núcleo de Pesquisa em Violências - NUPEVI. Entre seus livros publicados, destacamos *De Olhos Bem Abertos. Rede de Tráfico em Copacabana* (Rio de Janeiro: FGV, 2003), e *Um Século de Favela* (Rio de Janeiro: FGV, 2006). (Nota da IHU On-Line)

Como disse anteriormente, isso é bem distinto do que ocorre nos grupos locais que implementam o comércio de drogas nas localidades pobres da cidade. Neste caso, há uma hierarquia bem marcada em cujo ápice se encontra o “dono do morro”. A questão toda é saber até que ponto as hierarquias dos grupos locais pressionam ou modificam a busca da “igualdade” nas relações dentro das facções.

IHU On-Line – A partir de sua experiência com relatos de atos envolvidos em crimes na cidade de Niterói, como compreender a adesão das comunidades mais pobres a toda a estrutura do tráfico de drogas? Aliás, em que medida podemos considerar uma adesão?

Antônio Carlos Rafael Barbosa – Há uma falsa ideia a de que o crime se produz na ausência de Estado ou de algum de seus organismos. O crime se assemelha à maior parte dos empreendimentos neoliberais. Precisa que haja Estado, mas um certo tipo de funcionamento estatal que permita o desenvolvimento de suas atividades. E também é falsa a percepção de que existe “adesão a toda estrutura do tráfico” por parte dos moradores. O que está em jogo aqui, me parece, é o tema da falta, principalmente a falta de oportunidades educativas e laborativas oferecidas aos jovens moradores das comunidades pobres.

Tal ausência faria com que uma pequena parte dentre eles entrasse para o “movimento” em busca de ganhos financeiros e reconhecimen-

to social (dentro das comunidades). De fato, não há como discordar disso. Mas a pergunta que se coloca é: por que, historicamente, e de forma sistemática, as políticas estatais voltadas para a população pobre brasileira têm se resumido majoritariamente à chave da repressão e do controle social? Ou ainda, em que medida a discursividade que elege o tráfico de drogas como o principal problema e o traficante como o “inimigo público número um” não funciona como justificção ao estado de coisas atual e é forte incentivo a manutenção de tais políticas de exclusão social?

IHU On-Line - Quais os desafios para se compreender a complexidade dos grupos organizados em torno de atividades ilícitas no Brasil de hoje?

Antônio Carlos Rafael Barbosa – Necessitamos de mais pesquisas sobre o assunto, distribuídas pelos vários estados da Federação, e um exercício comparativo efetuado sobre e a partir deste material. Isso para dar conta dos chamados “ilegalismos populares”, entre eles o assalto e o tráfico de drogas. Entretanto, para os chamados ilegalismos reservados às classes dominantes – que hoje tomam conta do noticiário nacional –, não temos praticamente pesquisas sobre o assunto. (Diga-se de passagem, a expressão “crime organizado” pode se mostrar adequada, em termos analíticos e descritivos, para dar conta desses tipos de ilegalismos). É uma frente de pesquisa que mereceria ser explorada futuramente por jovens pesquisadores. ■

Leia mais publicações do IHU acerca do tema periferias

- **Os coletivos criminais e o aparato policial. A vida na periferia sob cerco.** Revista IHU On-Line, número 506, de 5-6-2017, disponível em <http://bit.ly/2ro5s2i>.

- **Transformações no mundo do trabalho e suas implicações nas periferias urbanas.** Entrevista especial com Gerardo Silva, publicada nas Notícias do Dia de 29-5-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2qF4puf>.

- **A pluralidade das periferias: da mobilização coletiva ao reconhecimento das individualidades.** Entrevista especial com Leandro Pinheiro, publicada nas Notícias do Dia de 26-5-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2ruxmfQ>.
- **Setores políticos ‘progressistas’ e a compreensão enviesada e utilitarista da periferia.** Entrevista especial com Henrique Costa, publicada nas Notícias do Dia de 17-5-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2qF2C8C>.
- **Valores da periferia estão mais próximos do anarquismo do que do liberalismo.** Entrevista especial com Marcio Pochmann, publicada nas Notícias do Dia de 17-4-2017, , no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2o4IH5F>.
- **A potência criativa das periferias na construção de novas narrativas web.** Entrevista especial com Eduardo Alves, publicada nas Notícias do Dia de 5-4-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2rYzgG8>.
- **Grafite e pichação se alimentam da iconografia da periferia.** Entrevista especial com Maria Amelia Bulhões, publicada nas Notícias do Dia de 10-2-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2rp6ZpF>.
- **A periferia paulista substitui Lula por Doria e adere ao discurso do mérito sustentado pelo lulismo.** Entrevista especial com Henrique Costa, publicada nas Notícias do Dia de 7-10-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2qKuasC>.
- **As periferias de Porto Alegre: Suas pertencas, redes e astúcias. Bases para compreender seus saberes e dinâmicas éticas.** Entrevista especial com Leandro Pinheiro, publicada nas Notícias do Dia de 17-8-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2rYAph4>.
- **A dessolidarização social e a ostentação pelo consumo: um novo retrato do Brasil à luz da periferia urbana de São Paulo.** Entrevista especial com Thais Pavez, publicada nas Notícias do Dia de 6-7-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2rJyo8Q>.
- **Periferia de São Paulo. “Polícia, crime, igreja e trabalho são esferas de vida que se interpenetram”.** Entrevista especial com Gabriel Feltran, publicada nas Notícias do Dia de 5-7-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2ruYotK>.
- **“O regime militar não acabou nas periferias. Mudou apenas a cor do uniforme”.** Entrevista especial com Adriano Pilatti, publicada nas Notícias do Dia de 21-11-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2rg2MpX>.
- **A UPP não convence a juventude da periferia.** Entrevista especial com Julio Ludemir, publicada nas Notícias dia de 18-11-2011, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2rpmfD0>.
- **O rap e o funk na socialização do jovem da periferia.** Entrevista especial com Juarez Dayrell, publicada nas Notícias do Dia de 8-11-2007, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2rph3Pa>.
- **A ascensão do pentecostalismo: da religião à política.** Entrevista especial com Christina Vital, publicada nas Notícias do Dia de 19-4-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2st3QUW>.
- **Desvinculação religiosa entre os jovens é maior do que a adesão ao pentecostalismo.** Entrevista especial com Silvia Fernandes, publicada nas Notícias do Dia de 25-4-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2ruAMiD>.
- **Mercado e Estado, dois oligopólios em permanente negociação entre si.** Entrevista especial com Hugo Albuquerque, publicada nas Notícias do Dia de 3-4-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2prfFKl>.
- **A nova classe trabalhadora, seu imaginário e a reprodução de valores liberais.** Entrevista especial com Jordana Dias Pereira, publicada nas Notícias do Dia de 27-4-2017, , no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2st0YHL>.
- **Porto Alegre. Com pequenas e grandes obras, a cidade é um lugar de disputa permanente.** Entrevista especial com Lucimar Siqueira, publicada nas Notícias do Dia de 20-8-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2ruXaZr>.

Revisitando Aníbal Quijano e a colonialidade do poder na América Latina

Bruno Lima Rocha

“Na realidade, cada categoria usada para caracterizar o processo político latino-americano tem sido sempre uma forma parcial e distorcida de observar esta realidade. Essa é uma consequência inevitável da perspectiva eurocêntrica, na qual um evolucionismo linear e unidirecional amalgamado contraditoriamente com uma visão dualista da história; um dualismo novo e radical que separa natureza de sociedade, o corpo da razão” (Aníbal Quijano). O parágrafo que abre o texto de Bruno Lima Rocha retoma um aspecto central do pensamento de Quijano e que é debatido ao longo do artigo.

Bruno Lima Rocha é doutor e mestre em ciência política pela UFRGS, jornalista graduado pela UFRJ e professor de relações internacionais da Unisinos.

Eis o artigo.

62

Oferecemos aqui uma revisitação ao clássico de Aníbal Quijano: “A Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina” (ver na íntegra em castelhano: <http://bit.ly/1KIaWYi>). O intelectual peruano escreveu em forma de artigo acadêmico um texto que deu base a uma proposta epistemológica para interpretar corretamente nossas estruturas societárias e perspectivas históricas latino-americanas, buscando livrar-nos das armadilhas do eurocentrismo. Produzido no auge do período neoliberal da década de '90 do século XX e lançado no primeiro ano do novo século, segue mais atual do que nunca, em especial após a nova-velha guinada à direita de nossos países no Continente.

Quijano traz os problemas de fundo de nossas sociedades, tais como: maioria “branca” no Cone Sul em função do genocídio indígena do século XIX; aparência de “democracia racial” no Brasil, Venezuela e Colômbia e a consequente invisibilidade dos afro-descendentes; a impossibilidade de criar uma nação, um suposto Estado-nação homogêneo sem modificar profundamente a interpretação histórica; o conflito permanente do Estado independente convivendo com uma sociedade colonial (colonizada, portanto, pós-colonial). Em seu clássico, Quijano faz a crítica – acertada – das correntes evolucionistas do pensamento à esquerda, herdeiras dos marxismos dos países alinhados em algum momento com a extinta União Soviética e, ao mesmo tempo, a urgente crítica ao mimetismo eurocêntrico.

Na saída dos regimes autoritários e ditaduras militares latino-americanas, com ênfase no Cone Sul, houve um reforço no sistema de crenças das instituições de matriz europeias como uma forma de modernizar as relações sociais. Como se a utopia do socialismo “real” fosse trocada pela social-democracia possível, mas sem combinar com os herdeiros da Casa Grande, suas elites auxiliares (como tecnocracias de carreira) e o imperialismo.

Os intentos de democratização política ampliando simultaneamente o caráter público e de controle coletivo do aparelho de Estado foram a pique com o Consenso de Washington e a restauração neoliberal dos anos '90. Como tudo na América Latina é possível e nossas sociedades são abertas, tivemos uma razoável virada à esquerda na primeira década e meia do século XXI, variando desde tímidos pactos liberais-periféricos (como no caso de Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai) até a ousadia de constituições pluriétnicas e bolivarianas dependentes de lideranças carismáticas e



“A independência na América Latina sem a descolonização da sociedade foi uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais”

personalistas (como na Bolívia, Equador e Venezuela). De comum nestas experiências, dentre algumas variáveis, destacamos a dependência das exportações primárias e a presença de uma direita racista e colonizada como inimiga interna reprodutora de interesses externos.

A virada à direita se dá por diversos fatores, variando o embate em cada um dos países latino-americanos. Mas, de comum entre todos está o peso do Brasil na geopolítica do Continente e a consequente reviravolta conservadora pelo uso da Lawfare como projeção de poder ampliada da superpotência (EUA). Por consequência, a ousadia na política externa do ciclo lulista, não foi acompanhada da coerência interna necessária para confrontar o intento restaurador. A aliança doméstica, frágil e reprodutora de colonialismo (como ancorar a balança externa em commodities primárias), puxou o tapete da ex-esquerda que “pacificara” o país politicamente e desarmou as instituições sociais para o conflito que viria. Na base societária, o Brasil não modificou o emprego da violência estatal, extermínio, ausência de direitos civis e genocídio de fato da maioria afro-brasileira. Deu no que deu; de novo. Este padrão, em maior ou menor escala, se reproduz nos países sob os governos de centro-esquerda e com ausência de protagonismo da sociedade organizada de baixo para cima. Parece lugar comum, teoria evocativa ou simples palavra de ordem, mas não é.

Como viemos fazendo nesta revista e em particular na coluna, sigo no debate a respeito da geoestratégia dos povos e da necessária descolonização de nossas sociedades latino-americanas. Logo, tomando o clássico de Quijano como base, observamos que é na ampliação de espaços públicos e com democracia interna no aparelho de Estado, na reinterpretção de nós mesmos através da história social da América Latina e na construção de espaços de poder através das entidades de base e movimentos sociais enraizados. Foi e é justamente o oposto do que ocorreu – e ocorre – sob os governos progressistas. Ou seja, o jogo formal, dentro dos parâmetros das instituições pós-coloniais, tem um limite bem curto e estreito. É mais distante a utopia de um republicanismo cidadão de base social-democrata do que avançar no poder do povo como agente político ativo e altivo, e suas consequências.

A coesão da nacionalidade, típica dos Estados-nacionais europeus, não se realiza no Continente em função do abismo social estruturante do racismo pós-colonial, estrutural e constitutivo do horror cotidiano das maiorias. O debate estratégico é de profundidade e enraizado em nós mesmos.

Buscando as linhas conclusivas

Podemos concluir este texto, esta chamada de atenção, com o final do artigo do próprio Quijano.

“Não é então, pois, um acidente, um acaso, que tenhamos sido, pelo momento, derrotados em ambos os projetos revolucionários, nas Américas e em todo o mundo. O que pudemos avançar e conquistar em termos de direitos políticos e civis, em uma necessária redistribuição de poder, dentro da qual a descolonização da sociedade é premissa e ponto de partida, está agora sendo arrasado com o processo de reconcentração de controle do poder do capitalismo mundializado, sendo gerido e governado localmente pelos mesmos funcionários da colonialidade do poder. Por consequência, é o tempo de aprender a libertar-nos do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tem, enfim, de deixarmos de ser o que não somos.”

Expediente

Coordenador do curso de Relações Internacionais da Unisinos: Prof. Ms. Álvaro Augusto Stumpf Paes Leme

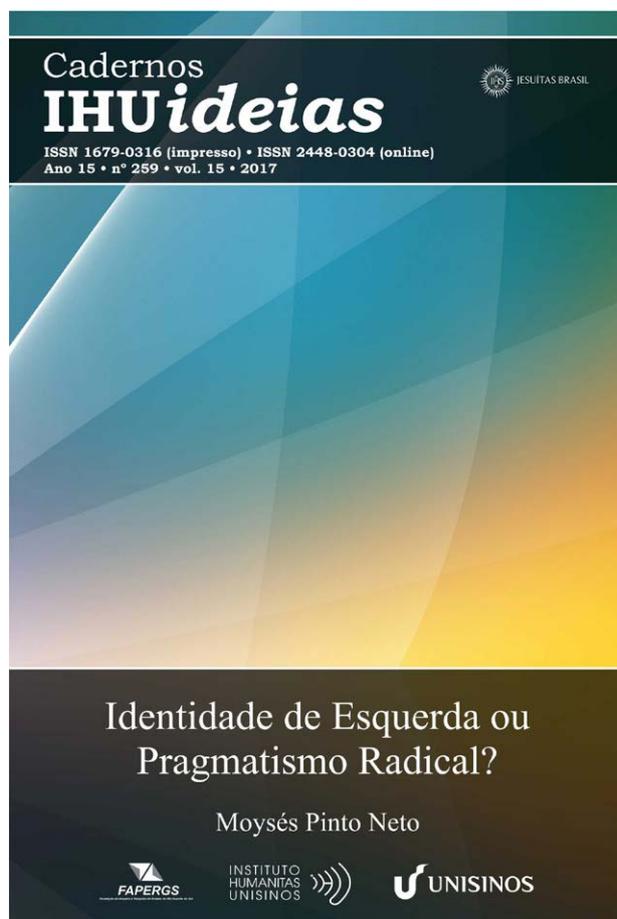
Editor: Prof. Dr. Bruno Lima Rocha

Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?

O número 259 dos Cadernos IHU Ideias traz o artigo de Moysés Pinto Neto, sob o título *Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?* No texto, ele investiga o processo de transformação do campo político de esquerda no Brasil em uma identidade, pressupondo que a identidade é uma espécie de ossificação das virtualidades da diferença, ou seja, uma perda de plasticidade. Para tanto, busca descrever o processo político brasileiro de 2002 a 2017, passando por lulismo, neodesenvolvimentismo e nascimento da esquerda cultural. Apresenta, a partir de um experimento de perspectivismo político, uma angulação diferente da esquerda desde o centro – e quais as respectivas incompatibilidades. Ainda, especifica as três estratégias possíveis diante desse afastamento: a resistência, que é o aprofundamento da identidade, o reformismo – que é a ocupação do centro – e o pragmatismo radical, entendido como a tradução de intensidade que não precise passar pelo crivo identitário.

Acesse a versão completa do arquivo em <http://bit.ly/2s9yghU>.

Esta e outras edições do Cadernos IHU ideias também podem ser obtidas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos – IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Informações pelo telefone (51) 3590-8213.





ihu.unisinos.br



fb.com/InstitutoHumanitasUnisinos



instagram.com/_ihu



youtube.com/ihucomunica



twitter.com/_ihu

ObservaSinós

OBSERVATÓRIO DA REALIDADE E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
DO VALE DO RIO DOS SINOS

15 de agosto de 2017
(Terça-feira)

**14h às 16h30min - Oficina:
Oficina: Economia Solidária e
as políticas públicas**

Ministrantes:

- Esp. Kellen Cristine Pasqualetto

APOENA Socioambiental

- Prof. Dr. Luiz Inácio Germany Gaiger

UNISINOS

**Local: Sala Ignacio Ellacuría e
Companheiros – IHU**



ihu.unisinos.br



Outras edições em www.ihuonline.unisinos.br/edicoes-antiores



Todas as possibilidades de gênero. Novas identidades, contradições e desafios

Edição 463 | Ano XV | 20-4-2015

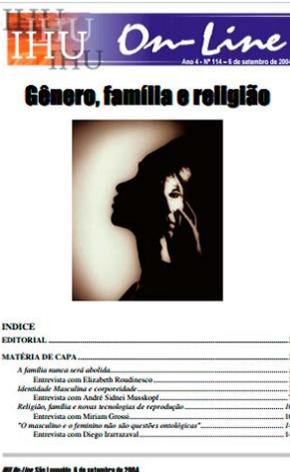
“O complexo debate em torno das questões de gênero traz os contornos típicos das sociedades do século XXI, repleto de nuances, novas identidades e, também, contradições. A multiplicidade de gêneros e as biopolíticas de administração da vida humana, trazendo à luz a pluralidade de nossas sociedades é o tema em debate na edição desta semana da revista IHU On-Line.”



Violência intrafamiliar e de gênero

Edição 255 | Ano VIII | 22-4-2008

“O tema de capa desta edição foi inspirado pela realização, nesta semana, do 2º Seminário Internacional Rotas críticas – Mulheres enfrentando as violências, em Porto Alegre, nos dias 24 e 25 de abril, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Unisinos e com o apoio do IHU. O seminário visa oportunizar espaço para identificar e explorar estratégias construídas para enfrentar as violências.”



Gênero, família e religião

Edição 114 | Ano IV | 6-7-2004

“Nos dias 18, 19 e 20 de agosto de 2004, realizou-se, em São Leopoldo, o 1º Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião, tendo como tema Corporeidade, Etnia, Masculinidade. O evento foi uma promoção do Núcleo de Pesquisa de Gênero do Instituto Ecumênico de Pós-Graduação da Escola Superior de Teologia – EST. O tema inspirou a edição 114 da IHU On-Line, que pautou esse debate como seu tema de capa.”

VII Colóquio Internacional IHU
**CAMINHANDO
E DESOBEDECENDO
THOREAU 200 ANOS**

29 E 30
DE AGOSTO
2017
UNISINOS CAMPUS
PORTO ALEGRE

CONFERENCISTAS

PROFA. DRA. DENISE BOTTMANN - CURITIBA/PR
PROF. DR. PAULO FRANCISCO ESTRELLA FARIÁ - UFRGS
PROF. DR. FLAVIO WILLIGES - UFSM
PROF. DR. EDUARDO VICENTINI DE MEDEIROS - UNISINOS
PROF. DR. KELLY DEAN JOLLEY - AUBURN UNIVERSITY - EUA
PROF. DR. STANLEY BATES - MIDDLEBURY UNIVERSITY - EUA

CARGA HORÁRIA:
16 HORAS

VIII COLÓQUIO INTERNACIONAL IHU
XX COLÓQUIO FILOSOFIA UNISINOS
METAFÍSICA E FILOSOFIA PRÁTICA

**A ATUALIDADE DO PENSAMENTO
DE FRANCISCO SUÁREZ, 400 ANOS DEPOIS**

**25 a 28
de Setembro de 2017**

Unisinos | Campus Porto Alegre

Informações e inscrições em
ihu.unisinos.br



medium.com/@ihu

Biomias Brasileiros

Confira a publicação que reúne uma série de materiais sobre os cinco biomas que compõem a biodiversidade do Brasil no Medium do IHU

ihu.unisinos.br | ihuonline.unisinos.br



twitter.com/_ihu



bit.ly/faceihu



bit.ly/instaihu



bit.ly/youtubeihu



medium.com/@ihu